

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

**PRESERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.
ESTUDO DE CASO: SÍTIOS DO RIACHO RIBEIRO GRANDE
NO MÉDIO CAPIBARIBE - PERNAMBUCO**

SEVERINO RIBEIRO DA SILVA

**Recife
2010**

SEVERINO RIBEIRO DA SILVA

**PRESERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.
ESTUDO DE CASO: SÍTIOS DO RIACHO RIBEIRO GRANDE
NO MÉDIO CAPIBARIBE - PERNAMBUCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Bartira Ferraz Barbosa

Co-Orientadora: Prof^a. Dra. Ana Catarina Peregrino Ramos

RECIFE

2010

Silva, Severino Ribeiro da

**Preservação e degradação de sítios arqueológicos.
Estudo de caso: sítios do riacho Ribeiro Grande no médio
Capibaribe– Pernambuco / Severino Ribeiro da Silva. --
Recife: O Autor, 2010.**

145 folhas: il., tab., quadros.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Pernambuco. CFCH. Arqueologia, 2010.**

Inclui: bibliografia, apêndices e anexos.

**1. Arqueologia. 2. Sítios arqueológicos – Preservação.
3. Pinturas rupestres. 4. Povos indígenas. I. Título.**

**39
390**

**CDU (2.
ed.)
CDD (22. ed.)**

**UFPE
BCFCH2010/97**

SEVERINO RIBEIRO DA SILVA

**PRESERVAÇÃO E DEGRADAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS
ESTUDO DE CASO: SÍTIOS DO RIACHO RIBEIRO GRANDE
NO MÉDIO CAPIBARIBE - PERNAMBUCO**

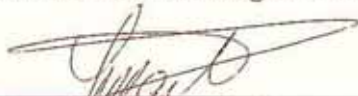
Esta dissertação foi julgada pela Banca Examinadora para a obtenção do título de Mestre em Arqueologia e aprovada em 29 de Janeiro de 2010 em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Bartira Ferraz Barbosa

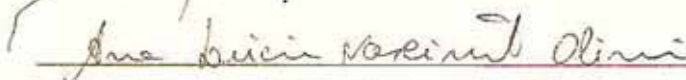
Banca examinadora:



Profa. Dra. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos – Departamento de Arqueologia/UFPE



Profa. Dra. Maria Gabriela Martin Ávila – Departamento de História/UFPE



Profa. Dra. Ana Lúcia Nascimento Oliveira – Departamento de Letras e Ciências Humanas/UFRPE

**Dedico à minha saudosa mãe Josefa Avelina
(*in memoriam*), a meu pai Estácio Ribeiro,
as minhas irmãs, a meu irmão, a meus sobrinhos
e a minha querida companheira Márcia Solange.**

AGRADECIMENTOS

À Dra. Bartira Ferraz Barbosa pelo incentivo, pela paciência e pela orientação. E às professoras Dra. Ana Catarina Peregrino T. Ramos e Dra. Gabriela Martin, pelas orientações complementares.

Aos professores: Dr. Marcos Albuquerque, Dra. Ana Lúcia Nascimento, Dra. Sueli Luna, Dr. Albérico Queiroz e aos Doutorandos: Fábio Mafra, Valdecir Santos, Celito Kesting, Stela Barthel, Ricardo Barbosa, Flávio Moraes e Carlos Rios, pelo incentivo.

A meus colegas de curso pelos bons momentos: André Luís (o Pajé), Almir Bezerra, Marcelo Hemínio, Selma Lima, Rodrigo Lessa, Sueli Cisneiros, Djane Fonseca, Glenda Salgado, Roberto Tenório, Rafael Saldanha, Juvandir Santos, Eleonora Guerra, Daniel Machado, Daniele Luso, Carolina Wanderlei, Igor Pedrosa, Manoel Souto Maior, Manuela Matos, Francisco Brito e Leandro Carvalho.

A todos que colaboraram para a pesquisa de campo na área arqueológica do Riacho Ribeiro Grande, em Bom Jardim, como os Professores de História Edgar Santos, Manoel Souto Arruda, Analice Mourim, à Diretora da Escola Estadual Justulino Ferreira, Profa. Maria Berenice Pessoa e em especial aos companheiros Odilon dos Santos e Roberto Carlos Oliveira, aos estudantes Inácio Moura e Lenilson Oliveira, pelas caminhadas de campo.

À secretária do Curso, Luciane Costa, pela ajuda sempre que necessária.

À professora Ana Prosini, pela revisão e pela orientação ortográfica.

À bibliotecária Teresa Cristina M. de Lucena, pela atenção, revisão e normatização do trabalho.

À querida Jaciene Duarte da Silva, pela força, apoio e amizade de sempre.

Ao amigo e estudante do Mestrado em Geografia, Tiago Henrique, pela contribuição na produção dos mapas.

E aos meus familiares, pela compreensão e pela ajuda indispensável. Em especial, a minha companheira Márcia Solange.

RESUMO

A pesquisa pela preservação de sítios arqueológicos, com pinturas rupestres existentes no Riacho Ribeiro Grande, no Médio Capibaribe, permite valorizar a história dessa região, diagnosticando seu grau de degradação e de preservação; através de um estudo de caso, objetiva identificar os agentes responsáveis e os meios de como preservá-los. Para melhor entendimento da atual situação em que se encontram os sítios arqueológicos em estudo, foram utilizadas duas linhas de pesquisa: a primeira, abrange um estudo sobre a população dos atuais remanescentes da região, por meio da análise de documentos históricos e de topônimos para entender o processo de povoamento do período colonial ao contexto histórico cultural e suas intersecções contemporâneas; a segunda visa a levantar as ações que degradam o patrimônio arqueológico assim como verificar a proporção de degradação dos sítios arqueológicos com pinturas rupestres e os agentes que as causaram. O estudo de documentação do século XIX confirma a presença de grupos indígenas na região e relata o processo de sua miscigenação e de sua extinção. Por outro lado, o levantamento dos topônimos existentes na região confirma que 40% formam um conjunto significativo de topônimos indígenas que permanece preservado até hoje. O trabalho de campo permitiu identificar as degradações antrópicas existentes e, por meio de entrevistas com os moradores, obteve-se o grau de reminiscência cultural e sua relação com a preservação dos sítios. Conclusões apontam para a necessidade de ações voltadas para a concretização do processo de preservação através de medidas no campo da Educação Patrimonial.

PALAVRAS-CHAVE: Preservação. Povos indígenas. Pinturas rupestres. Médio Capibaribe – Pernambuco.

ABSTRACT

The research for the preservation of the archaeological sites with rock paintings existing in the Riacho Ribeiro Grande, in the medium Capibaribe, allows the valorisation of its region, diagnosing its degree of degradation and preservation. Through a case study, it aims to identify the agents responsible for its status and the means to preserve it. Aiming a better understanding of the current situation of the studied sites, two lines of research were used: the first, involving the study of the population current remaining in the region through the analysis of historical documents and place names, and through this, to understand the settlement process of the colonial period to the cultural historical context and their contemporary intersection. The second aimed to identify the actions that degrade the archeological patrimony, verifying the proportions of depredation of the archaeological sites with rock paintings, and the causing agents. The study of the documents written in the XIX century confirms that indigenous groups were identified in the region and also report their extinction process. On the other hand, the search for the existending place names in the area confirms that 40% form a significant group of indigenous place names that stays preserved until today. The field work allowed us to identify the human induced degradations, and through interviews with the local dwellers, we got the degree of cultural reminiscence and its relation with the preservation of the sites. Conclusions suggest the need to carry out further research and the materialization of the preservation through measures in the field of the Patrimonial Education.

Key-Words: Preservation. Indigenous peoples. Rock paintings. Médium Capibaribe – Pernambuco.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Destaque para alguns afluentes na Bacia do Capibaribe.....	20
Quadro 2 – Principais atividades econômicas na Bacia do Capibaribe	23
Quadro 3 – Resumo do aspecto geográfico e ambiental da Bacia do Capibaribe.....	26
Quadro 4 – Aldeias indígenas de Pernambuco de 1746 a 1758.....	36
Quadro 5 – Topônimos portugueses em Bom Jardim (total de 73).....	42
Quadro 6 – Topônimos indígenas em Bom Jardim (total de 49)	44
Quadro 7 – Topônimos portugueses em João Alfredo (total de 43).....	48
Quadro 8 – Topônimos indígenas em João Alfredo (total de 27).....	49
Quadro 9 – Cronologia das últimas datas da presença indígena no Médio Capibaribe.....	52
Quadro 10 – Datações atribuídas a pinturas rupestres no Agreste pernambucano.....	65
Quadro 11 – Demonstrativo dos sítios com pinturas rupestres na Bacia do Capibaribe.....	69
Quadro 12 – Área degradada no intrassítio Pedra do Mocozeiro.....	79
Quadro 13 – Pinturas na Pedra do Urubu (em dezembro de 2007).....	91
Quadro 14 – Descrição das pinturas da Pedra da Moça (em dezembro de 2007).....	99
Quadro 15 – Demonstrativo das entrevistas com oito proprietários e/ou moradores dos sítios.....	107
Quadro 16 – Extração de granito: entrevista com quatro trabalhadores que extraem granito....	109
Quadro 17 – Pichações: entrevistas com nove professores.....	112
Quadro 18 – Pichações: entrevista com oito estudantes.....	115
Quadro 19 – Entrevistas com sete moradores idosos que nasceram em Umari	117

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Bacia do Capibaribe: Destaque para o Rio Caiá e o Riacho Ribeiro Grande.....	21
Figura 2 – Gráfico da ocupação da terra na Bacia do Capibaribe.....	22
Figura 3 – Mapa de localização dos quatro sítios no Riacho Ribeiro Grande.....	27
Figura 4 – Mapa do trecho do roteiro de viagem do Recife à caminhada pelo Capibaribe em 1738.....	30
Figura 5 – Mapa das aldeias indígenas atuais e extintas em Pernambuco.....	35
Figura 6 – Mapa dos topônimos portugueses e indígenas em Bom Jardim/PE.....	47
Figura 7 – Mapa dos topônimos portugueses e indígenas em João Alfredo/PE.....	50
Figura 8 – Pedra da Lua – Brejo da Madre de Deus/PE.....	61
Figura 9 – Pedra da Figura – Taquaritinga do Norte/PE.....	61
Figura 10 – Pedra Furada – Venturosa/PE.....	62
Figura 11 – Pedra da Concha – Buíque/PE.....	62
Figura 12 – Pedra da Concha – Buíque/PE.....	62
Figura 13 – Mapa da área arqueológica no Riacho Ribeiro Grande.....	70
Figura 14 – Área externa do intrassítio da Pedra da Lourdes. Vista do norte para o sul da área externa do abrigo sob rocha.	72
Figura 15 – Área intrassítio da Pedra da Lourdes. Vista do norte para o sul da área interna do abrigo.....	72
Figura 16 – Gráfico representativo do espaço degradado no extrassítio da Pedra da Lourdes.....	73
Figura 17 – Área extrassítio da Pedra da Lourdes. Vista externa do leste para o oeste.....	74
Figura 18 – Área extrassítio da Pedra da Lourdes. Vista de uma casa e de seu entorno com cultivo de milho e de feijão.....	74
Figura 19 – Área extrassítio da Pedra da Lourdes. Vista de um foco de extração de granito.....	75
Figura 20 – Mapa demonstrativo da área extrassítio Pedra da Lourdes.....	76
Figura 21 – Gráfico sobre posição do painel de pinturas do sítio Pedra da Lourdes.....	77

Figura 22 – Grafismos puros na Pedra da Lourdes, parcialmente cobertos por cimento.....	78
Figura 23 – Grafismos puros na Pedra da Lourdes, parcialmente cobertos por cimento.....	78
Figura 24 – Gráfico do espaço intrassítio Pedra do Mocozeiro.....	79
Figura 25 – Área externa do intrassítio da Pedra do Mocozeiro.Vista do norte para o sul do abrigo sob rocha (do centro), com plantio de milho e feijão	80
Figura 26 – Área externa do intrassítio da Pedra do Mocozeiro.Vista do norte para o sul do abrigo oeste. Destaque para a degradação e construção de uma casa	80
Figura 27 – Área extrassítio da Pedra do Mocozeiro. Vista do norte para o sul.....	82
Figura 28 – Área extrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do norte para o sul, com destaque para um foco de extração de granito e abrigo leste com duas pinturas rupestres.	82
Figura 29 – Área extrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do sul para o norte, com destaque para a criação bovina.....	83
Figura 30 – Área extrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do sul para o norte, encontram-se casas e a via de acesso.....	83
Figura 31 – Mapa demonstrativo da área extrassítio Pedra do Mocozeiro.....	84
Figura 32 – Grafismos puros com pichações na Pedra do Mocozeiro.....	85
Figura 33 – Grafismos puros com pichações na Pedra do Mocozeiro.....	86
Figura 34 – Área externa do intrassítio Pedra do Urubu. Vista do norte para o sul dos três blocos de granito e do abrigo sob rocha, com cultivo de milho e feijão.....	87
Figura 35 – Área do extrassítio Pedra do Urubu. Vista do norte para o sul do abrigo sob rocha. Queima da vegetação e do solo para o preparo do plantio de milho e de feijão.....	88
Figura 36 – Área extrassítio Pedra do Urubu. Vista do norte para o sul. Destaque para o abrigo sob rocha com vegetação hipoxerófita, cultivo de milho e feijão.	89
Figura 37 – Mapa demonstrativo da área extrassítio da Pedra do Urubu.	90
Figura 38 – Grafismos puros na Pedra do Urubu. (Painel n.15 do quadro 13).	92
Figura 39 – Grafismos puros na Pedra do Urubu (Parte do Painel n.7 do Quadro 13).....	92
Figura 40 – Grafismos puros e de composição na Pedra do Urubu (Painel n.12 do Quadro 13).93	
Figura 41 – Grafismos puros na Pedra do Urubu. (Parte do Painel n.8 do Quadro 13).....	93
Figura 42 – Grafismos puros na Pedra do Urubu. (Painel n.13 do Quadro 13).....	94
Figura 43 – Grafismos puros na Pedra do Urubu. (Parte do Painel n.15 do Quadro 13).....	94
Figura 44 – Grafismos puros na Pedra do Urubu. (Parte do Painel n.15 do Quadro 13).....	94

Figura 45 – Grafismos puros na Pedra do Urubu. (Painel n.14 do Quadro 13).....	95
Figura 46 – Área intrassítio Pedra da Moça. Vista do oeste para o leste do bloco de granito onde se encontram pinturas rupestres.	96
Figura 47 – Vegetação seca	97
Figura 48 – Vegetação queimada.....	97
Figura 49 – Vegetação verde.....	97
Figura 50 – Mapa demonstrativo do extrassítio Pedra da Moça.....	98
Figura 51 – Grafismos puros e de composição com pichação na Pedra da Moça. (Painel n.9 do Quadro 14).....	100
Figura 52 – Grafismos puros e de composição na Pedra da Moça, com pichações (Painel n.9 do Quadro 14).....	100
Figura 53 – Grafismos puros e de composição na Pedra da Moça (Painel n.10 do Quadro 14).....	100
Figura 54 – Grafismos puros na Pedra da Moça. (Painel n.4 do Quadro 14).....	101
Figura 55 – Grafismos puros e de composição na Pedra da Moça. (Painel n.8 do Quadro 14).....	101
Figura 56 – Grafismos puros e de composição na Pedra da Moça (Painel n.8 do Quadro 14).....	101
Figura 57 – Gráfico demonstrativo dos remanescentes proprietários dos quatro sítios arqueológicos.....	108
Figura 58 – Gráfico demonstrativo dos remanescentes: extração de granito	109
Figura 59 – Demonstrativo das pichações feitas sobre as pinturas rupestres dos Sítios Arqueológicos segundo os nove professores.....	113
Figura 60 – Gráfico demonstrativo das pichações feitas nas pinturas rupestres segundo os alunos que visitaram os sítios arqueológicos.....	116
Figura 61 – Gráfico demonstrativo dos moradores idosos (acima de 50 anos) naturais de Umari, Bom Jardim/PE e se reconhecem com remanescentes indígenas.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo populacional das freguesias no Médio Capibaribe.....	31
Tabela 2 – Evolução populacional das comarcas no Médio Capibaribe.....	41
Tabela 3 – Eleitores no Médio Capibaribe.....	41
Tabela 4 – Área degradada no extrassítio Pedra do Mocozeiro	81
Tabela 5 – Área degradada e preservada no extrassítio Pedra do Urubu	88
Tabela 6 – Área degradada e preservada no extrassítio Pedra da Moça.....	96
Tabela 7 – Resumo das degradações e da preservação nos quatro sítios.....	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. MÉDIO CAPIBARIBE: ASPECTOS GEOAMBIENTAIS E HISTÓRICOS.....	19
1.1. A BACIA DO CAPIBARIBE E O RIACHO RIBEIRO GRANDE	19
1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO INDÍGENA E DA EUROPEIA NO MÉDIO CAPIBARIBE	28
1.3 POPULAÇÃO DO MÉDIO CAPIBARIBE NO SÉCULO XIX	40
1.4 ATUAIS TOPÔNIMOS INDÍGENAS E PORTUGUESES.....	41
1.5 ÚLTIMAS DATAS DA PRESENÇA INDÍGENA NO MÉDIO CAPIBARIBE.....	51
2 ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	53
2.1. CONTRIBUIÇÃO DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E DA ESPACIAL	53
2.2 PRESERVAÇÃO: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA DE CHOAY, BELTRÃO, MARTIN E MOLEY.	55
2.3 EXEMPLOS DE DEGRADAÇÕES EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM PINTURAS RUPESTRES NO AGRESTE PERNAMBUCANO.....	60
2.4 REGISTROS RUPESTRES E PRESERVAÇÃO NO CAPIBARIBE	63
3. SÍTIOS NO RIACHO RIBEIRO GRANDE.....	70
3.1 CARACTERÍSTICAS DOS SÍTIOS E DAS PINTURAS RUPESTRES	71
3.2 DEGRADAÇÃO E AGENTES ANTRÓPICOS	71
3.2.1 PEDRA DA LOURDES	72
3.2.2 PEDRA DO MOCOZEIRO	79
3.2.3 PEDRA DO URUBU	86
3.2.4 PEDRA DA MOÇA	95
4 PRESERVAÇÃO PARA OS SÍTIOS DO RIACHO RIBEIRO GRANDE.....	102
4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES ANTRÓPICOS.....	103
4.2 AS ENTREVISTAS	103
4.3 AÇÕES EDUCATIVAS DE PRESERVAÇÃO	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS	125
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DOS SÍTIOS NO RIACHO RIBEIRO GRANDE .	131
APÊNDICE B - LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DOS INTRASSÍTIOS E EXTRASSÍTIOS.....	136

APÊNDICE C - LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DOS INTRASSÍTIOS E EXTRASSÍTIOS.....	138
APÊNDICE D - LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DO INTRASSÍTIO E EXTRASSÍTIO	139
APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO GERAL	140
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO DO SÍTIO PEDRA DA LOURDES (CULTO RELIGIOSO)	141
APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO	142
APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO: PROFESSORES	143
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO DOS ESTUDANTES.....	144
APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO: AS QUEIMADAS	145

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a degradação e a preservação existentes, atualmente, nos registros arqueológicos¹ de quatro sítios do Riacho Ribeiro, localizados no Médio Capibaribe, posicionados entre os municípios pernambucanos de Bom Jardim e João Alfredo, conhecidos pela população local como Pedra da Lourdes, Pedra do Mocozeiro, Pedra do Urubu e Pedra da Moça. Conforme a Figura 3, na página 29.

Os quatro referidos sítios, que possuem abrigos sob rocha de granito e com pinturas rupestres, vêm sofrendo a ação de degradação antrópica ao longo dos últimos anos. No primeiro levantamento prévio, observaram-se as seguintes situações: a Pedra da Lourdes transformada em local de culto religioso; a Pedra do Mocozeiro prejudicada pela extração de granito; a Pedra do Urubu atingida pelas queimadas; e a Pedra da Moça com algumas pichações.

A preservação não é menos importante do que a identificação e o estudo dos registros arqueológicos. De acordo com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS, a Carta de Burra de 1980, em seu artigo primeiro, define preservação como a manutenção no estado de um conjunto de materiais que fisicamente constituem um local, uma zona, outra obra construída, um conjunto de edificações, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertencem e a desaceleração do processo pelo qual se degradam.

No início do levantamento exploratório, logo se constatou a degradação dos quatro sítios arqueológicos, e a destruição apresentava-se, principalmente, pelos fatores antrópicos através da extração do granito e de pichações, o que foi conferido pelas pichações realizadas com tinta de tecido e corretivo líquido usado nas escolas locais; em seguida, verificou-se a extração de minerais na área dos sítios e em blocos de abrigos. Dessa forma, trabalhou-se com a hipótese do desaparecimento da identidade cultural nos remanescentes indígenas. Ou seja, a população atual da região degrada e não preserva os sítios arqueológicos com pinturas rupestres por falta de identificação cultural.

A pesquisa tem como objetivo analisar os fatores de degradação antrópica nos quatro sítios arqueológicos e, conseqüentemente, propor soluções para sua preservação.

¹ Registro Arqueológico – De acordo com Clarke (1977), o registro arqueológico é uma localização geográfica que contém um conjunto articulado de atividade humana ou sua consequência e a pouco um conjunto de estruturas associadas, podendo ser assentamentos domésticos, centros cerimoniais, cemitérios, complexos industriais ou acampamentos temporais (SANJUAN, 2005, p.13, 17, 23).

Com isso, propõe-se a responder às seguintes questões:

- 1- Até que ponto a ocupação europeia, no Médio Capibaribe, interferiu na extinção cultural indígena e na degradação dos sítios arqueológicos?
- 2 - Qual o grau de degradação e preservação, no momento, nos quatro sítios?
- 3 - Por que os atuais habitantes não preservam os sítios ?
- 4 - Que ações efetivas poderão ser aplicadas, no Estudo de Caso, para evitar a degradação e promover a preservação?

O passado faz parte do presente, e os sítios arqueológicos com pinturas rupestres também pertencem à história passada e à presente de uma população. Através deles, pode-se identificar que determinados grupos sociais pertencem àquela ou a outra cultura². Os traços culturais podem ser encontrados de diversas formas, como através de documentos escritos e orais, topônimos e vestígios materiais, para que, a partir deles, seja observado o comportamento humano em determinado tempo e em determinada sociedade.

Metodologicamente, este trabalho se apresenta com abordagens da Nova Arqueologia³, não podendo se limitar a descrever objetos, sendo possível estudar aspectos mais profundos das sociedades, em especial sua adaptação ao meio ambiente. Para a análise territorial dos sítios, deu-se o enfoque da Arqueologia Espacial, surgida como consequência indireta influenciada pela Ecologia Cultural⁴.

No presente trabalho, procurou-se identificar o processo de ocupação europeia e o desaparecimento da identidade cultural dos remanescentes indígenas no Médio Capibaribe. Para tanto, utilizaram-se os dados disponíveis e as abordagens metodológicas da Arqueologia Histórica Colonial, correspondentes ao período de contato entre os povos indígenas e os europeus, descrevendo, através de documentos escritos e mapas, a ocupação desse processo. O avanço da colonização pelo Capibaribe teve como consequência, na mesma proporção, a extinção das culturas indígenas e a degradação dos registros arqueológicos.

² Cultura – Termo polissêmico e de difícil apreensão, pode ser entendida como cada uma das atividades humanas, seja representada por um objeto, utensílio ou artefato (cultura material), seja um costume, uma crença (cultura não material). Em Arqueologia, geralmente reduz-se o significado do termo, que passa a designar uma associação de objetos de diferentes tipos, que se repete com certa frequência no espaço e no tempo (SOUZA, 1997, p.41).

³ Nova Arqueologia – Novo enfoque proposto nos anos de 1960, defendia uma nova formulação explicitamente científico do método e da teoria arqueológica, com hipóteses rigorosamente contrastadas, como base mais correta do que simples descrição.(BHAN, 2007, p.515)

⁴ Ecologia Cultural – Corrente teórica da Antropologia Cultural que se centra no estudo dos processos por meio dos quais uma sociedade se adapta ao seu meio ambiente (SANJUÁN, 2005, p. 292).

Levantamentos e a análise dos aspectos geográficos e do contexto ambiental dos referidos sítios, como também o processo de ocupação urbana atual, permitiram identificar as causas das degradações antrópicas e a perda da identidade cultural dos atuais habitantes da área arqueológica do Riacho Ribeiro Grande, no Médio Capibaribe.

Quanto à documentação escrita, levantamentos realizados nos arquivos⁵ de diversas instituições, com o objetivo de identificar os grupos indígenas que ocuparam a região, permitiram descrever o processo de ocupação europeia resultante do desaparecimento desses povos e da perda da identidade cultural de seus remanescentes, o que foi observado pelo estabelecimento de missões em aldeamentos indígenas, distribuição de sesmarias, criação de freguesias, comarcas e vilas.

Consultando mapas⁶ da SUDENE e do IBGE, conferidos com os técnicos da Secretaria de Agricultura das Prefeituras locais, levantaram-se os topônimos do território correspondente aos atuais municípios de Bom Jardim e João Alfredo para a compreensão do processo atual de preservação dos nomes indígenas existentes na região.

Quanto aos procedimentos utilizados para identificar as degradações nos quatro sítios arqueológicos do Riacho Ribeiro, realizou-se um levantamento da área dos sítios, delimitando e estabelecendo três espaços para o estudo da preservação. O primeiro corresponde à Área Arqueológica de 16 km² (coordenadas: UTM⁷ 9130 – 9134 e 25 M 204 – 208) entre o rio Caiá, seu afluente Pirauá, e o riacho Ribeiro Grande. E, por serem abrigos sob rochas com pinturas rupestres e estando numa área de maior elevação na paisagem, delimitou-se a segunda em extrassítio, do ponto central do abrigo, estabelecendo em metros num raio⁸ entre 120 a 180 para

⁵ - Arquivos Públicos do Estado de Pernambuco, das Prefeituras Municipais de Bom Jardim, João Alfredo e Limoeiro. Como também: a FUNAI, CONDEPE e o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade – NEPE/UFPE e Bibliotecas: da UFPE, da Fundação Joaquim Nabuco, do IHAPE e do Estado de Pernambuco.

⁶ Mapas da SUDENE(1999), IBGE (2007b, 2007c) e mapas modificados e produzidos conforme consta na Lista de Ilustrações de Figuras.

⁷ UTM – Sistema referencial de localização terrestre baseado em coordenadas métricas definidas para cada uma das 60 zonas UTM, múltiplas de 6 graus de longitude, na Projeção Universal Transversal de Mercator e cujos eixos cartesianos de origem são o Equador, para coordenadas N (norte) e o meridiano central de cada zona, área coordenadas E (leste), devendo ainda ser indicada a zona UTM da projeção. http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/coordenadas_utm.htm.

⁸ Raio – Geometricamente, corresponde a um segmento de reta que vai duma circunferência esférica até o centro ou o comprimento dessa reta (FERREIRA, p.679, 2008). Para as áreas extrassítios foram estabelecidos os raios de: 150 m na Pedra Lourdes, p.78, Fig.20; 180 m na Pedra do Mocozeiro, p.86, Fig.31; 160 m na Pedra do Urubu, p.92, Fig.37 e 120 m na Pedra da Moça, p.100, Fig.50.

cada sítio, através de uma circunferência do ponto mais distante da curva hipsométrica⁹. E a última, em intrassítio, correspondente aos abrigos de granitos que afloram nas elevações.

Realizou-se a prospecção na Área Arqueológica com o objetivo de identificar as fontes de água e localizar outros sítios, vistoriar as áreas de extrassítio e intrassítio, produzindo um mapa e localizando as degradações em cada área através do GPS. Marcaram-se os pontos e medidas das áreas de construção das casas de alvenaria nas laterais, os focos de extração de granito, as vias de acesso às casas¹⁰, aqui denominadas de ruas, as áreas cercadas para a criação de gado, a extensão das queimadas e o uso do solo com o plantio da agricultura de subsistência e criação de animais.

Também nos intrassítios, podem ser observadas degradações através da cimentação do piso, pichações com tinta a cal e outros tipos, como muro de alvenaria, extração de granito e culto religioso. Contudo, estabeleceu-se o percentual do grau de degradação e preservação em cada sítio.

Para identificar a relação cultural que a população atual tem para com os sítios, aplicaram-se questionários, conforme os Apêndices E, F, G, H, I e J, entrevistando moradores, com o objetivo de estabelecer o grau de herança cultural como remanescentes de grupos indígenas.

A metodologia considerada mais adequada para averiguar as degradações antrópicas nos quatro sítios citados foi a de vistoriar toda a área do entorno, observando a ação humana. Para identificar a área dos sítios e seu entorno, os blocos de granito e as pinturas rupestres, utilizou-se o registro fotográfico em máquina digital, GPS, trena e tabela¹¹, com o fim de conferir e comparar o grau geral de degradação e de preservação dos sítios. Através do método classificatório de medição e de delimitação das áreas internas e externas dos sítios, estabeleceu-se, em percentual, o grau de degradação ou de ameaça pelos fatores antrópicos, encontrando os blocos de granito e a posição do suporte das pinturas, pichações, focos de extração de minerais, casas ou construções de alvenaria, uso do solo para plantio agrícola e criação de animais.

Dessa forma, indicada a extensão das degradações e conferida com a análise do levantamento, definiram-se quais os fatores antrópicos responsáveis por tais ações. Consequentemente, esses resultados poderão servir de ações para a preservação desses e de outros sítios com problemática similar.

⁹ Curva hipsométrica – Curva traçada a partir da área existente em faixas altimétricas, numa bacia hidrográfica, podendo analisar a distribuição do volume rochoso, da base até o topo da bacia (GUERRA, 2006, p.179).

¹⁰ Acesso às casas – A população local denomina as vias de acessos às casas de caminhos e estradas e ruas.

¹¹ Tabelas 4, p.83; 5, p.90; 6, p.98 e 7, p.104.

Esta dissertação contém quatro capítulos, desenvolvidos de acordo com a seguinte estrutura: o primeiro trata da área de estudo, buscando caracterizar os aspectos geoambientais, abordando a ocupação humana no Médio Capibaribe, através das ações do governo português e de religiosos, colaborando para a extinção da identidade cultural indígena na região; o segundo capítulo trata de abordagens teóricas e metodológicas da Arqueologia e Preservação de Sítios Arqueológicos; o terceiro apresenta os quatro sítios do Riacho Ribeiro e sua degradação e sua preservação antrópica; e o quarto capítulo dedica-se à apresentação de uma proposta de preservação dos quatro sítios, através da identificação dos agentes antrópicos e de ações educativas.

.

1. MÉDIO CAPIBARIBE: ASPECTOS GEOAMBIENTAIS E HISTÓRICOS

O presente capítulo fundamenta-se em documentos escritos e mapas para descrever o processo de ocupação europeia no Médio Capibaribe em Pernambuco, enfocando o desaparecimento dos povos indígenas e a perda da identidade cultural que se apresenta como fator determinante da não valorização dos sítios arqueológicos, resultando em sua degradação. Para tanto, utilizam-se, principalmente, abordagens geoambientais e históricas.

Dois domínios hidrográficos dividem o Estado de Pernambuco. O primeiro é constituído pela porção pernambucana da bacia do rio São Francisco. Integram-no pequenos afluentes da margem esquerda, entre os quais se destacam o Moxotó e o Pajeú. O segundo compreende algumas bacias hidrográficas independentes, formadas por rios que correm diretamente para o Oceano Atlântico, como o Goiana, o Ipojuca, o Beberibe, o Una e o Capibaribe (UFPE, 1987).

1.1. A BACIA DO CAPIBARIBE E O RIACHO RIBEIRO GRANDE

A bacia hidrográfica do rio Capibaribe está localizada na parte nordeste do Estado de Pernambuco (Figuras 1), entre as latitudes 7° 43' e 8° 10' sul e longitude de 34° 54' e 36° 42' oeste de Greenwich. Limita-se ao sul com a bacia hidrográfica do rio Ipojuca; ao norte com a bacia do rio Goiana; a oeste com o Estado da Paraíba e a bacia do rio Ipojuca; e a leste com o Oceano Atlântico e as bacias dos rios Botafogo, Igarassu, Beberibe, Pirapama e Jaboatão (UFPE, 1987).

A bacia do Capibaribe tem uma forma alongada que se assemelha à do Estado, no sentido oeste-leste, com comprimento de cerca de 200 km e largura máxima de aproximadamente 55 km, mantendo uma largura praticamente constante nos trechos superior e médio, afunilando-se na parte inferior. Sua extensão é de cerca de 250 km, desde sua nascente, nas vertentes da Serra Jacarará, município de Poção/PE, até sua foz na cidade do Recife, possuindo uma área de 7.250 km², ocupando 7,85% da área total do Estado. Cerca de 90% de sua área encontra-se no “Polígono das Secas” (UFPE, 1987, p. 5-6).

Na área da nascente, integra-se ao Planalto da Borborema e apresenta uma parte bem acidentada, com altitude superior a 1.000 metros do nível do mar e segue amenizando em direção ao leste. O Capibaribe apresenta um perfil longitudinal e possui forma de degrau, com

declividade gradualmente suavizada no sentido da foz (UFPE,1987). Pode-se constatar a referida formação, conforme a altitude apresentada nas respectivas sedes dos municípios próximos do curso do rio, posto como demarcação do limite para cada microrregião dessa bacia. Em Poção, a altitude atinge 1.000 metros, em Toritama, 349 m, em Limoeiro, 138 m, e, no Recife, posiciona-se ao nível do mar.

A bacia do Capibaribe está dividida entre três microrregiões: o Alto Capibaribe, com cerca de 2.450 km², que compreende desde a nascente em Poção até Toritama; o Médio Capibaribe, com 3.050 km², que vai da região de Toritama a Limoeiro, e o Baixo Capibaribe, inserindo apenas os municípios por onde passa o rio na grande planície litorânea, com cerca de 1.750 km², compreendendo de Limoeiro ao Recife (Figura 1).

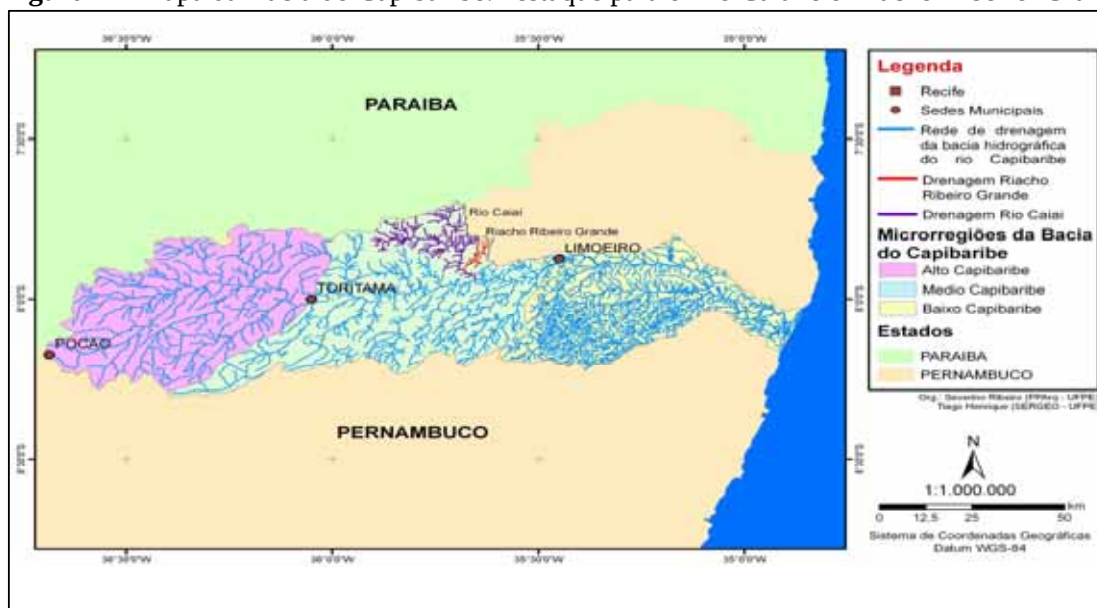
Os principais afluentes do rio Capibaribe se encontram na margem direita e têm comprimentos que variam entre 40 e 60 km, a maior parte deles com declividades médias abaixo de 1%. No Quadro 1, destacam-se alguns afluentes do rio Capibaribe que atravessam territórios de seus respectivos municípios, desde sua nascente no riacho Buriti (em Poção) e os riachos Jataúba e do Meio (em Jataúba) até desaguar no oceano Atlântico, no Recife.

Quadro 1 – Destaque para alguns afluentes da Bacia do Rio Capibaribe

Afluentes (rios, riachos)	Micro-Região	Município
Riacho Buriti	Alto Capibaribe	Poção
Riachos Jataúba e do Meio	Alto Capibaribe	Jataúba
Riacho Tabocas	Alto Capibaribe	Brejo da Madre de Deus
Riacho Pará ou Arapuá	Alto Capibaribe	Santa Cruz do Capibaribe
Riacho da Bica	Alto Capibaribe	Toritama
Riachos Carapotós e Borba	Médio Capibaribe	Caruaru
Riacho Salgado	Médio Capibaribe	Riacho das Almas
Riacho Topada	Médio Capibaribe	Vertentes
Riacho da Brinca	Médio Capibaribe	Frei Miguelinho
Rio Caiá e riacho Taépe	Médio Capibaribe	Surubim/Salgadinho
Riacho Umari ou Mari	Médio Capibaribe	Cumaru
Riachos Caçatuba e Batata	Médio Capibaribe	Passira
Rio Cotunguba e riacho Mari	Médio Capibaribe	Limoeiro
Riacho Ribeirão de Pedra	Baixo Capibaribe	Lagoa do Carro
Riachos Curtuma e Flores	Baixo Capibaribe	Carpina
Riachos Cotia e Cumbe	Baixo Capibaribe	Lagoa de Itaenga
Rio Goitá e riacho Gameleira	Baixo Capibaribe	Paudalho
Rio Tapacurá	Baixo Capibaribe	São Lourenço da Mata
Riacho Besouro	Baixo Capibaribe	Camaragibe
Rio Tejipió	Baixo Capibaribe	Recife

Fontes: UFPE, 1987, p. 8 ; IBGE, 2007b e 2007c.

Figura 1 – Mapa da Bacia do Capibaribe: Destaque para o Rio Caiá e o Riacho Ribeiro Grande



Fonte: UFPE, 1987; IBGE, 2007b e 2007c.

A bacia do Capibaribe localiza-se em uma região de grande diversidade climática, produzida pelos sistemas de circulação atmosférica, composta por um conjunto de massas de ar com características próprias, que influenciam ao longo do ano a instabilidade e a distribuição das chuvas na região, modificadas muitas vezes ao nível local pelos aspectos de relevo. Com cerca de 88% da superfície total, a Bacia do Capibaribe é geologicamente representada por formações cristalinas¹², e o restante, aproximadamente 12%, por sedimentos representados pelos depósitos terciários do Grupo Barreiros¹³, além de alúvios, elúvios e colúvios¹⁴ (UFPE, 1987, p. 11).

¹² Formações Cristalinas – Formação corresponde ao conjunto de rochas e de minerais que possuem caracteres mais ou menos semelhantes de origem, composição e idade. Cristalinas são as rochas que aparecem na natureza, constituídas de elementos cristalinizados. Exemplos das rochas eruptivas, que aparecem com grande número de cristais e constituem o corpo da rocha. Não possuem fósseis e são resultantes do magma em estado de fusão e de seu posterior resfriamento (GUERRA, p. 172, 283).

¹³ Depósitos terciários do Grupo Barreiros – Depósitos corresponde ao conjunto de materiais sólidos acumulados e Terciários refere-se à era geológica do Cenozóico, ou seja toda a história física da Terra decorrida após o Mesozóico. É a idade dos mamíferos e do desaparecimento dos grandes répteis. Grupo Barreiros é uma denominação incluída na divisão estratigráfica da coluna geográfica e de formação terciária. Aparecem como falésias costeiras e são constituídos de arenitos friáveis, intercalados com folhelhos mais ou menos descompostos, daí a variedades de cores que apresentam (GUERRA, p.83,132, 133, 188, 331).

¹⁴ Alúvios são detritos ou sedimentos clásticos, carregados e depositados pelos rios. Elúvios são depósitos detríticos ou simples capa de detritos, resultantes da desintegração da rocha matriz permanecendo in situ. Colúvios corresponde ao material transportado de um local para outro, principalmente por efeito da gravidade. Só aparecem no

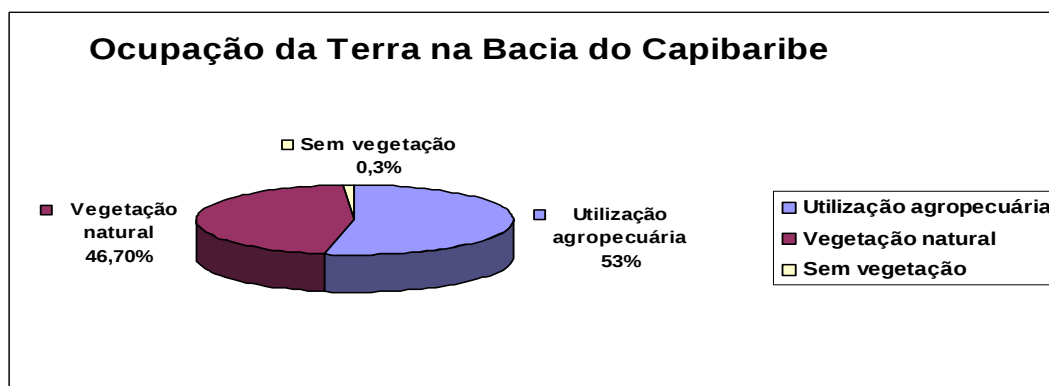
Historicamente, a vegetação na região drenada pelo Capibaribe tem sido explorada pela ação do homem, processo iniciado pela destruição da floresta para extração do pau-brasil e posteriormente para plantação da cana-de-açúcar. Com o desmatamento, foram destruídas a fauna e a flora originais, e o solo ficou desprotegido, tendo sido intensificados os processos erosivos, acarretando o assoreamento do leito do rio, a aceleração da evaporação e acentuando a irregularidade de seu regime.

A Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco - CONDEPE¹⁵, através do Plano Diretor de 1978, definiu três grandes áreas de ocupação de terra na Bacia do Capibaribe:

- a) área sob utilização agropecuária (pastagens, lavouras), ou seja, 53% da bacia;
- b) vegetação natural (floresta úmida, floresta seca, caatinga), 46,70%;
- c) áreas sem vegetação ou com densidade de cobertura vegetal muito tênue, com 0,3%.

Contudo, analisando os dados acima e observando a Figura 2, conclui-se que mais da metade (53%) das terras no Capibaribe são ocupadas por atividades agropecuárias.

Figura 2 – Gráfico da ocupação da terra na Bacia do Capibaribe.



Fonte: UFPE, 1987, p. 213-216.

As principais atividades econômicas no Alto e no Médio Capibaribe apresentam-se com a policultura de cafezais, fruteiras, legumes e hortaliças nos brejos e com pastagens artificiais,

sopé das vertentes. Clásticos é o nome dado às rochas sedimentares desagregadas ou ainda, desagregação produzida pela erosão mecânica (GUERRA, p.39, 144, 149, 220).

¹⁵ O CONDEPE foi criado em 1952 com a denominação de Comissão Estadual de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco. Permaneceu a sigla e mudou em 1966 para Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, em 1975 para Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco. Em 1988 foi extinto O CONDEPE e substituído pela FIPE, Fundação Instituto de Pernambuco. Em 1991, volta a ser CONDEPE, com a denominação de Instituto de Planejamento de Pernambuco e finalmente em 2003 o CONDEPE junto com outros órgãos se transforma em Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE, 1992 e www.condepefidem.pe.gov.br).

culturas de algodão, milho e feijão nas caatingas; enquanto no Baixo Capibaribe, a monocultura da cana-de-açúcar ocupou várzeas e os fundos dos vales dos rios, encostas e recentemente os topos aplainados (Quadro 2).

Quadro 2 – Principais atividades econômicas na Bacia do Capibaribe.

Áreas do Capibaribe	Atividades econômicas de ocupação humana
Regiões de brejos (Alto e Médio Capibaribe)	Policultura: cafezais, fruteiras, legumes, hortaliças
Regiões de caatinga (Alto e Médio Capibaribe)	Pecuária e policultura: pastagens artificiais e cultura de algodão, milho e feijão;
Região da mata (Baixo Capibaribe)	Monocultura da cana-de-açúcar ocupou inicialmente as várzeas e os fundos de vales dos rios, as encostas e, mais recentemente, os topos aplainados.

Fonte: UFPE, 1098, p. 213-216.

O Médio Capibaribe¹⁶ está situado entre as cidades de Toritama e Limoeiro. Localizada na área do polígono das secas, ou seja, no semiárido; nele, encontram-se os “brejos”, que representam as manchas de climas subúmidos de altitude e constituem exceções, com índices pluviométricos que variam de 800 a 1.200 mm anuais. A cobertura vegetal no Médio Capibaribe é predominantemente do semiárido, ou seja, da caatinga hiperxerófita¹⁷. Porém, as exceções ficam nas áreas próximas da Zona da Mata e nos “brejos”, onde a vegetação é mais hipoxerófita¹⁸.

Sobre as precipitações pluviométricas no Agreste, devido à sua localização nas áreas próximas do Sertão, ocorrem chuvas no período de fevereiro até junho; nas áreas próximas à Zona da Mata, as chuvas ocorrem de abril a julho. Os totais pluviométricos anuais variam entre 600 e 1000 mm, destacando-se algumas áreas de brejo, onde as precipitações são superiores a 1.000 mm, como por exemplo, em Bom Jardim, com 1.412 mm (SILVA, 2006, p. 20).

¹⁶ O Estado de Pernambuco, através das Leis Estaduais nº 11.725 de 23/12/1999 e nº 12.427 de 25/09/2003, distribuiu entre 185 municípios, 12 Regiões de Desenvolvimento, e entre elas se encontra a Microrregião do Capibaribe, que está dividida pelos Alto, Médio e Baixo Capibaribe.

¹⁷ **Caatinga** – corresponde a um tipo de vegetação característica do Nordeste brasileiro, além do Norte de Minas Gerais e Maranhão, formada por árvores de pequeno porte, geralmente espinhosas, próprias de solos muito pobres ou áreas de secas prolongadas (ART, p.68).

¹⁸ **Hipoxerófita e Hiperxerófita** – Hipo, prefixo que indica abaixo ou nível reduzido em relação ao normal. Hiper indica acima, além ou excesso. Xerófita corresponde à vegetação muito eficiente em reter água e que pode crescer nos desertos, em solos muito secos ou ambientes com altas concentrações de sal. Exemplos dos cactos (ART, p. 281, 282, 544).

O Relevo Pernambucano resultou da combinação de fatores geológico-estruturais e de processos de erosão que variam no tempo e no espaço. Os diversos compartimentos e feições de relevo são de idade Cenozóica, mas predominam as formas elaboradas ao longo do Quaternário. A estrutura geológica do Estado é bastante complexa, apresentando rochas do complexo geológico de cristalinos antigos e rochas fanerozóicas, mais recentes e outras ainda em formação. Ao longo do Plioceno-Pleistoceno¹⁹ e particularmente no Pleistoceno, ocorreram expressivas mudanças climáticas, que variam entre o seco, o úmido e o subúmido, que repercutiram nas feições do relevo, particularmente no Agreste e no Sertão do Estado. Nos períodos úmidos, a topografia pediplanada²⁰ preexistente foi retocada com a aceleração dos processos de dissecação fluvial. Os rios adquiriram maior competência líquida, reativando a erosão linear, responsável direta pela dissecação da paisagem. Na Bacia do Capibaribe, onde predomina o Baixo Capibaribe, encontram-se o relevo de Planície Costeira, o Tabuleiro Costeiro e as Colinas da Zona da Mata, enquanto no Médio e no Alto Capibaribe localiza-se o Planalto da Borborema (SILVA, 2006, p. 24).

As características geológicas do Estado de Pernambuco apresentam-se com duas grandes entidades geotectônicas antigas.

A bacia do Capibaribe está localizada no domínio da zona transversal e possui várias peculiaridades. O terreno é caracterizado de forma geral por sequências metassedimentares e muitas vezes migmatizadas, cortadas por ortognaisses graníticos, com idade variando do Paleoproterozóico ao Mesoproterozóico e constituem hoje a Província geológica da Borborema.

Nos solos do Baixo Capibaribe (Zona da Mata e Litoral), quentes e úmidos, destacam-se os solos mais profundos e de baixa saturação por bases, com predominância dos Latossolos²¹, Argilossolos²² e outros em menores proporções. No Médio e no Alto Capibaribe, em ambiente

¹⁹ **Plioceno-Pleistoceno** – Plioceno corresponde ao período geológico do Terciário Superior. Começou há seis milhões de anos, sendo o mais curto do Cenozóico, com duração de cinco milhões de anos. É o que contém mais espécies atuais. Pleistoceno é período geológico que surgiu no Plioceno e marcou o início do Quaternário. Nesse período, apareceu a maioria das espécies atuais. Corresponde ao paleolítico dos arqueólogos (GUERRA, p. 497).

²⁰ **Topografia pediplanada** – Topografia refere-se à altitude e aos declives. Pediplano corresponde à superfície aplainada. São grandes superfícies de erosão modeladas nos climas áridos quentes e semi-áridos (GUERRA, págs. 466,467, 613).

²¹ **Latossolos**. Solos minerais, profundos, bem drenados, pedogeneticamente muito bem desenvolvidos. No que se refere ao uso agrícola, apresentam como potencialidades boas condições de drenagem, grandes profundidades efetivas e baixo risco de salinização. Requerem cuidado com a erosão (SILVA, 2006, p.30-33).

²² **Argilossolos**. Solos minerais, não hidromórficos, com acúmulo de argila. Variam desde solos rasos a muito profundos. Quanto ao uso agrícola, são os de maiores profundidades, não pedregosos e em condições de relevo plano a suave ondulado (SILVA, 2006, p.30-33).

semiárido, onde predominam as caatingas menos secas (hipoxerófilas), destacam-se os Planossolos²³, Neossolos²⁴ e outros em menores proporções, associados com cascalhos²⁵ e ou pedregosidade, apresentando alta ou baixa saturação por bases e profundidades normalmente inferiores às dos solos do Baixo Capibaribe (SILVA, 2006, p. 30-33).

O Estado de Pernambuco apresenta-se com grandes zonas fitogeográficas: Zona da Mata, Zona da Caatinga e Zona de Savanas, podendo cada uma abrigar mais de um tipo de vegetação, determinado por fatores como clima, relevo e embasamento geológico, resultando num sistema ecológico bastante variado (SILVA, 2006, p. 34).

Quanto à bacia, no baixo Capibaribe encontra-se a vegetação dos Mangues e Mata Úmida (ao Sul) e Mata Seca (ao Norte), além das Matas Serranas, chamadas de brejos de altitude. O Médio e o Alto Capibaribe estão localizados na Zona da Caatinga, constituídos por vegetação espinhosa de pequeno a médio porte, cujas espécies, em sua grande maioria, perdem totalmente as folhas no período seco.

O Médio Capibaribe, por estar próximo à Zona da Mata, possui uma vegetação hipoxerófila, enquanto no Alto Capibaribe, mais próximo do Sertão, predomina a vegetação hiperxerófila. A original foi quase totalmente substituída por pastagens e atividades agrícolas diversas (SILVA, 2006, p.34). Os dados geoambientais, acima, podem ser conferidos através do Quadro3.

²³ **Planossolos.** Solos minerais imperfeitamente drenados, apresentam-se compactos, muito duros a extremamente duros quando secos e com cores acinzentadas. A maioria apresenta argila de atividade alta. A deficiência de drenagem é a principal restrição agrícola (SILVA, 2006, p.30-33).

²⁴ **Neossolos.** Solos pedogeneticamente pouco desenvolvidos. Dependendo da profundidade, estão subdivididos em: a) Neossolos Litólicos, são rasos e estão junto aos afloramentos rochosos; b) Neossolos Regolíticos, constituídos de minerais primários; c) Neossolos Flúvicos, constituídos por camadas e d) Neossolos Quartzarênicos, tipicamente arenoquartzosos, apresentam diversas restrições ao uso agrícola. Quando profundos, apresentam boas condições agrícolas (SILVA, 2006, p.30-33).

²⁵ **Cascalho.** Termo popular usado como sinônimo de seixos. Seixos são rochas transportadas pelas águas, cujo resultado é um arredondamento das arestas (GUERRA, p.128).

Quadro 3 – Resumo do aspecto geográfico e ambiental da Bacia do Capibaribe.

Características	Alto Capibaribe	Médio Capibaribe	Baixo Capibaribe
Área Territorial (km²)	2.450	3.050	1.750
População (absoluta)	212.491	251.280	1.941.514 (*)
Temperatura (média): Máximas no verão Mínimas no inverno	De 24° a 31°C De 16° a 20°C	24° a 31°C 16° a 20°C	29° a 31° C 20° a 21° C.
Precipitações (média anual)	De 500 a 1.000 mm	De 500 a 1.000 mm	De 700 a 2.500 mm
Relevo (Altitude nas margens do rio e em cidades limites).	Planalto da Borborema De Poção a Toritama De 1.000 a 349 m	Planalto da Borborema De Toritama a Limoeiro De 349 a 138 m.	Planície e Tabuleiros Costeiros e Colinas da Zona da Mata De Limoeiro a Recife De 138 ao nível do Mar
Geologia	Variada: metassedimentares e muitas vezes migmatizadas cortados por ortognaisses graníticos	Variada: metassedimentares e muitas vezes migmatizadas cortados por ortognaisses graníticos	Formação Barreira: Argilo-arenoso
Vegetação	Predomina a Caatinga hiperxerofila Existência de Brejos. (Matas de Altitudes e Secas)	Predomina a Caatinga hipoxerofila. Existência de Brejos.(Matas de Altitudes e Úmidas)	Mata Úmida (sul) Mata Seca (norte) Área Costeira e Foz dos rios: Mangues.
Solos	Destacam-se: Planossolos e Neossolos	Destacam-se: Planossolos e Neossolos.	Predominam Latossolos e Argilssolos

Fontes: ANDRADE, 1974; UFPE, 1987; SILVA, 2006; IBGE, 2007a e Wikipédia, 2009.

(*) Considerando a população dos Municípios de: Recife, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Paudalho, Lagoa do Carro, Carpina, Lagoa de Itaenga, Pombos e Gloria de Goitá (IBGE, 2008).

O rio Caiá possui 45 km de curso e recebe água de pequenos tributários que despeja no Capibaribe (Figura 1, p.23). Nasce na serra de Santa Maria, nos limites entre Pernambuco e Paraíba, atravessa os municípios pernambucanos de Santa Maria do Cambucá, Vertentes, Surubim e Salgadinho (BARBALHO, 1982, p. 163). Seus principais afluentes na margem direita são os rios Maracajá e Brás; na margem esquerda, encontram-se o Pirauá, o Tanque, o Macaca, o Vertente do Lério, o Capim, o Pato e o Ribeiro Grande (SUDENE, 1999).

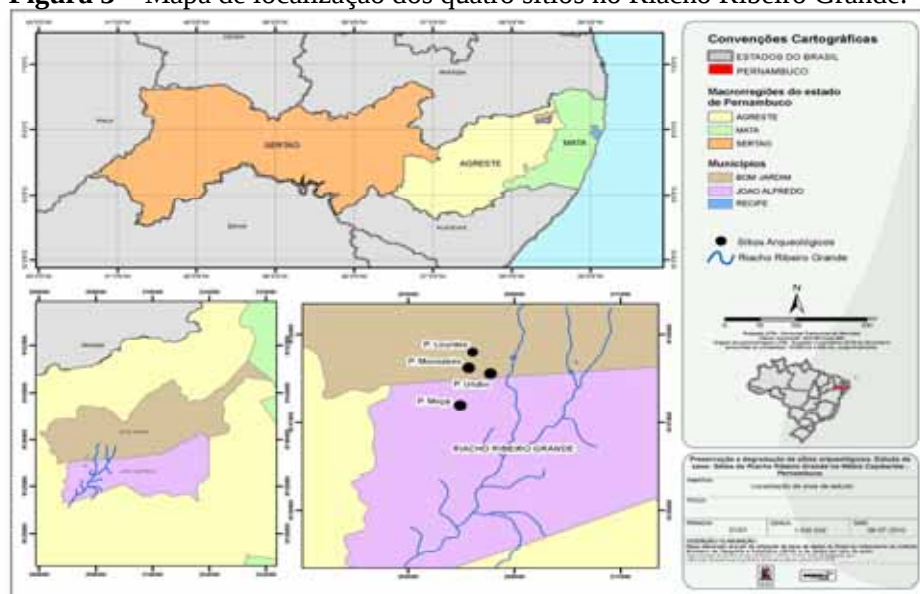
O riacho Ribeiro Grande posiciona-se como o último afluente do lado esquerdo do rio Caiá antes de desaguar no Médio Capibaribe, nas proximidades do povoado de Muruabeba, a 3 km. da sede do Município de Salgadinho (Figura 3). Possui uma extensão de aproximadamente 18 km., considerando-se sua nascente na Fazenda Lagoa de Casa, município de Bom Jardim, e

deságua no Caiaí, nas mediações do povoado de Pinhões, no limite dos municípios de João Alfredo e Salgadinho. Está posicionado entre as serras da Melancia, a sudeste, e as de Tamboatá, a nordeste. No lado esquerdo, encontram-se quatro afluentes: Olho D'água do Cercado, Povoado Ribeiro Grande, Engenho Umari na Melancia e da Mumbuca; no lado direito, há mais cinco afluentes: da Lagoa de Casa, do distrito de Umari, de Estaca, de Gitirana e do Cangungo (SUDENE, 1999).

Como a maioria dos rios e riachos do semiárido, o Ribeiro Grande apresenta-se como temporário, seus cursos com águas correntes acontecem apenas nos meses mais chuvosos, no caso, em maio e junho. Identificam-se quatro fontes de água permanente, e a população local os chama de açudes. Dois deles se encontram nos afluentes do distrito de Umari, a leste da área urbana e próximos ao povoado de Aroeiras. Os demais, nas nascentes dos riachos do Engenho Umari da Melancia e em Mumbuca, ambos na Serra da Melancia (SUDENE, 1999).

Localizado no planalto da Borborema, o riacho Ribeiro Grande está posicionado no domínio fitogeográfico do Agreste Pernambucano. Ao norte, encontra-se mata seca numa área de densidade demográfica, seguindo uma escala de 201 a 300 habitantes por km²., com clima seco subúmido, temperatura do ar variando de 23 a 24° C, com precipitação pluviométrica numa média anual entre 850 e 1.300 mm., hipsometria que atinge uma altura de 200 a 400 metros do nível do mar, composição geológica correspondente aos granitos neoproterozóicos, em que prevalece o solo do tipo Planossolo Háplico e Neossolo Litólico (SILVA, 2006).

Figura 3 – Mapa de localização dos quatro sítios no Riacho Ribeiro Grande.



1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO INDÍGENA E DA EUROPEIA NO MÉDIO CAPIBARIBE

A configuração territorial de Pernambuco nem sempre foi a que se apresenta hoje, surgiu na primeira metade do século XVI, com a criação da Capitania de Duarte Coelho. Delimitada no litoral por acidentes naturais, tendo a foz do rio Santa Cruz ao norte e a do rio São Francisco ao sul. A partir desses pontos, o território avançava para o interior até o imaginário meridiano de Tordesilhas. A separação entre Pernambuco e a Bahia era feita pelo rio São Francisco, desde a foz até suas nascentes (ANDRADE, 2004, p. 87).

Com o avanço do povoamento, Pernambuco não teve condições de manter seu controle sobre áreas mais distantes, como o território hoje piauiense, quando em 1715, foi tirado de sua jurisdição e anexado ao Maranhão. Em 1721, quando foi criada a capitania de Minas Gerais e estabelecidos seus limites, ficou definido que ela compreenderia todo o São Francisco até a desembocadura, no mesmo rio Carinhanha (ANDRADE, 2004, p. 87).

No século XVIII, Pernambuco perdeu parte de seu território, mas foi compensado com a anexação da pequena, mas povoada capitania de Itamaracá, e do arquipélago de Fernando de Noronha. No século XIX, castigado pelas duas revoluções republicanas que promoveu, perdeu o território da Comarca de Alagoas (1817) e o extenso Sertão do São Francisco; em 1824, foi anexado provisoriamente a Minas Gerais e depois parte dele à Bahia, em 1827 (ANDRADE, 2004, p. 87-88).

Quando as capitanias foram classificadas em Gerais e Anexos, o Ceará estava sob a jurisdição de Pernambuco; nos anos de 1656 a 1799, sob a do rio Grande do Norte, entre 1701 e 1817; e sob a da Paraíba, de 1675 a 1799 (ANDRADE, 2004, p. 88).

O povoamento europeu no Brasil foi iniciado praticamente pelo Nordeste e especialmente por Pernambuco e pela Bahia. No período pré-colonial, a população indígena no Brasil era estimada em dois milhões de pessoas e, com a chegada dos portugueses, em 1500, suas preocupações se dirigiram à busca de produtos tropicais e aos minérios de grande valor na Europa. Pernambuco, como o Brasil em geral, não dispunha de ouro, prata e especiarias, fazendo os portugueses estabelecerem colônias agrícolas e produtoras de açúcar para abastecer o mercado europeu (ANDRADE, 1999).

Entre todas as capitanias, Pernambuco oferecia condições que a colocavam como a melhor na produção do açúcar, mercadoria tropical que era demandada pela Europa. Foram encontradas boas condições na Zona da Mata e em alguns brejos, devido ao clima quente e úmido, com duas estações, sendo uma seca e outra chuvosa, com solos aluviais de massapé e aluviões de barro vermelho, tendo posição geográfica localizada em menor distância da Europa, existência de portos naturais protegidos pelos arrecifes de arenito e um governo forte, como o de Duarte Coelho Pereira (ANDRADE, 1999).

O governo português se estabeleceu em Olinda, tendo o Recife como seu porto. Pernambuco tornou-se um ponto fixo de expansão do povoamento europeu. Os indígenas foram dominados através de processos, como derrota militar, política de alianças, contaminação de doenças trazidas pelos europeus e hábitos adquiridos no convívio especialmente com os religiosos católicos (ANDRADE, 1999).

A expansão do povoamento ocorria de acordo com o estabelecimento dos engenhos e da plantação da cultura do açúcar. A mão de obra era escrava, usando-se primeiramente a dos índios e depois a dos negros africanos (ANDRADE, 1999).

Nos séculos XVI e XVII, Olinda e Salvador eram os centros mais dinâmicos do país. Foi deles que se expandiram o povoamento e o domínio europeu por quase todo o interior nordestino e o de Pernambuco. De Olinda partiram expedições para o sul, pela Foz do rio São Francisco, subindo até ocupar o Sertão e depois as nascentes do São Francisco, anexando-se essa comarca à Capitania. Pelo norte, ocuparam a costa do litoral nordestino até o Pará, anexando as Capitanias de Itamaracá, Paraíba e Ceará (ANDRADE, 1999).

Nesse período, o território pernambucano estava sendo ocupado, seguindo-se três caminhos, partindo do litoral e trilhando através dos cursos naturais dos rios São Francisco, Ipojuca e Capibaribe. Esses territórios ocupados pelos índios foram loteados pela coroa portuguesa através das sesmarias.

Em 1639 tal avanço já atingia terras do médio São Francisco, pois, desde 1645, tiveram contatos com índios procedentes da região de Cabrobó: o “sertão dos Rodelas” (MELLO, 1966, p.8).

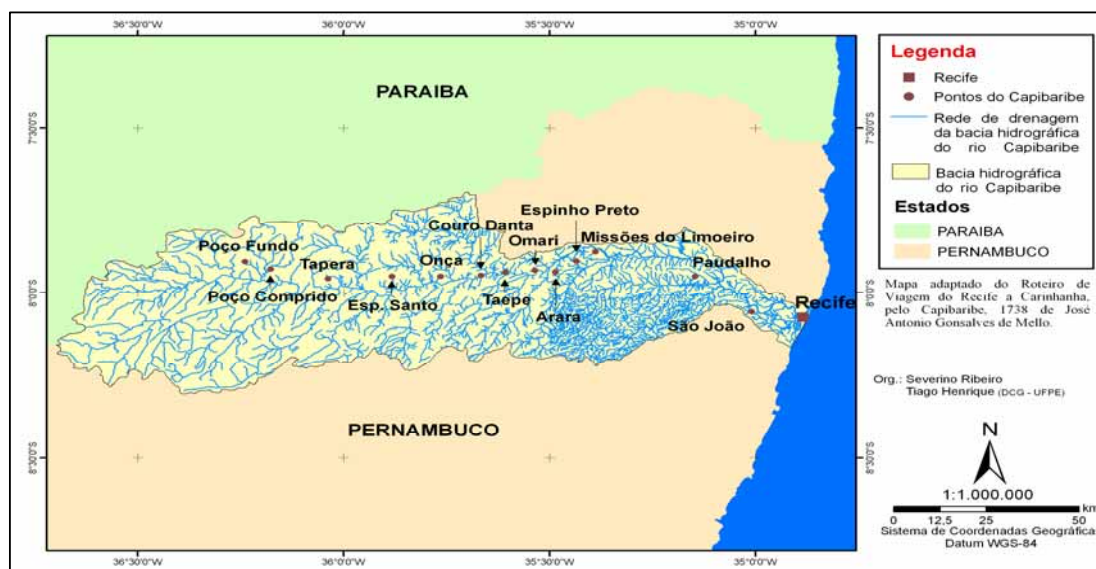
Pelos caminhos do Ipojuca, na segunda metade do século XVIII, não se penetrava no Recife, quer dizer, em Pernambuco, além de Bezerros a quinze léguas²⁶ para o interior; o que

²⁶ - Léguas. Corresponde a uma medida itinerária equivalente a 6.000 metros (FERREIRA, 2008, p.511).

ficava além se entendia como sendo da Bahia. Acompanhava o vale desse rio e alcançava em seguida o rio Moxotó, atingindo o rio São Francisco na Boa Vista. Quanto ao “Caminho do Capibaribe”, como pode ser visto na Figura 4, prolongava-se até as nascentes, e, cortando o território paraibano, atingia a ribeira do rio Pajeú, chegando a Cabrobó, à margem do rio São Francisco (MELLO, 1966, p. 8-10).

Em Pernambuco, as estradas seguiam os rios. No começo do século XIX, a estrada oficial de penetração pelo interior da capitania ainda era praticamente inexistente. Tanto no Agreste como no Sertão, as poucas existentes ainda eram as mesmas vias de comunicação aberta. Eram os tradicionais caminhos das boiadas, das terras “batidas” formadas pelos vales e leitos secos dos grandes rios, como o Ipojuca e o Capibaribe (BARBALHO, 1983, v.10, p. 72).

Figura 4 - Mapa do trecho do roteiro de viagem do Recife à caminhada pelo Capibaribe em 1738.



Nos primeiros setenta anos de colonização portuguesa, os colonos vindos do litoral pernambucano pelo interior ou de passagem pela ilha de Itamaracá ocuparam as terras drenadas pelos rios Tracunhaém e Capibaribe–Mirim, solicitando doação de sesmarias a seu capitão-mor e fundando os primeiros engenhos na várzea do Goiana. Nessa época, surgiria espontaneamente a povoação do Capibaribe (ANDRADE, 1999, p. 63). Porém, a ameaça era muito grande e, animados pelos franceses, os indígenas poderiam se lançar em ataques cada vez mais fortes, fazendo recuar o domínio português do norte de Pernambuco (ANDRADE, 1999, p. 67).

Os portugueses foram derrotados em Itamaracá. Goiana era a principal vila dessa Capitania e possuía uma área expressiva, que se estendia das proximidades da costa até os limites com a freguesia de Tracunhaém e com o Curato de Bom Jardim, em Pernambuco (ANDRADE, 1999, p.102).

Até o final do século XVIII, os portugueses não tinham conquistado o Agreste pernambucano. A região montanhosa servia de refúgio aos indígenas, sobretudo aos Cariri e aos negros que fugiam da escravidão. O Agreste permaneceu “ilhado” da dominação europeia até o final do século XVIII. Somente passou a ser mais efetivo após a Guerra dos “Bárbaros” e da destruição dos Quilombos dos Palmares, quando essa região foi dividida em sesmarias. Assim, por quase três séculos após a chegada dos europeus, a Borborema constituiu-se numa barreira que separava o núcleo agrícola e canavieiro, no leste pernambucano, do núcleo pastoril do Sertão (ANDRADE, 1999).

Também, em 1746, os Xucuru, aldeados em Cimbres, com uma população de 640 habitantes, faziam parte das cinco freguesias no Agreste. Eram elas: Bom Jardim, tendo apenas um engenho; Limoeiro, próximo à região da Mata e no vale do Capibaribe, com excelentes pastagens no inverno e o envio de gado nesse período; Bezerros, no vale do Ipojuca, voltado para a pecuária, o couro e as lavouras nos brejos; e Garanhuns, que era a mais distante do Recife, dominada pela atividade agrícola (ANDRADE, 1961, p. 58 - 60.).

A população total do Agreste Pernambucano era de 11.606 habitantes em 1774, distribuídos em cinco freguesias. Conforme a Tabela 1, pode-se verificar que cinquenta anos depois, em 1822, essa população dobrou para 25.917 habitantes, distribuídos, em sete freguesias (ANDRADE, 1961, p. 58-59).

Tabela 1 – Demonstrativo populacional das freguesias no Médio Capibaribe.

Freguesia	População em 1774	População em 1822
Bom Jardim	4.687	10.036
Limoeiro	272	1.627
Garanhuns	3.669	6.183
Bezerros	1.838	3.682
Cimbres	1.140	876
Brejo da Madre de Deus	-	2.429
Taquaritinga	-	1.084
Total	11.606	25.917

Fonte: ANDRADE, 1961, p. 59, 64.

Atualmente, na mata açucareira, encontra-se uma população mestiça de descendentes de negros africanos. No Agreste e no Sertão, a descendência é bem menor de negros e bem maior de índios e seus remanescentes, como os Xucuru de Pesqueira, os Pankararu de Tacaratu, os Kapinawã de Buíque e os Fulni-ô de Águas Belas (ANDRADE, 1999).

O rio Capibaribe, antigo rio dos Cedros na época de Duarte Coelho, era chamado de Caa-pinar-y-pe pelos indígenas, o que significa rio das capivaras, tendo 300 km de curso aproximadamente. A superfície da região, escoada pelo Capibaribe e afluentes, é calculada em 5.880 km². (BARBALHO, 1983, v.9, p.164).

No século XIX, Aires de Casal reportava o rio Capibaribe da seguinte forma:

Como sendo das capibaras, tem a origem no distrito dos Cayriris-Velhos, obras de cinquenta léguas distante do mar; a princípio é salubre, seu álveo quasi sempre pedregoso com muitas cachoeiras; só é navegável por espaço de seis milhas; e deságua por duas bocas, uma dentro da praça do Recife, outra uma légua ao sul no arrayal dos afogados, onde tem uma ponte de madeira com duzentos e setenta passos (CASAL, 1947, p. 166)

A lei das Sesmarias²⁷ surgiu no reinado de D. Fernando, o Formoso, (1375-1383), durante a menor idade de Duarte de Albuquerque Coelho (1554-1560), e seu tio Jerônimo de Albuquerque franqueou a margem do Capibaribe (ABREU, 2000. p. 96-100).

Aos 24 de julho de 1540, Duarte Coelho assinava a carta de sesmária em favor de Vasco Fernandes de Lucena, que, com seus descendentes, povoou terras pelo Agreste e pelo Sertão de Pernambuco, inclusive terras correspondentes aos atuais municípios de Limoeiro, Bom Jardim e a outros da região. Depois, em 1541, as terras foram destinadas ao desenvolvimento agrícola, principalmente às culturas da cana-de-açúcar, nas terras de massapé do litoral/Mata e do algodão, nas terras do Agreste (BARBALHO, 1983, v.9, p.102-105).

Durante o governo de Tomé de Souza, foram fundados engenhos de açúcar, foi desenvolvida a pecuária e introduzido o gado nas fazendas do Brasil. Baseando-se nas ordenações manuelinas²⁸, foram proibidos a escravização e o saque dos gentios, salvo quando sob licença do governo ou dos respectivos capitães-mores. Estabeleciam feiras semanais nas vilas e

²⁷ Sesmarias – Segundo Costa Porto, o termo estaria ligado ao sesmo, sexviri ou sevir “colégio feudal”, integrados de repartir o solo entre os moradores. A lei de sesmarias data de 1375, reinado de D. Fernando, com objetivo de fiscalizar o cumprimento da lei nas vilas, cidades e comarcas. Foi aplicada no Brasil por Dom João III, com a criação das Capitânicas Hereditárias, através dos Forais (Carta com os direitos e deveres do Donatário). O primeiro donatário (governo) que recebeu foi Duarte Coelho em 1534 (VAINFAS, 2000, p. 529).

²⁸ Ordenações manuelinas – Foram antigas compilações jurídico-legislativas portuguesas. Eram as leis gerais do reino. Existiram três: Afonsina (1446), Manuelinas (1521) e as Filipinas (1603) (VAINFAS, 2000, p. 436).

povoados, nas quais os indígenas pudessem concorrer regularmente, comprando, vendendo ou fazendo escambo com produtos diversos. Em 1820, havia numerosas fazendas de gado, engenhocas de açúcar e sítios de cultura espalhados por toda a região (BARBALHO, 1983, v. 9, p. 115-152).

Um fator fundamental no processo de povoamento do Agreste foi a destruição dos quilombos. Desocupadas as terras, sem mais o risco dos ataques dos negros e também dos índios que por ali formavam seus redutos, iniciou-se um período no qual o governo pernambucano passou a doar sesmarias nos vales dos rios Ipojuca, Una e Capibaribe aos senhores de engenho da Zona da Mata, que necessitavam de terras para a criação de gado (BARBALHO, 1983, v. 11, p. 94).

Descrevem-se abaixo doações de sesmarias cedidas, nos séculos XVII, XVIII e XIX, pelo governo da Capitania de Pernambuco nas mediações dos rios Tracunhaém, Capibaribe e no Caiá e seus afluentes:

- Terras ocupadas por sesmeiros no século VXII: Gregório de Barros.

Pedido de terras em pleno Agreste Norte-Oriental, e, deferido um deles, assim aos 7 de julho de 1623, Carta de Sesmaria na forma regimental, sem foro, nem pensão, em favor do fazendeiro Fernão Camelo, “de 4.000 braços de terra em quadro”, confrontando da parte do norte e sul com os rios Tracunhaém e Capibaribe, de leste com terras de Gregário de Barros..., região já vinha sendo desbravada muitos anos antes da invasão holandesa (BARBALHO, 1982, v.2, p. 166).

- Terras ocupadas por sesmeiros no século VXIII: Barbosa, Pereira de Lucena, Coutinho, Costa de Araújo e Pires de Moura.

Sabe-se que a família Barbosa é tradicional pela criação de gado e pelo cultivo de algodão na região e, indiscutivelmente, pioneira no desbravamento e na povoação parcial do território de Limoeiro e Bom Jardim. Através de casamentos, ligaram-se a Pereira de Lucena, também situado em terras agrestinas, entre os rios Tracunhaém e Capibaribe (BARBALHO, 1982, v. 2, p. 167).

Em 1709 foi doada uma sesmaria para Manoel Luiz Coutinho e Antonio Fiz Coutinho, elles suplicantes tem descoberto a sua custa umas terras capazes de criar gado que estão devolutas e desaproveitadas, e as querem povoar com seos gados, as quaes ficão do Capibaribe p. a parte do Norte em um riacho chamado Cahahi seis legôas de terra p. elle acima, trez p. cada um dos suplicantes, de comprido e uma de largo, fazendo pião na caxoeira grande chamada de tanque pelo dito riacho a cima, que corre para a parte do poente, e p. a parte do Capibaribe, entre o dito rio, e riacho, querem povoar e metter seos gados na

forma que S. M. as concede p.. si e seos herdeiros: P. a VS. lhes faça mercê conceder-lhes de sesmaria as ditas legoas de terra p. cada um dos supplicante (DOCUMENTAÇÃO, 1954, v. 1, p. 179).

Também, em 1709 consta a doação de uma sesmaria para o Capitão mor Domingos da Costa de Araújo e André Pires de Moura, que elles supplicantes teem descobertos a sua custa e com muito trabalho, uma terras, capazes de criar gados, que estão devolutas e nunca forão povoadas, e as querem povoar com seos gados, as que ficão do Capibaribe p. a parte do norte, em um riacho chamado Cayhahi, seis legôas de comprido, e uma de largo p. elle acima, começando nas testadas de Antônio Fernandes, e Manoel Luiz correndo p. a parte da serra Tacoraritinga, ficando dentro da dita a data um olho de agôa que está na ponta da dita serra (DOCUMENTAÇÃO, 1954, v. 1, p. 181).

Terras ocupadas por sesmeiros no século XIX: Batista da Silva e Gomes Taboza.

Em 1803, meia légua de terra em quadro, na freguesia do Bom Jardim, termo da vila de Igarassu, e pelo riacho Gabivé acima, pegando do marco do Pe. Antonio Gomes Taboza recebeu em favor de João Batista da Silva”. (DOCUMENTAÇÃO, 1954, v. IV, p. 12). “Depois, O sesmeiro João Batista da Silva conseguira mais três quartos de léguas de terra entre a sua pequena propriedade e a do fazendeiro Reinaldo Gomes Taboza. Enfim,, conseguiu ser beneficiado com $\frac{1}{2}$ légua de terra na Freguesia do Bom Jardim e em 1804, possuía $\frac{3}{4}$ de terras cultiváveis situado no riacho Gabové (BARBALHO, 1983, v. 10, p. 152,165).

O desaparecimento de povos indígenas no Médio Capibaribe aumentou gradativamente a partir da ocupação europeia na região e se consolidou com a distribuição de sesmarias, complementado-se, paralelamente com apoio determinante dos religiosos da Ordem Católica de São Felipe Néri, conhecidos como oratorianos.

Os oratorianos instalados na ermida de São Gonçalo, no Cabo de Santo Agostinho (PE), formaram, no ano de 1696, um grupo com cinco sacerdotes e sete estudantes que, por sugestão do Papa, juntou-se ao Oratório de São Felipe Néri, de Roma. O trabalho missionário dos oratorianos foi autorizado pelo Estado Português, em 1674, ainda como consequência da expulsão dos jesuítas; os oratorianos assumiram então quatro de suas missões em Pernambuco: a de Arorobá, atual região da cidade de Pesqueira, a de Ipojuca, a de Ararota e a de Limoeiro. Em 1690, os oratorianos partem para fundar novas aldeias devido à volta dos jesuítas à administração de suas missões, provocando sua interiorização (BARBOSA, 2007, p. 128).

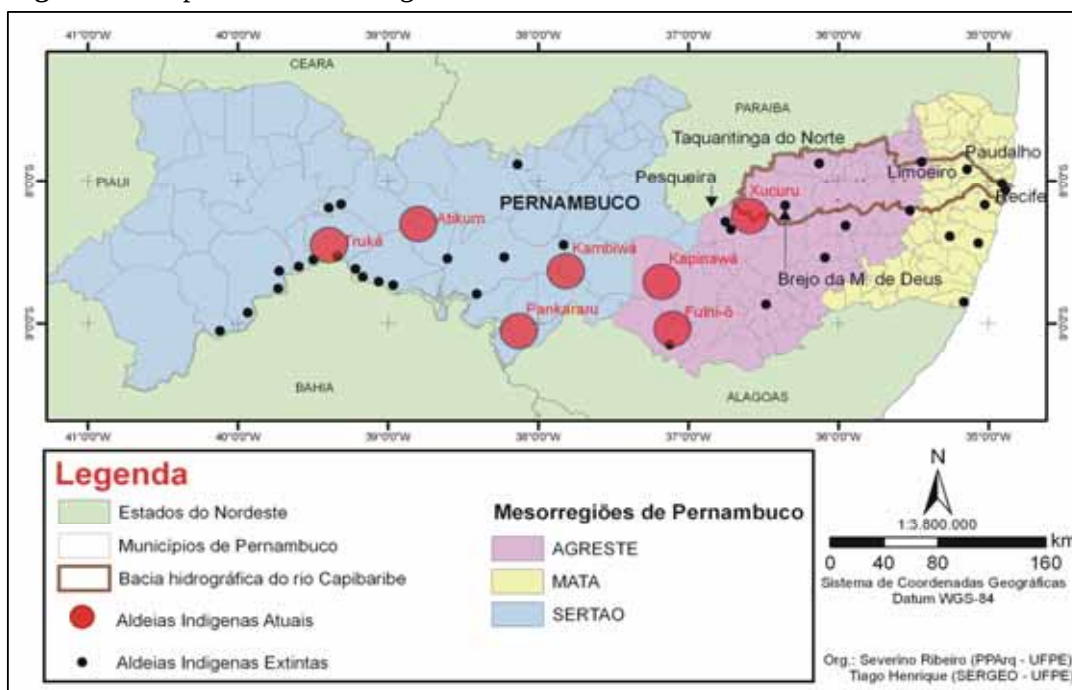
As aldeias dos Tupinambá do litoral brasileiro e as dos índios do Nordeste, erigidas em sítios arejados na vizinhança dos rios, rodeadas de matas e terras férteis. Os jesuítas, que adquiriram fama de entendidos na maneira de erigir aldeias, não fizeram outra coisa senão seguir

a experiência dos silvícolas: as missões da Companhia assentavam, em geral, em antigas taperas indígenas (PINTO, E. 1938, p. 161-162).

Os Cariri foram os primeiros habitantes conhecidos do Agreste e do Sertão de Pernambuco. Esse povo, de cujas origens vêm as nações dos Carapotó, Xucuru, Carnijó, Pankararu, Paratió, Anchu, Pipipãe e mais gentes, que dariam vida e movimentação às terras agrestino-sertanejas (BARBALHO, 1982, v. 1, p. 43). Quanto às habitações dos Cariri, quase nada se sabe. Conforme Estêvão Pinto, seguindo o relato de Yves d'Évreux, os Teremembé não gostavam de “fazer hortas e nem casas”, dormiam no chão e conduziam consigo pouca bagagem (arcos, flechas, machados, um pouco de cauim, algumas cabaças e panelas) (PINTO, E. 1938, p. 174).

Conforme a Figura 5, no levantamento realizado pelo CONDEPE em 1981, podem-se identificar os pontos das aldeias atuais e das extintas no Estado de Pernambuco.

Figura 5 – Mapa das aldeias indígenas atuais e das extintas em Pernambuco



Fonte: Mapa modificado, CONDEPE, 1981.

O reino queria ordem, trabalho, produção e dízimos, não para Deus, porém, para a fazenda real. Daí as tentativas d'El-rei no sentido de pacificar Pernambuco inteiro, procurando

acomodar os índios em aldeias e povoados dirigidos pelos jesuítas em geral (BARBALHO, 1982, v. 6, p. 20).

Segundo o livro “Descrição de Pernambuco, de 1746 a 1758”, organizado a mando do governador D. Marcos de Noronha, e, conforme o Quadro 4, abaixo, podem-se identificar as aldeias indígenas de Pernambuco existentes na metade do século XVIII.

Quadro 4 – Aldeias Indígenas de Pernambuco de 1746 a 1758

Aldeia	Situada	Índios identificados	Ordem religiosa
N. S. de Escada	Freguesia de Ipojuca	Caboclos de língua geral	S. Felipe Nery
Limoeiro	Freguesia de Santo Antônio do Tracunhaém	Caboclos de língua geral	S. Felipe Nery
Aralagui	Freguesia de Taguara, rio Popoca, invocação N.S. de Assumpção (atual:Goiana)	Caboclos de língua geral	S. Felipe Nery
S. Francisco	Ilha de Aracapá	Índios da tribo cariris	Um missionário italiano
N. S. dos Remédios	Ilha do Pontal (rio S. Francisco)	Índios da tribo Tapuya, Tamagucios.	Um missionário italiano, Franciscano
Siri	Freguesia de S. Lourenço do Tejucupapo, da invocação de S. Miguel (atual:Goiana)	Nesta aldeia nasceu em 1601 D. Antonio Felipe Camarão	Um religioso Carmelita da observância.
S. Miguel do Uma	Freguesia de S. Miguel do Una	Índios de língua geral	Um religioso Carmelita da observância
Alagoa	Serra do Communitaty, invocação de N.S.da Conceição (atual:Águas Belas)	Tribo Carijós	Um missionário, sacerdote do hábito de S.Pedro
Arorobá	Atual Pesqueira	Tapuyos Chucurus com 640 pessoas	Um religioso de S. Felipe Nery
Canijós	Ribeira do Panema, logar da Lagoa	Tapuyas	Sacerdote do hábito de S. Pedro
Macaco	Atuais kapinawã, (atual: Buíque e região.	Tapuyas, Tarapicós	Sacerdote do hábito de S. Pedro

Fonte: GALVÃO, v. 1, 1908, p. 18-19. Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Etnicidade – NEPE/UFPE, 2009, ANDRADE, 1999, p. 99.

Na atual região de Pesqueira, próximo às nascentes do Capibaribe, encontra-se a Serra do Arorobá, situada a 890 m de altitude. Suas terras pertenciam ao patrimônio municipal da vila de Cimbres, instituído em 1755 por D.José I, rei de Portugal (MEDEIROS, 1981, p. 22).

Bernardo Vieira de Melo, senhor de Engenho, juntamente com seus familiares, possuía propriedades no Arorobá. José Fernandes Vieira de Melo, em 1654, recebeu uma sesmaria correspondente a todas as terras em torno da serra. Promoveram guerras de extermínio contra a

tribo Tapuia²⁹ dos Quesque, cujos líderes vinham causando reiterados danos às fazendas e aos sítios de cultura, aos criadores de gado e principalmente incentivando a rebeldia provocada entre os demais índios ali viventes, consequente do regime de escravidão a que os brancos os queriam submeter. Os índios sofreram derrotas, com centenas de mortos e feridos, e os prisioneiros eram enviados para o Mercado de Escravos, em Olinda, e ali vendidos por arrematação, em benefício da Real Fazenda. Bernardo Vieira de Melo entregou as terras e o gado de Arorobá para os Padres da Congregação de Oratorianos, fundadores do Brejo da Madre de Deus e catequizadores dos índios Urubá, Xucuru e Paratió (BARBALHO; DELGADO, 1977, p.27- 35)

A instalação dos oratorianos em Limoeiro se iniciou durante o governo de Francisco de Brito Freire, que chegou a Pernambuco em 1661, quando foram aldeados muitos Tapuia – até então considerados indomáveis. E, para habitarem na vizinhança dos nossos – diz Brito Freire – fizemos duas povoações novas e igreja, em ambas, “assistida do venerável padre João Duarte do Sacramento.”: uma em Santo Antônio, que desapareceu devido a doenças como a bexiga. Em 1668, os índios que restaram foram deslocados para outro aldeamento em Limoeiro, que tinha sido comprado pela Congregação Oratoriana. O aldeamento de Limoeiro, além de catequização, servia como reduto de recolhimento dos índios das áreas vizinhas, sobreviventes das doenças e guerras de extermínio (MEDEIROS, 1981, p. 53-57).

A aldeia deu origem à atual cidade de Limoeiro e era composta por Caboclos da língua geral, e seus religiosos eram da Congregação de São Felipe Néri (COSTA JR., 1942). A data da criação da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação do Limoeiro é incerta, mas, segundo declara o vigário de Sirinhaém, João Saldanha Marinho, em “História da Igreja Pernambucana”, ela foi edificada para os índios pelo padre João Duarte do Sacramento (MELLO, J. M. F., 1852, p. 146).

Em 1700, existiam muitas queixas dos padres nessa região, dirigidas a moradores, isto é, aos criadores de gado que cobiçavam terras dos índios. Foi esse o motivo pelo qual o Pe. Sacramento comprou terras para colocar os Xucuru aldeados no Capibaribe. Outra reclamação da Congregação, também, era dirigida aos moradores que forçavam os índios a procurar seu sustento nas matas, pelo fato de destruírem as plantações. Depois que o Pe. Sacramento aldeou os Xucuru no Capibaribe, retirou-se do local, deixando dois padres para doutriná-los. Limoeiro passou a ser

²⁹ - Tapuia – Os portugueses dividiram os indígenas em dois grupos: Tupi e Tapuia. Os Tapuia eram povos que possuíam língua e cultura diversas. Os Tupi denominaram os inimigos falantes de outras línguas. No interior do Nordeste, havia os Cariri, Janduí, Paiacu, Canindé, Sucuru, Icó, Tocaruba, entre outros (VAINFAS, 2000, p. 544).

o lugar definitivo da aldeia depois de duas tentativas frustradas de fixação dos Xucuru (MEDEIROS, 1981, p. 53-55, 76).

Em 1725, a Aldeia de Limoeiro pertencia à freguesia de Santo Antonio de Tracunhaém, termo da vila de Igarassu, e nela já existia uma povoação de muitos casais de índios, que ainda não possuíam terras para seu aldeamento. Depois, em 1730, a missão encontrava-se em decadência e sob o comando do padre Porciano Coelho, conhecido como Saco de Carvão, e a vila voltou a prosperar, conseguindo terras para os índios aldeados (BARBALHO, 1983, v. 7, p. 91-208).

Diz o Padre Porciano Coelho, foi servido dar a cada aldeia uma légua de terra para os índios das ditas plantarem suas lavouras e criarem seus gados e mais criações (BARBALHO, 1983, v. 8, p. 18).

Como forma de ocupação e domínio sobre a região, o governo português estabeleceu-se comarca, freguesia e curato no período colonial.

Em 1755 foi criada a lei de vilas de índios – vilas com termos municipais – as quais, em Pernambuco, deveriam ser levantadas nas aldeias que possuísem mais de 100 fogos³⁰ e gentios bastantes para a instituição de seu regime (BARBALHO, 1983, v.8, p.146-147). Através das ordenações do Marquês de Pombal,³¹ aldeias foram transformadas em vilas, todas que possuísem o necessário número de índios para ser instituído seu regime. O governador da Capitania mandou aldear e avilar os índios pernambucanos que doassem terras necessárias para a lavoura e o comércio, nos distritos das vilas e lugares que se erigissem (BARBALHO, 1983, v. 8, p. 87).

No século XIX e em 1811, Limoeiro foi transformada em vila, depois, em 1833, em Comarca³². Desmembrada da comarca de Olinda e com território da Freguesia de Igarassu, compreendia o atual território do Médio Capibaribe e um pouco mais. Pode-se conferir a demarcação desse território, através da Resolução do Conselho do Governo de Pernambuco e da

³⁰ Fogos – De acordo com o censo de 1842, um Fogo corresponde a cinco pessoas (GAMA.J,1977, p.78). Deve-se entender, por fogo, cinco pessoas a cada um (IBGE, 1951, p. 47).

³¹ Marquês de Pombal – Foi o principal ministro do reinado de D. José I de Portugal. Assumiu a Secretaria de Estado da Guerra e Negócios Estrangeiros em 1750 e saiu com a morte do rei em 1777 (VAINFAS, 2000, p.377-378).

³² Comarca – Região, território, circunscrição jurídica sob a jurisdição de um ou mais juizes de direito (HOUAISS, 2004, p. 766).

Ata da Sessão Ordinária do dia 20/05/1833, volume III, que aprovou o projeto de divisão³³ de termos e comarcas. A Resolução descreve no Artigo 4º:

A comarca de Limoeiro abrangerá somente o termo da villa do Limoeiro e Bom Jardim e a parte da freguesia de Taquaritinga, comprehendia nesta Província de Pernambuco, cujas águas entrão no Capibaribe abaixo do riacho das Tabocas (CONDEPE, 2006, p. 103).

A Freguesia³⁴ de Santo Amaro de Taquaritinga foi criada do desmembramento de Bom Jardim em 1801. Segundo o vigário, em 1844, a Freguesia possuía quatro capelas filiais:

- 1- Nossa Sra.da Conceição, na Lapada, margens do Capibaribe, e rendia 30\$000 rs.(réis);
- 2- São José, na Vertente, rendia 20\$000 rs;
- 3- Santa Cruz, com 20\$000 rs;
- 4- Santo Antônio em Jacarará não informou os rendimentos (MELLO, J. M. F., 1852. p. 147).

HONORATO (1976) informa que a Freguesia de Taquaritinga possuía, em 1863, 17 eleitores, e sua população livre era estimada em 8.320 almas.

O antigo Curato³⁵ de Santana surgiu em terras da sesmaria da família Barbosa da Silva, em Bom Jardim, elevado à categoria de freguesia; deu posse ao seu primeiro vigário – Pe. José Inácio Teixeira, datado no livro do tombo de 24 de dezembro de 1757. Foi desmembrada da Freguesia de Santo Antônio de Tracunhaém e termo da Vila de Igarassu. Assim nascia a povoação, à sombra de uma igreja, no alto de uma colina salpicada de paudarcos (BARBALHO, 1983, v. 8, 10).

O território da Freguesia de Santana do Bom Jardim, em 1852, limitava-se pelas propriedades de Cedro, engenhos São João Batista, Tambuatá, Mulata, até o engenho Tabatinga na ribeira do rio Sirigi. Os rendimentos da igreja matriz eram de 100\$000 rs, e os das capelas filiais eram: Palma de 100\$000 rs e Pedra Tapada, 18\$000 rs (MELLO, J. M. F., 1852, p.147).

Em torno de 1811, o inglês Henry Koster viajou pelo Nordeste do Brasil passando por Bom Jardim e descreveu o povoado da seguinte forma (trecho do relato):

A povoação foi edificada na forma de um quadrado. As casas são baixas, mas a igreja é grande e bonita. As choupanas pareciam com as do Assu e demais lugares não são caiados de branco. No Bom Jardim o barro com que foram feitas é conservado na sua cor primitiva. Bom Jardim é o grande ponto de encontro para os mascates que vêm do Sertão e de outras partes mais longínquas. Distant

³³ Divisão de território - O território da Comarca raramente correspondia ao da Freguesia (HONORATO, 1976).

³⁴ Freguesia – Agrupamento, povoação paroquiana (HOUAISS, 2004, p.1389).

³⁵ Curato – Função ou cargo de cura (pároco). Moradia, residência de um cura. Aldeia, freguesia pastoreada por um cura (HOUAISS, 2004, p.893).

do Recife vinte estiradas léguas, na direção N.E. As choupanas que estão à margem da estrada não prometem ter as populações numerosas como temos a ocasião de ver nessas festas. A povoação contém aproximadamente 500 habitantes (KOSTER, 1978, p. 212).

De acordo com o Censo de 1842 (GAMA, 1977), a Freguesia³⁶ de Bom Jardim possuía 3.565 fogos, 17.825 habitantes livres e 36 eleitores. Pela estatística de 1863 (HONORATO, 1976), existiam no território do Bom Jardim 42 engenhos que fabricavam açúcar, resultando em 53 eleitores, com uma população livre estimada em 29.573 almas.

Em 1908, GALVÃO informou que Bom Jardim possuía uma população avaliada em 30.000 habitantes e distribuída em três distritos: Bom Jardim (sede) 18.000, Surubim 7.000 e Queimadas (atual Orobó) 5.000 habitantes. Também nesse período, existiam 56 engenhos, e entre eles estão o Umary e o Pirauá (GALVÃO, 1908, p. 106, 107).

1.3 POPULAÇÃO DO MÉDIO CAPIBARIBE NO SÉCULO XIX

Desde o século XIX, Pernambuco tornou-se uma área de emigração, ou seja, fornecedora de mão de obra para outras regiões em expansão econômica. Quanto aos dados estatísticos e censitários dos períodos colonial e imperial do Brasil, eram realizados por representantes dos governos e sacerdotes e muitas vezes não eram precisos, nem seguros e muito pouco confiáveis. Os mapas de censo preenchidos pelos prefeitos das comarcas e entregues ao governo de Pernambuco apresentavam números diferentes dos da realidade. As informações reais eram omitidas pelos senhores e padres. Os senhores tinham a preocupação de seus filhos tornarem-se soldados (praças) ou de pagar imposto sobre a quantidade de escravos e pessoas que possuíam. No caso da Igreja, os párocos omitiam informações a respeito da população sob seu comando paroquial para não ocorrer sua divisão (MELLO, J. M. F., 1852).

Na tabelas 2 e 3 observa-se a evolução do crescimento populacional e um indicativo da quantidade de eleitores nas comarcas de Limoeiro, Taquaritinga e Bom Jardim no período de 1774 até 1908.

³⁶ Divisão do território – A província de Pernambuco continha quatro divisões principais: A civil ou dos municípios; a eclesiástica ou das freguesias; a militar ou da Guarda Nacional; a judiciária ou das Comarcas, termos, distritos judiciais e policiais (MELLO, J. M. F., 1852).

Tabela 2 – Evolução populacional das comarcas no Médio Capibaribe.

Ano	Limoeiro	Taquaritinga	Bom Jardim
1774(1)	272	-	4.687
1811(2)	600	-	500
1822(1)	1.627	1.084	10.036
1839(3)	6.743	5.091	12.486
1842(4)	18.775	7.320	17.825
1863(5)	29.050	8.320	29.573
1908(6)	25.000	-	30.000

Fontes: (1) ANDRADE, 1961, p. 58-59; (2) KOSTER, 1978; (3) MELLO, J. M. F., 1852. A população de Pernambuco era de 600.020 pessoas livres e 120.004 Fogos. Cada Fogo corresponde a 5 pessoas (p. 78); (4) GAMA, J. 1977; (5) HONORATO, 1976, p. 22, 65 e 143. O Recife tinha uma população de 80.000, Olinda de 24.760 e Goiana de 21.220 almas (p. 51,78 e 122); (6) GALVÃO, 1908, p. 106- 107.

Tabela 3 – Eleitores no Médio Capibaribe.

	Limoeiro	Taquaritinga	Bom Jardim
1842(1)	38	15	36
1863(2)	45	17	53

Fontes: (1) GAMA, AJ. 1977, p. 57-78; (2) HONORATO. 1976, p. 22, 65 e 143.

1.4 ATUAIS TOPÔNIMOS INDÍGENAS E PORTUGUESES

Todos os jesuítas e escritores que tiveram necessidade de entrar em contato com os aborígenes do litoral brasileiro são unânimes em afirmar que a língua dos Tupi-Guarani “é delicada, copiosa e elegante”, com “muitas composições” e maior número de “sincopas³⁷” que a dos gregos. Muito semelhante ao biscoito, na expressão de Nóbrega, “e de alguns vocábulos mais abundantes que o nosso português”, o idioma desse grande grupo cultural-linguístico estava subdividido em vários dialetos (PINTO, 1938, p. 340).

A classificação dos nativos em indígenas de língua geral, os Tupi, e os de língua travada, os Tapuia, foi feita com base no paradigma da simplificação. Essa classificação ajudou no entendimento da primeira diferença do ponto de vista linguístico. Entretanto, passados tantos séculos desde sua realização, faz-se necessário utilizar outros fatores para se encontrar diferenças e semelhanças (BARBOSA, 2007, p. 23).

³⁷ Sincopas – de o verbo sincopar, corresponde a suprimir letra ou mudar o ritmo (FERREIRA, p.741, 2008).

Em Pernambuco a invasão lusa ocorreu pelo litoral e zona da Mata, em seguida rumou para o Oeste (sertão brabo), surgindo assim uma área fisiográfica intermediária – o Agreste, a Terra dos Uru, em cuja enorme região ainda viviam em áreas esparsas, tribos Tapuia e Cariri, dominando quase toda Borborema e caracterizando, com termos de seu dialeto, lugares e coisas de maneira tão acentuada que, no linguajar da atualidade, tais expressões permanecem vivíssimas, como na bacia do Capibaribe (BARBALHO, 1982, v. 1, p. 54).

Considerando-se no presente o espaço territorial correspondente aos municípios pernambucanos de João Alfredo e Bom Jardim, encontram-se sítios arqueológicos com pinturas rupestres no riacho Ribeiro Grande, e procedeu-se a um levantamento com a finalidade de identificar os atuais topônimos³⁸ na região. Para tanto, consultaram-se Mapas do IBGE (2007) e SUDENE (1999) e técnicos das Secretarias de Agricultura dos referidos municípios. Depois foram sendo verificadas as referências de toponímia³⁹ indígena, origem e seu significado. Destacaram-se os de origem portuguesa e os de origem indígena, sendo totalizadas e identificadas, percentualmente, as influências dos nomes indígenas que ainda permanecem preservados.

Após o levantamento, foram identificados 122 topônimos em Bom Jardim, preservando-se 73 de origem portuguesa e 49, indígena (conforme os Quadros 5 e 6 e a Figura 6). Enquanto em João Alfredo, encontram-se 70 topônimos, sendo 43 de origem portuguesa e 27, indígena; também, podendo ser visto nos Quadros 7 e 8 e na Figura 7, observando-se que 40 % dos topônimos indígenas em Bom Jardim permanecem preservados, e 38% em João Alfredo.

Seguem quadros e mapa dos topônimos portugueses e indígenas⁴⁰ em Bom Jardim e em João Alfredo:

Quadro 5 – Topônimos portugueses em Bom Jardim (Total de 73).

Nº	Nomes	Representação atual
1.	Alto	Sítios (propriedades) ⁴¹ (5)
2.	Alto Paraíso	Bairro ⁴² (Bom Jardim sede) (5)
3.	Alto São José	Bairro (Bom Jardim sede) (5)
4.	Açude	Sítio (Propriedade)(5)
5.	Alazão	Fazenda (propriedade) ⁴³ (4)

³⁸ Topônimos - nome próprio de lugar (FERREIRA, p.781, 2008).

³⁹ Toponímia – estudo lingüístico ou histórico da origem dos topônimos (FERREIRA, p.781, 2008).

⁴⁰ Topônimos indígenas – Consideram-se os nomes desconhecidos, de origem indígena e espécies animal e vegetal nativos da América.

⁴¹ Sítio (Propriedade) – Estabelecimentos agrícolas de pequena lavoura (HOUAISS, 2004, p.2556).

⁴² Bairro – Parte que divide uma cidade ou uma vila (Idem, p.380).

6.	Balança	Localidade ⁴⁴ (5)
7.	Barrancos	Sítios (propriedades) (5)
8.	Barra Nova	Localidade (5)
9.	Bela Vista	Sítios (propriedades) (4)
10.	Belmonte	Localidade (5)
11.	Bizarra	Distrito Municipal ⁴⁵ (4)
12.	Boca do Rio	Localidade (5)
13.	Bom Jardim	Distrito sede e município (5)
14.	COHAB	Bairro (Bom Jardim sede) (5)
15.	Derbi	Bairro (Bom Jardim sede) (5)
16.	Bonança	Sítios (propriedades) (4)
17.	Bonfim	Sítios (propriedades) (5)
18.	Brito	Chácara (propriedades) ⁴⁶ (4)
19.	Caçamba	Sítios (propriedades) (4)
20.	Carro de Telha	Sítios (propriedades) (4) Localidade (5)
21.	Campinas	Fazenda (Propriedade)(5)
22.	Chã da Preguiça	Localidade (5)
23.	Chã de Arroz	Sítio (propriedade) (5)
24.	Chã Grande	Sítios (Propriedades)(5)
25.	Corrente	Sítios (propriedades) (5)
26.	Cruzinha	Sítio (propriedade) (4) Localidade (5)
27.	Encruzilhada	Distrito municipal (4)
28.	Espada	Riacho ⁴⁷ (4)
29.	Espera	Riacho (4) Localidade (5)
30.	Estaca	Sítios (propriedades) (4) Localidade (5)
31.	Feijão	Sítios (propriedades) e povoado (5)
32.	Ferrovia	Localidade (5)
33.	Freitas	Povoado ⁴⁸ (5)
34.	Gruta de Chuva	Localidade (5)
35.	Guedes	Sítio (propriedade) (4)
36.	Horizonte	Sítio (propriedade) (4)
37.	Jandira	Chácara (propriedade) (4)
38.	Independência	Engenho ⁴⁹ (5)
39.	Lages	Sítios (propriedades) (4)
40.	Lagoa Comprida	Povoado (5)
41.	Lagoa da Cobra	Localidade (5)
42.	Lagoa de Casa	Sítios (propriedades) (5)
43.	Lagoa do Negro	Povoado (5)
44.	Lagoa do Sapo	Sítio (Propriedade) (5)
45.	Laureano	Sítio (Propriedade) (5)

⁴³ Fazenda (Propriedade) – Propriedade rural de lavoura ou criação de gado (Idem, p. 1316).

⁴⁴ Localidade – Área pequena de um País, região ou cidade (Idem, p. 1776).

⁴⁵ Distrito Municipal – Divisão administrativa de um território, de um município ou cidade (Idem, p.1662).

⁴⁶ Chácara (Propriedade) – Propriedade rural voltada para a agricultura, pequena criação de animais, plantio de frutas e legumes (Idem, p. 401).

⁴⁷ Riacho – Pequeno rio (Idem, p. 2456).

⁴⁸ Povoado – Pequena povoação urbana (FERREIRA, 2008, p. 646).

⁴⁹ Engenho – Estabelecimento situado em zona canavieira e destinado à moagem de cana para o fabrico de açúcar, aguardente, rapadura (HOUAISS, 2004, p. 1149).

46.	Lagoa do Porco	Localidade próxima a Tamboatá (5)
47.	Medo	Riacho (4) Localidade (5)
48.	Melão	Sítios (propriedades) (5)
49.	Nova Vista	Localidade
50.	Noelândia	Bairro (Bom Jardim sede)
51.	Olho d'Água	Riacho (4)
52.	Palmeirinhas	Barragem (localidade) ⁵⁰ (5)
53.	Paraíso	Sítios (propriedades) (4)
54.	Pau Santo	Localidade (5)
55.	Paulista	Riacho (4)
56.	Pé de Serra	Localidade (5)
57.	Pedra do Navio	Localidade e parque turístico (5)
58.	Pedra Fina	Riacho (4) Localidade (5)
59.	Queimados	Localidade (5)
60.	Remenda	Localidade (5)
61.	Riacho Seco	Localidade (5)
62.	Ribeiro Seco	Localidade (5)
63.	Santa Catarina	Sítio (propriedade) (4)
64.	Santa Margarida	Fazenda (Propriedade) (50)
65.	Santa Cruz	Engenho
66.	São Roque	Sítios (propriedades) (5)
67.	São Geraldo	Localidade (5)
68.	São Luís	Fazenda (propriedade)(5)
69.	Seixo	Riacho (4)
70.	Três Lagoas	Sítios (propriedades) (5)
71.	Torto	Sítios (Propriedades) (5)
72.	Várzea Alegre	Localidade (5)
73.	Vital	Sítio (propriedades)(5)

Fonte: (1) TIBIRIÇÁ; (2) GALVÃO; (3) HOUAISS; (4) IBGE, 2007b e 2007c; (5) Secretaria Municipal de Agricultura de Bom Jardim, 2009.

Quadro 6 – Topônimos indígenas em Bom Jardim (Total de 49).

Nº	Nomes	Representação atual	Significado
1	Angico	Riacho (4)	Planta, espécie de acácia do Brasil (1)
2	Aroeira	Povoado (4)	Planta da família das terebintáceas (1)
3	Barra da Onça	Localidade (5)	Onça – felídeo brasileiro (3)
4	Buraco do Tatu	Localidade (5)	Tatu – mamífero americano (3)
5	Cacimbas	Sítios (propriedades) (4)	Cova aberta em terreno úmido colher água. Origem desconhecida (3).
6	Caiaí	Rio ⁵¹ , afluente do Capibaribe (4)	Caiaí - armadilha para apanhar peixe (1)
7	Caiana	Riacho (4) Localidade	Neologismo da Amazônia referente a cana de

⁵⁰ Barragem – Estrutura constituída num vale e que o fecha transversalmente, proporcionando um represamento de água (FERREIRA, 2008, p. 167).

⁵¹ Rio – Curso de água natural, que corre de uma parte mais elevada para uma mais baixa e deságua em outro rio, no mar ou num lago (HOUAISS, 2004, p. 2460).

		(5)	açúcar(1)
8	Câmara de Cima	Sítios (propriedades) (4) Localidade (5)	Nome comum a várias plantas das famílias das solanáceas e verbenáceas (1)
9	Camará Baixo	Sítios (propriedades) (4) Localidade (5)	Nome comum a várias plantas das famílias das solanáceas e verbenáceas (1)
10	Chã do Caboclo	Sítios (propriedades) (4)	Caboclo – descendente de índio e branco(3).
11	Cipoais	Localidade (5)	Plantas lenhosas, trepadeiras das matas atlânticas(3)
12	Cipoais de Baixo	Localidade (5)	Idem nº 11
13	Covoco	Riacho (4)	Terreno dasabado, próximo ao morro. Origem em Pernambuco e Bahia(3)
14	Gamboa	Sítios (propriedades) (5)	Origem obscura. Significa pequeno esteio (trecho de rio ou de rio que serve como armadilha natural para prender peixe (3)
15	Jenipapo	Sítio (propriedade) (4)	Janypaba - fruta de sabor acre (1)
16	Joboatá	Localidade (5)	Espécie de planta curbitácea (1)
17	Jucá	Localidade (5)	Planta do pau-ferro(coesalpina ferreal). Tacape. Índios jucás (3)
18	Jucuti	Riacho (4)	Espécie de canela do Brasil (1)
19	Jurema	Sítios (propriedades) (4)	Planta leguminosa. Nome próprio feminino de uma deusa das matas, rituais de pajelança. (1)
20	Ladeira do Angico	Localidade, próxima de Caiana (5)	Idem nº 1
21	Lagoa D'Antas	Riacho (4) Povoado (5)	Anta – mamífero(tapirus terrestres) América do Sul (3)
22	Lagoa da Onça	Sítios (propriedades) (5)	Idem nº 3
23	Macambira	Serra ⁵² localizada entre Bom Jardim e São Vicente (2)	Planta do Nordeste, família das bromélias (1)
24	Macapá	Localidade (5)	Espécie de amêndoas (FERREIRA,2008)
25	Macoém	Localidade (5)	Origem desconhecida
26	Maracujá	Localidade (5)	Planta trepadeira(passifloráceas).América do Sul (3)
27	Manibu	Localidade (5)	Origem desconhecida
28	Monte Angico	Serra (5)	Idem nº 1
29	Mulungu	Localidade (5)	Árvore leguminosa de flores vermelhas. Origem do Brasil(FERREIRA,2008).
30	Orobó	Rio	Ervilha-de-pomba(3)
31	Paquevira	Localidade, serra (5)	Planta herbácea(canna paniculacas).Vocabulo Tupi(3)
32	Passassunga	Localidade e antigo Engenho (5)	Origem desconhecida
33	Pedra do Caboclo	Localidade (5)	Idem nº 10
34	Piabas	Sítios (propriedades) (5)	Espécie de peixe de rio (1)
35	Pilões	Riacho (4)	Ferramentas de triturar. Origem incerta(3)
36	Pindoba	Sítios (propriedades) (5)	Palmeiras(Attalea oleifera) (3)
37	Pindobinha	Povoado (5)	Diminutivo de Pindoba
38	Pirauá	Riacho, serra (4)	Vocabulo indígena significa a espinha dorsal do peixe, ou talvez. Piruá, umbigo (2)

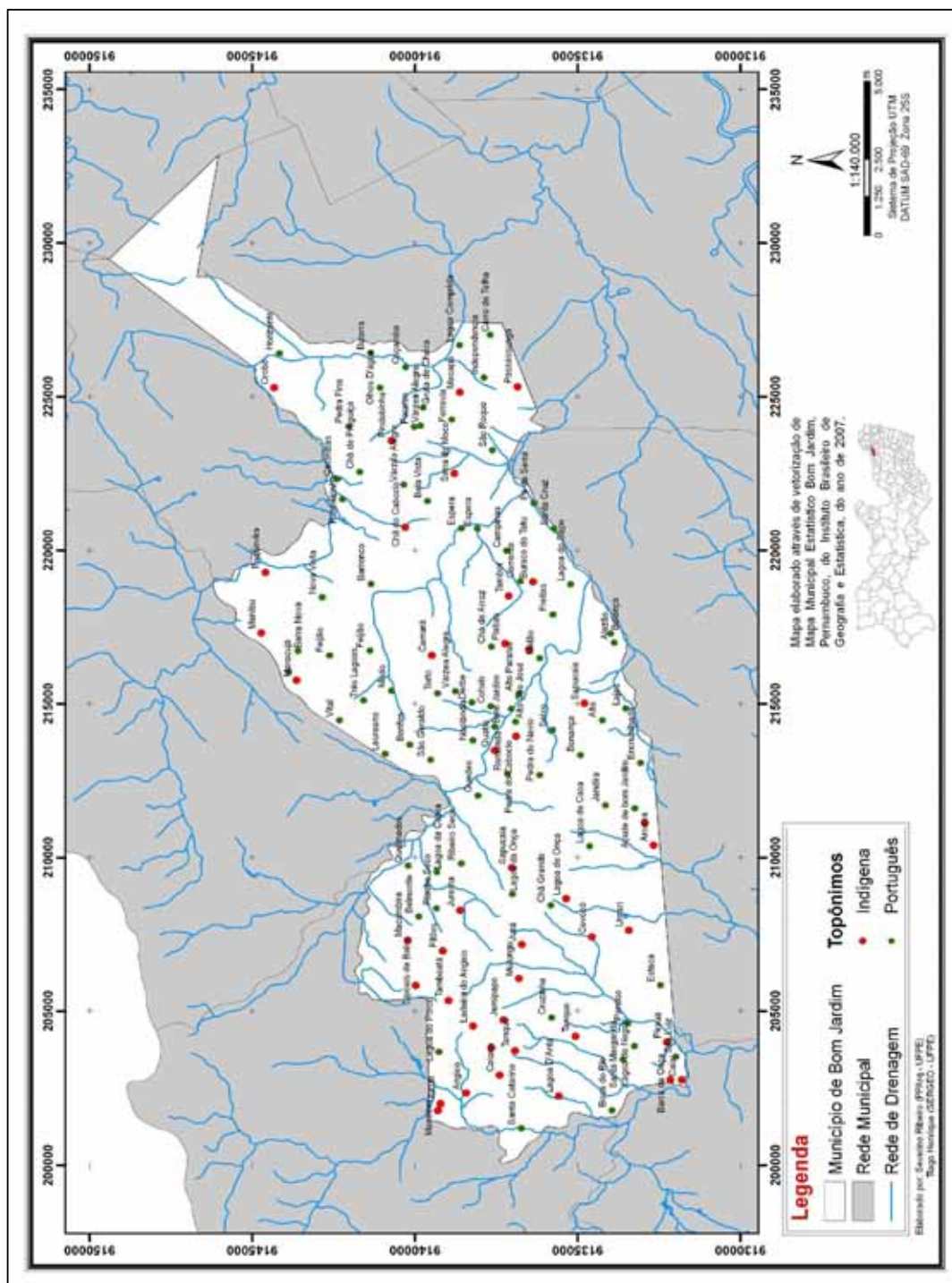
⁵² Serra – Extensão de montes ou penedias com picos e quebradas (HOUAISS, 2004, p.2556).

39	Quatis	Sítios (propriedades) (5)	Mamíferos(procionídeos, nasua nasua). América do Sul.
40	Riacho do Tanque	Tanque ⁵³ – Engenho em Bom Jardim(2).	Recipiente de pedra. Depósito natural de águas nascentes – Origem desconhecida (3).
41	Sapucaia	Sítios (propriedades) (5)	Árvore nativa do Brasil (Leythis com pixideos). Fazem cuias e objetos de adornos. Sementes comestíveis (3)
42	Sapucaia do Alto	Localidade (5)	Idem nº 41
43	Seixo	Riacho (4)	Fragments de rocha arredondada. Cascalho. Origem desconhecida(3)
44	Serra do Mocó	Serra (4)	Roedor da família dos cavídeos (1)
45	Tamanduá	Sítio (propriedade) (4)	Mamífero desdentado que se alimenta de formigas. Vocábulo Guarani, Ta-mondahá, ladrão de formigueiros (1)
46	Tamboatá,	Distrito municipal (4)	Tamoatá – Vocábulo tupi significa peixe cascudo, com 20 cm de comprimento (3)
47	Tambor	Localidade (5)	Instrumento de percussão usado em festas e rituais. Origem desconhecida(3).
48	Tracunhaém	Rio que nasce em Bom Jardim e deságua no Goiana. (4)	Vocábulo tupi, Taracu-nhaen, significa panela de formigas (2)
49	Umari	Distrito municipal (4)	Vocábulo tupi significa árvore que dá água (2). Planta Leguminosa (1)

Fonte: (1) TIBIRIÇÁ; (2) GALVÃO; (3) HOUAISS; (4) IBGE, 2007; (5) Secretaria Municipal de Agricultura de Bom Jardim, 2009.

⁵³ Tanque – Pequeno açude ou lagoa artificial (FERREIRA, 2008, p. 764).

Figura 6 – Mapa dos topônimos portugueses e indígenas em Bom Jardim/PE.



Quadro 7 – Topônimos portugueses em João Alfredo (Total de 43).

Nº	Nomes	Representação atual
1	Alto Neto do Leu	Bairro de João Alfredo sede (5)
2	Asa Branca	Bairro de João Alfredo sede (5)
3	Bom Sucesso	Localidade (4)
4	Borba Campo	Antigo Engenho e Povoado (5)
5	Brejinho	Povoado (5)
6	Bultrins	Bairro de João Alfredo sede
7	Cacimba	Localidade (5)
8	Campo do Borba	Povoado (5)
9	Cascavel	Sítios (propriedades)
10	Cruzeiro	Serra (4)
11	Estaca	Riacho (4) Sítios (propriedades) (5)
12	Flexeiras	Riacho (4)
13	Frei Damião	Serra (4) Sítios (propriedades) (4)
14	Fundão de Baixo	Sítios (propriedades) (4)
15	Fundão de Cima	Localidade (4)
16	João Alfredo	Município e sede
17	Manoel Vidal	Bairro de João Alfredo sede (5)
18	Monsenhor Jonas	Bairro de João Alfredo sede (5)
19	Osvaldo Lima	Bairro de João Alfredo sede (5)
20	Raul Soares	Bairro de João Alfredo sede (5)
21	São José	Bairro de João Alfredo sede (5)
22	Lagoa Funda	Serra (4) Sítios (propriedades) (5)
23	Lagoa Funda de Baixo	Sítios (propriedades) (5)
24	Lagoa Nova	Sítios (propriedades) (5)
25	Lagoa Torta	Engenho (4)
26	Lava Tripa	Riacho (4)
27	Mata Escura	Sítios (propriedades) (5) e mata
28	Melancia	Serra (4) Sítios (propriedades) (5)
29	Olho d'Água do Cercado	Sítios (propriedades) (5)
30	Olho de Água de Pedra	Sítio (propriedade) (4)
31	Pascoal	Serra (4) Sítios (propriedades) (5)
32	Pau Santo	Sítios (propriedades) (5)
33	Pé de serra ⁵⁴	Sítios (propriedades) (5)
34	Pedra do Manso	Sítios (propriedades) (5)
35	Pedrinha	Localidade (4)
36	Pindoba	Riacho (4)
37	Queimadas	Sítios (propriedades) (5)
38	Ribeiro Bento	Localidade (5)
39	Ribeiro Grande	Riacho (4) Sítios (propriedades) (5)
40	Ronca	Riacho (4)
41	Roque	Localidade (4)
42	Santa Cruz	Engenho (4)
43	Verde	Serra (4) Sítios (propriedades) (5)

Fontes: (1)TIBIRICÁ, 2000; (2) GALVÃO, 1927; (3) HOUAISS, 2004; (4) IBGE, 2007; (5) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de João Alfredo, 2009.

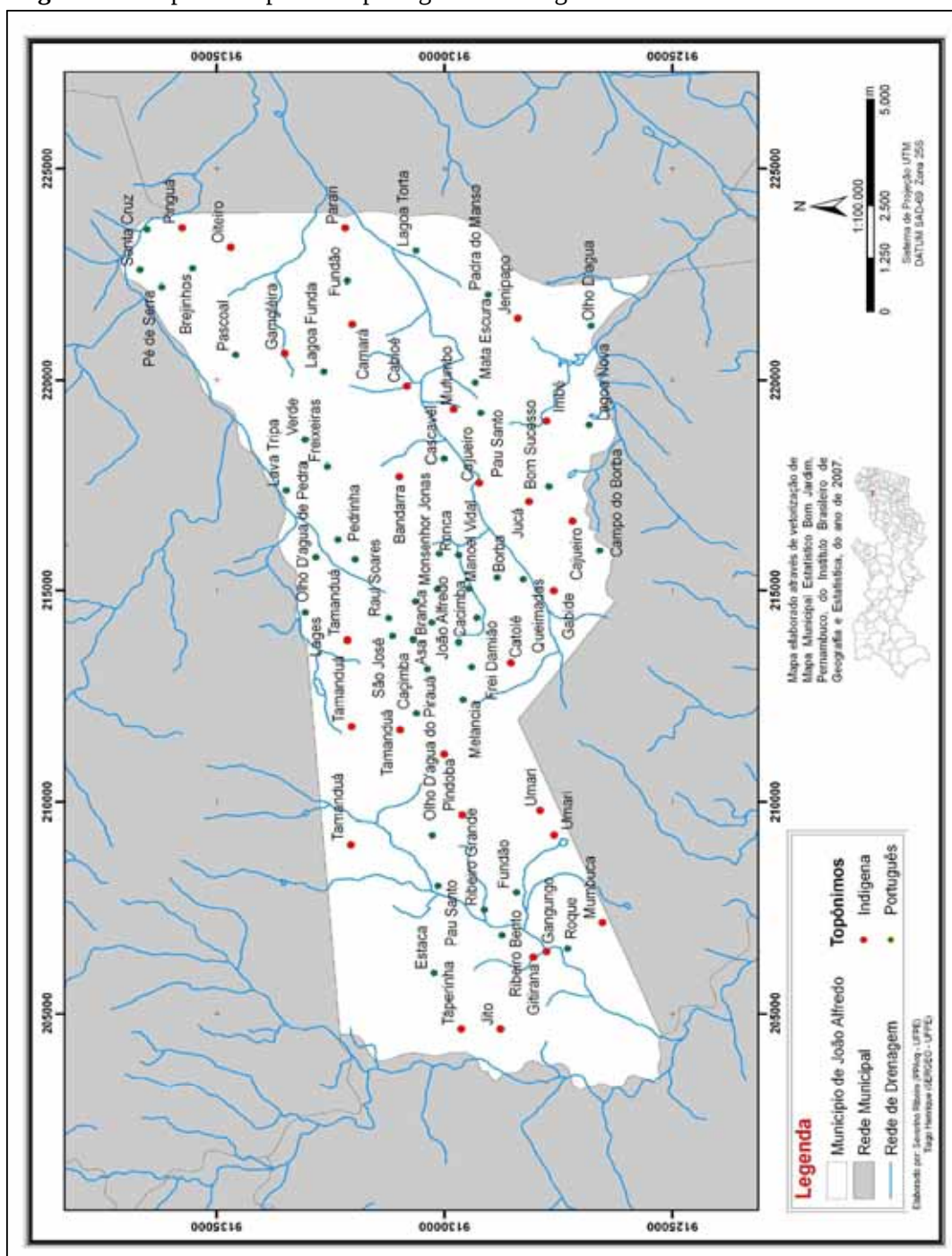
⁵⁴ Pé de serra ou pediplano – Corresponde a uma superfície inclinada (GUERRA, 2009, p. 467).

Quadro 8 – Topônimos indígenas em João Alfredo (Total de 27).

Nº	Nomes	Representação	Significado do nome
1	Antas	Sítio (propriedade) (4)	Anta – mamífero(tapirus terrestis) América do Sul (3)
2	Bandarra	Localidade (4)	Indivíduo que prever o futuro,advinho, vidente. Origem desconhecida(3).
3	Cajueiro	Sítio (propriedade) (4)	Árvore(anacardium occidentale) Origem do norte e nordeste do Brasil.
4	Camará	Localidade (4)	Arbusto(lantana câmara). Nativa do Brasil(3)
5	Canguenge	Riacho	Desconhecido
6	Catolé	Sítio (propriedade) (4)	Caturé, palmeira da família das ceroxilíneas (1)
7	Gabioé	Fazenda (propriedade) (4)	Cesta forte e grande. Origem desconhecida(3).
8	Gabide	Localidade (4)	Desconhecido
9	Gameleira	Sítio (propriedade) (5)	Árvore(moráceas). Construção de gamela. Nativa do Brasil(3).
	Gamgleira	Localidade (4)	Desconhecida
10	Gangungo	Riacho e Sítios (propriedades) (5)	Desconhecido
11	Gitirana	Sítios (propriedades) (5)	Planta(Ipomeacoccinea, Merremia pentaphylla). Origem Tupi(3).
12	Imbé	Fazenda (propriedade) (4)	Nome de várias plantas da família das acácias (1)
13	Jenipapo	Sítios (propriedades) (5)	Janypaba – fruta succulenta de sabor acre (1)
14	Jitó	Sítio (propriedade) (4) Sítios (propriedades) (5)	Relacionado a muito pequeno, miúdo. Origem desconhecida(3).
15	Jucá	Fazenda e Sítios (propriedades) (5)	Espécie de borduna para sacrificar prisioneiro (1).
16	Mofumbo	Sítio (propriedade) (4)	Planta trepadeira(combretum leprosum). Origem desconhecida (3).
17	Mumbuca	Lagoa, fazenda (propriedade) (4)	Vara de abelha grande(1)
18	Oiteiro	Engenho	Árvore vinhático-do campo(Phathymenia foliolosa) e pequena elevação de terreno, colina, monte e páteo(3).
19	Olho d'Água do Pirauá	Sítios (propriedades) (5)	Pirauá – Vocábulo indígena significa a espinha dorsal do peixe, ou talvez. Piruá, umbigo. (2)
20	Parari	Sítios (propriedades) (5)	Pomba da família dos peristerídeos. Chamada de avoante e pomba de bando. Árvore tintória do Amazonas (1)
21	Pindoba	Riacho(4)	Nome comum dado a várias espécies de palmeiras (1)
22	Pinguá	Localidade(4)	Árvore pau-pereira (Geissospermum laeve).Origem Tupi(3).
23	Pirauá	Serra e engenho do, próximo a São Vicente de Pedra Tapada. (2) Sítios (propriedades) e antigo engenho (5)	Vocábulo indígena significa a espinha dorsal do peixe, ou talvez. Piruá, umbigo. (2)
24	Tamanduá do Geminiano	Sítios (propriedades) (5)	Tamanduá-Mamífero(Mirmecofagídeos) Encontra-se do México à Argentina(3).
25	Tamanduá Raul Soares	Sítios (propriedades) (5)	Idem nº 24
26	Taperinha	Engenho que pertence ao território de Bom Jardim (2)	Tapera - Ta-puera, significa aldeia extinta (1). Taba = aldeia, pueira = que foi aldeia abandonada (2)
27	Umari	Engenho que pertence à circunscrição do município de Bom Jardim (2). Engenho desativado localizado na serra da Melancia. (4).	Vocábulo tupi significa árvore que dá água (2). Planta da família da Leguminosa (1)

Fonte: (1) TIBIRICÁ, 2000; (2) GALVÃO, 1927; (3) HOUAISS, 2004; (4) IBGE, 2007b e 2007c; (5) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de João Alfredo, 2009.

Figura 7 – Mapa dos topônimos portugueses e indígenas em João Alfredo/PE.



1.5 ÚLTIMAS DATAS DA PRESENÇA INDÍGENA NO MÉDIO CAPIBARIBE.

Utilizando dados de escavações arqueológicas, de documentos históricos e da história oral, com a finalidade de verificar presença indígena mais recente em sítios com pinturas rupestres, verificam-se casos de ocupação e utilização de sítios por populações até o início do século XX.

Sem a pretensão de esgotar o tema, foi conferido em documentação histórica que as últimas notícias sobre a presença indígena no Médio Capibaribe datam de 1811, quando o aldeamento de Limoeiro passou a ser vila, e os índios, vassalos do rei (CONDEPE, 2006). Também, o recenseamento da população de Pernambuco de 1829 informa que a referida Província possuía 289.601 habitantes, dentre os quais havia apenas 2.094 indígenas (IBGE, 1951, p. 48). Portanto, a documentação histórica aponta que ocorreu uma crescente assimilação da população indígena na primeira metade do século XIX, processo iniciado com a implantação das leis pombalinas, no século XVIII, quando os aldeamentos foram transformados em vilas. Apesar da política de povoamento em busca da assimilação cultural, observa-se através das entrevistas que os atuais habitantes do entorno dos sítios em parte se consideram descendentes de indígenas.

Quanto às datações provenientes de escavações arqueológicas realizadas em Bom Jardim, coordenadas por Armand Laroche, nas décadas de 60 e 70 do século XX, essas informam que o desaparecimento dos povos indígenas ocorreu da segunda metade do século XIX à primeira metade do século XX.

Com base nas fontes históricas e arqueológicas organizadas no Quadro 9, expõe-se uma cronologia das últimas datas da presença indígena no Médio Capibaribe.

Quadro 9 – Cronologia das últimas datas da presença indígena no Médio Capibaribe.

Pesquisa	Documento/escavação/local	Datas
Histórica	Aldeamento de Limoeiro passou a ser vila, e os índios vassalos do rei (1) .	1811
	O censo desse ano apresentou para Pernambuco uma população de 289.601 habitantes e entre eles apenas 2.094 índios (2) .	1829
Escavações Arqueológicas em Bom Jardim/PE (3)	Sítio Chã do Caboclo, presença de 100 anos AP (1976-100=1876).	1876
	Caverna do Nunes, presença de 75 anos AP (1974 – 75 = 1899).	1899
	Sítio Pedra do Caboclo, presença de 70 AP (1974 – 70 = 1904).	1904
	Sítio Monte Angico, presença de 50 anos AP (1974 – 50 = 1924).	1924

Fontes: (1) CONDEPE, 2006, p. 103; (2) IBGE. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império. 1951, p. 48; (3) LAROCHE, A. F. G.; SILVA, A. S., 1977.

Observa-se que, apesar do ‘desaparecimento’ dos povos indígenas do Médio Capibaribe, houve crescimento populacional de grupos indígenas em áreas próximas às nascentes do Capibaribe e em mais duas áreas do Agreste pernambucano.

De acordo com o IBGE (2007), o Agreste pernambucano ocupa uma área de 24.714 km², tendo um contingente populacional de 1.993.868 habitantes. Em 2009, a Fundação Nacional do Índio- FUNAI informou que dentro desse território vivem três grupos étnicos indígenas, são eles: os Xucuru, o mais populoso, com 9.000 habitantes localizados em Pesqueira e municípios vizinhos, com uma área demarcada de 275,55 km²; os Kapimawã, em Buíque e outros municípios, com 2.297 habitantes, numa área de 124,03 km²; e os Fulni-ô com 115,05 km² de área demarcada e 3.229 habitantes, vivendo principalmente em Águas Belas. Dessa forma, verifica-se que os povos indígenas ocupam, atualmente, um território total de 514,83 km², ou seja, apenas 2,08% da Região do Agreste de Pernambuco. Quanto ao total da população indígena, chega-se a uma soma de 14.526 habitantes, correspondente a 0,72% da população. Os três grupos étnicos fazem parte do contingente de remanescente de povos que outrora habitaram o Nordeste brasileiro.

2 ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA

Este capítulo utiliza as abordagens da Arqueologia Histórica e Espacial para analisar o povoamento do território em estudo.

Também, apresenta as contribuições teóricas e metodológicas de Beltrão, Martin e Moley quanto à preservação e à degradação de sítios arqueológicos.

Termina com exemplificação de degradações antrópicas em sítios arqueológicos com pinturas rupestres no Agreste Pernambucano, similares ao nosso presente estudo de caso.

2.1. CONTRIBUIÇÃO DA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA E DA ESPACIAL

Esta abordagem teórica abrange duas linhas de trabalho: uma baseada na Arqueologia Histórica, que busca descrever o povoamento e o contato entre europeus e indígenas da região em estudo, através de documentos escritos disponíveis em arquivos e bibliotecas. A outra, a Espacial, contribui com análise do espaço geográfico utilizado pelos indígenas e população atual que vive em suas proximidades.

Ao estudar os restos materiais das civilizações passadas, a Arqueologia Histórica busca, essencialmente, uma interpretação histórica. Ela transcende o estreito limite de um simples método ou técnica. Decerto, tem condições de contestar ou confirmar registros escritos, preencher lacunas, precisar locais de ocorrência de fatos históricos, e assim por diante. Esse, no entanto, é um de seus aspectos menos significantes, já que, dessa forma, ela atua apenas nos processos conscientes das sociedades. Esse nível de atuação é justamente o mais pobre, porquanto corresponde às normas vigentes, que existem para a manutenção dos costumes e não para expor suas causas. A Arqueologia Histórica tem condições de ir mais além, de atingir os aspectos não conscientes das estruturas técnico-econômicas, sociopolíticas e ideológicas. As ações inconscientes são altamente reveladoras dessas estruturas subjacentes: atividades de descarte, formas de deposição, arranjos espaciais, permitindo leituras mais aprofundadas dos sistemas sociais (KERN, 1989, p. 104 - 112).

A Arqueologia Histórica, com base em documentos escritos, permite identificar e informar, compondo um terreno muito mais seguro, permitindo não só testar a validade dos métodos, proposições, hipóteses e abordagens utilizadas na pré-história, como obter resultados mais confiáveis, que levem à maior garantia de seu emprego, como a criação de novas técnicas (LIMA, 1989, p. 89-90).

Também são propostos dois subcampos da Arqueologia Histórica para o Brasil: Arqueologia Colonial e Arqueologia Pós-Colonial, tendo como diferenciador a relação de produção, pois elas determinam as estruturas econômicas, sociais, políticas e jurídicas de uma sociedade. A Arqueologia Colonial deverá ocupar-se da etapa escravista no Brasil, começando no século XVI, com os primeiros contatos dos europeus com as culturas indígenas e a implantação de uma estrutura produtiva colonial pelo Estado Português, terminando com a decadência das relações de produção escravista por volta de 1870. A Arqueologia Pós-Colonial, por sua vez, deverá estudar a transição para o modo de produção capitalista e a instalação propriamente dita da etapa e do sistema industrial, com o consequente fortalecimento da burguesia, ao final do século XIX e no século XX (LIMA, 1989, p. 97).

A Arqueologia Espacial surgiu como consequência indireta da Ecologia Cultural⁵⁵ e influenciada por ela e através do enfoque processualista nos anos 70 do século XX.

Em 1996, Goodchild definiu a Arqueologia Espacial como um conjunto de técnicas cujos resultados são dependentes da localização dos objetos analisados.

Clarke (1977 apud SANJUAN, 2005, p. 201) estabeleceu a Arqueologia Espacial como a recuperação de informações relativas às relações espaciais arqueológicas e o estudo das consequências das medidas e atividades hominídeas do passado dentro do contexto e entre ele e estruturas, como as articulações existentes dentro dos assentamentos, sistemas de assentamentos e seus entornos naturais. A Arqueologia Espacial é desenvolvida em três escalas de análise, denominadas de micro, semi-micro e macro (SANJUAN, 2005, p. 200-202). Para este trabalho, foram substituídos os citados termos por, respectivamente, intrassítio, extrassítio e área arqueológica.

Para melhor compreensão dos termos, apresenta-se, a seguir, uma breve descrição, a saber:

⁵⁵ Ecologia Cultural – Corrente teórica da Antropologia Cultural que se centra no estudo dos processos por meio do qual uma sociedade se adapta a seu meio ambiente (SANJUAN, 2005, p.292)

- ✓ Intrassítio - Corresponde a menor espaço, estrutura e contextos individuais, ou seja, em relação ao espaço social e pessoal, onde os fatores culturais e individuais são dominantes. No presente trabalho, a dimensão espacial intrassítio corresponde às áreas dos abrigos sob rochas de granito.
- ✓ Extrassítio - Corresponde ao espaço externo e ao entorno do intrassítio. Desenvolve-se em relação ao sepultamento individual (agregações) de estruturas, contextos, depósitos estratigráficos e artefatos, espaços da atividade grupal e coletivos, onde os fatores sociais e culturais se expressam na organização espacial dos vestígios materiais. Exemplo: área do entorno do abrigo.
- ✓ Área Arqueológica – Corresponde a um espaço regional de análise que dá ênfase principalmente às estratégias de ocupação e exploração econômica da natureza, assim como o território teórico, ou seja, trata-se da relação grupo-grupo (desigualdade, conflitividade, cooperação, comunicação, comércio e outros). Explora as relações entre os assentamentos e o meio ambiente. Na prática equivale, ao menos em parte, ao que são as relações das comunidades humanas entre si e entre as comunidades humanas e o meio ambiente em que se desenvolveram. Exemplo: Espaço arqueológico com quatro sítios com pinturas rupestres no riacho Ribeiro Grande, com 16 km².

Observa-se que, como é natural, as escalas extrassítio e intrassítio operam dentro de escalas e magnitudes cartográficas.

2.2 PRESERVAÇÃO: ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA DE CHOAY, BELTRÃO, MARTIN E MOLEY.

A Carta de Burra, em seu artigo primeiro, define preservação como a manutenção no estado de um conjunto de materiais que fisicamente constituem um local, uma zona, outra obra construída, um conjunto de edificações, compreendidos em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertencem e a desaceleração do processo pelo qual se degradam (ICOMOS, 1980).

O presente estudo de caso aborda a degradação e a preservação de quatro monumentos arqueológicos. Em termos de preservação, trata-se dos monumentos arqueológicos como herança do passado, ou seja, corresponde a tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetua a recordação (LE GOFF, 2006, p.525). Esse monumento tem por finalidade fazer reviver um passado

mergulhado no tempo e está de modo permanente, exposto às afrontas do tempo vivido. O esquecimento, o desapareço, a falta de uso, fazem que sejam deixados de lado e abandonados; a destruição deliberada e combinada também os ameaça, inspirada seja pelo desejo de escapar à ação do tempo ou pelo anseio de aperfeiçoamento (CHOAY, 2006, p.26).

A degradação de monumentos em sítios arqueológicos com pinturas rupestres pode ocorrer por fatores naturais e antrópicos: os fatores naturais são processos físicos, químicos e biológicos que podem ocorrer isolados ou em conjunto através de fenômenos físico-químicos, físico-bioquímicos e bioquímicos. Os fatores físicos podem ser de origem climática (variação de temperatura, umidade, chuvas, ventos, fenômenos elétricos, luminosidade, erosão, fratura e esfoliação da rocha, água superficial de infiltração). Os químicos, através da água e do óxido de manganês. O óxido de manganês, de cor preta, é eliminado nos suportes de calcário e recobre as pinturas rupestres. Os biológicos podem ser tanto de origem vegetal como fungos, musgos, líquens, raízes e plantas, como de origem animal (aves, insetos, mamíferos, morcegos, roedores-mocós e caprinos). Os de origem vegetal podem ser retirados, devendo-se, no entanto, manter controle permanente quanto a eles, já que algumas plantas, como a gameleira, típica de grutas, é muito agressiva. Os de origem animal resultam de aves e morcegos que usam as grutas como moradia. Os morcegos, ao fixarem as unhas nas rochas para dormir, acabam destruindo as pinturas existentes. Também as fezes em excesso, reagindo com a urina, desses e de outros animais, como roedores, danificam as pinturas (BELTÃO, 2002, p. 247-248). Esses são alguns exemplos que ilustram fatores naturais que degradam e ameaçam a preservação de sítios com pinturas rupestres.

Quanto aos fatores antrópicos ou artificiais, são considerados como o produto da ação humana que, direta ou indiretamente, acabam destruindo e provocando a degradação de sítios como os de pinturas rupestres. Alguns fatores comuns podem ser encontrados, como pichações, queimadas, culto religioso, extração de rochas para obtenção de cal, brita, paralelepípedos para construção de estradas, casas, muros (BELTÃO, 2002, p. 247-248).

Diferentes produtos são usados para as pichações, sendo sua retirada, em alguns casos, como as produzidas com giz e carvão, bastante fácil. No caso de tinta a óleo, existem trabalhos experimentais para se encontrar procedimentos adequados para sua remoção sem danificação das pinturas. Geralmente os sítios que fazem parte de um roteiro turístico sofrem com as pichações,

principalmente quando não há controle sobre o comportamento de seus frequentadores (BELTRÃO, 2002, p. 248).

A tradicional prática de queima da vegetação, como o preparo do solo para o plantio de culturas agrícolas e as fogueiras feitas por caçadores ou por turistas, mesmo sem intenção de afetar as pinturas, por estarem muito próximas à rocha, acabam atingindo o paredão e o entorno dos sítios e, em alguns casos, cobrindo as pinturas com fumaça. As rochas, ao serem submetidas ao fogo, por mais de nove horas seguidas, sofrem uma forte reação que provoca a queda de superfície rochosa (BELTRÃO, 2002, p. 249).

A queima da vegetação indiscriminada nas estações secas do Nordeste apresenta-se como um problema secular de degradação ao meio ambiente, causando sérios danos aos sítios arqueológicos e às pinturas rupestres. A seguir transcrevemos trecho sobre acontecimento observado no século XIX por Henry Koster, que, passando por Bom Jardim pelos idos de 1811, descreveu a queima da vegetação como sendo um hábito ou descuido da população local:

Pelo caminho para esse ponto vimos uma mata incendiada num lado da estrada. O fogo corre numa légua e mais. Às vezes as chamas, alcançam os galhos das árvores imensas, ultrapassando-lhes o cimo, e cessam. O ato de lançar fogo no pasto é sujeito a punições legais, mesmo que a não intenção ou descuido seja provada. A colheita de cana-de-açúcar fica prejudicada, várias ocasiões, por esses motivos (KOSTER, 1978, p. 213).

A extração das rochas destina-se à construção civil e à fabricação de cal. Tais atividades, além de provocar o desmatamento, destroem o sítio como um todo ou em parte, incluindo seu entorno. Junto a essa atividade, está o uso da dinamite na extração dos minerais que, além de destruí-los, faz com que caiam placas da rocha do que restou do sítio. Como se sabe, existe um problema social de pobreza no Nordeste do Brasil, e os sítios estão localizados numa região do Semiárido onde ocorrem seis meses de seca a cada ano. Sem outra opção, a população, que tem dificuldade de arranjar emprego, retira sua subsistência da própria caatinga (flora e fauna), explorando as rochas e, por vezes, destruindo os sítios arqueológicos e a vegetação (BELTRÃO, 2002, p. 249-250).

Verificou-se que a ação de agentes antrópicos, em face à destruição ou à degradação de um sítio arqueológico, pode ocorrer de forma consciente ou inconsciente. Para ilustrar, descreve-se abaixo um exemplo consciente de destruição, conforme a citação de Gabriela Martin (1990) em “O Adeus À Gruta do Padre”:

A Gruta do Padre encontra-se hoje sob as águas do lago artificial de Itaparica, no vale do São Francisco. No seu lugar emerge uma pequena ilha, península, nas épocas de estiagem, de forma cônica, restos de colina onde se assenta um dos mais conhecidos sítios arqueológicos do Nordeste e que deu nome a uma das mais antigas tradições pré-históricas do Brasil: a Tradição Itaparica. O sítio serviu como ponto de partida para identificação das indústrias líticas pré-históricas no vale do médio do São Francisco (MARTIN, 1990, p. 31-67).

Também em 1990, Gabriela Martin discutia a necessidade de um Projeto especial para a Arqueologia, com o objetivo da preservação dos sítios arqueológicos e seu estudo antes que fossem destruídos por fatores antrópicos. Sem falar da Arqueologia de Salvamento, pois se sabe da imensa falha que esses projetos apresentam. No caso do Brasil, os imensos espaços vazios estão, aos poucos, cada vez menos imensos e menos vazios. Como exemplos, apresentam-se apenas três fatores, entre os muitos, que contribuem para essa situação:

- a) as grandes obras viárias e hidrelétricas;
- b) a exploração do calcário, que destrói, precisamente, os sítios arqueológicos e paleontológicos mais antigos;
- c) a exploração do granito, que destrói o suporte das pinturas e gravuras rupestres em amplas regiões do Nordeste (MARTIN, 1990, p. 114).

MORLEY (2000) relata e lista algumas ações antrópicas e prejudiciais ao patrimônio arqueológico e aponta alternativas de como preservar os sítios arqueológicos brasileiros:

O Brasil dispõe de um rico patrimônio arqueológico, porém pouco conhecido pela grande maioria da população, a qual, de modo geral, ignora não só a importância desses vestígios como também a situação em que se encontram. A consequência mais dramática deste desconhecimento é claramente percebida ao serem constatados os altos índices de destruição de sítios, uma vez que se considera que mais da metade dos vestígios existentes no Brasil no início deste século perderam-se para sempre (MORLEY, 2000, p. 371-376).

Essas ações prejudiciais não são recentes. Relatos do início da colonização portuguesa mencionam a destruição de conchas e mariscos dos sambaquis do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, e apontam historicamente três causas principais da destruição dos sítios arqueológicos:

1. Obra de grande porte. Em nome do progresso, o crescimento das cidades, a abertura de estradas, a construção de hidrelétricas e outras obras foram responsáveis pela devastação de grandes áreas onde, no passado, as populações pré-históricas haviam construído seus acampamentos e aldeias. Embora os responsáveis sejam também obrigados a reportar ao IPHAN

a descoberta de material arqueológico nessas áreas, a comunicação muitas vezes não ocorria, ou, quando o fato era finalmente percebido, o sítio já estava irremediavelmente perdido;

2. O aproveitamento econômico de áreas de interesse arqueológico. Também em nome do progresso, atividades de lavouras como a economia rural é muito forte. Na maioria dos casos, os autores da destruição desconheciam totalmente a existência do material arqueológico naquele local. Em muitas ocasiões, essas peças são coletadas pelo proprietário da terra, que lhes dá nova utilização, como por exemplo: as urnas funerárias pré-históricas, decoradas, que passam a ser usadas como recipiente para rações de animais; as pontas de flecha de cristal coloridas que são trocadas com os visitantes; as peças feitas com variados tipos de rocha, chamadas de “líticos”, são empregadas como peso para máquinas;

3. O vandalismo em sítios. Apoiados em crenças sobre a existência de tesouros que foram enterrados e esquecidos, usam-nas como justificativa para os atos destrutivos. Essa causa destrutiva reflete a desinformação do povo brasileiro sobre seu passado cultural, já que uma indicação clara não está apenas na criação de leis mais severas, no policiamento ou nas ações judiciais. Deve-se somar o esclarecimento e a conscientização do público a respeito da preservação e somente assim o patrimônio arqueológico brasileiro poderá ter chances de sobrevivência. A educação da sociedade parece ser, portanto, a resposta mais adequada para uma situação que se agrava a cada dia.

Conclui-se que qualquer ação ou esforço será inócuo se não contar com a participação da sociedade, atuando como curadora do patrimônio. Junto a essa medida, devem-se buscar os seguintes caminhos:

1. difusão de informações científicas, traduzida em linguagem de alcance amplo, de modo a desmistificar a Arqueologia, destituindo-a de aspectos fantásticos e equivocados;
2. estabelecimento de uma relação verdadeira entre o Brasil dos tempos passados e o da atualidade, de modo que, para a pessoa comum, esse passado deixe de ser tão obscuro;
3. valorização das manifestações culturais que nos antecedem, principalmente, no que diz respeito ao período que precede a chegada dos europeus no Brasil. Frequentemente escutam-se pessoas que manifestam sua certeza de que as populações pré-históricas não eram formadas por “homens como nós”. Essa opinião está contaminada de preconceitos, argumentada, basicamente, pela ausência de construções monumentais, como por exemplo as existentes no Egito, no México ou no Peru. O homem do Brasil pré-histórico não seria “civilizado”;

4. inclusão de temas relacionados à Arqueologia, principalmente no que se refere à Pré-história, nos currículos escolares, com textos produzidos no Brasil e referindo-se às nossas populações pré-históricas.

Deve haver uma formação da consciência nacional sobre a importância do patrimônio arqueológico como extraordinária fonte de informações, que pode e deve ser usufruída por todos (MORLEY, 2000, p. 371-376).

2.3 EXEMPLOS DE DEGRADAÇÕES EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS COM PINTURAS RUPESTRES NO AGRESTE PERNAMBUCANO

A utilização e a transformação de abrigos sob rochas em local de culto religioso também é uma atividade antrópica que degrada sítios e pinturas rupestres, com a prática de instalação de oratórios, a cimentação de piso, a construção de muros, a instalação de fiação de eletricidade, pinturas nas paredes com tinta a óleo e cal, e a fixação de fumaça provocada por uso de velas acesas.

Sítios como os de Pedra Furada, em Venturosa e Pedra da Concha, em Buíque, mesmo estando localizados em áreas públicas e em parques, deveriam estar protegidos. Porém foram atacados por pichadores. Por outro lado, a maioria dos sítios com pinturas rupestres localizados no Agreste encontra-se em áreas particulares, estando assim a critério dos proprietários destruí-los ou preservá-los.

O processo progressivo de degradação compromete a preservação e promove, consequentemente, o desaparecimento dos vestígios de povos pré-históricos que viveram ou passaram por determinado local. Apresentam-se, a seguir, exemplos dessas degradações antrópicas em quatro sítios arqueológicos com pinturas rupestres do Agreste pernambucano.

As mutilações aos sítios com pinturas rupestres, no Agreste pernambucano, apresentam-se em diversas formas, e entre os diversos exemplos destacam-se os promovidos por cultos religiosos e pichações:

1. Sítio Pedra da Lua

No Brejo da Madre de Deus, o abrigo está localizado próximo ao Sítio Furna do Estrago. As pinturas nas cores branco e vermelho se apresentam num afloramento de granito (matacão) e

estão distribuídas em três painéis (Figura 8). Alice Aguiar (1986) registrou uma degradação parcial decorrente de cultos religiosos realizados no local. Existia um pequeno santuário moderno, escavado na rocha, em forma de capelinha, que destruiu parte das pinturas e foi removido posteriormente.

2. Sítio Pedra da Figura

Localizado em Taquaritinga do Norte, nesse sítio as pinturas rupestres possuem cor vermelha de diferentes tonalidades. Em 1980, o abrigo estava escondido por mato denso que dificultava o acesso e de certa forma o protegia. Três anos depois, estava transformado em lugar de romaria, limpo de mato, tendo sido construídos um altar e um cruzeiro em frente ao painel principal, colocando em perigo os desenhos, sobretudo pela presença de velas acesas em torno do conjunto (Figura 9). A construção do altar com base de cimento destruiu qualquer possibilidade de sondagem estratigráfica (AGUIAR, 1986, p. 55).

Figura 8 – Pedra da Lua - Brejo da Madre de Deus/PE



Fonte: IPHAN - 5ª Superintendência Regional – PE, Fev. 2009.

Figura 9 – Pedra da Figura – Taquaritinga do Norte/PE



Fonte: O Autor, 2004.

3. Sítio Pedra Furada

Localizado em Venturosa, esse Sítio com pinturas rupestres foi transformado pela Prefeitura local em Parque Público, e a visitação turística descontrolada provocou, entre tantas degradações, pichações sobre as pinturas rupestres com diversos tipos de tinta (Figura 10).

Figura 10 – Pedra Furada - Venturosa/PE



Fonte: O Autor, 2007.

4. Sítio Pedra da Concha

Em Buíque, localizado no Parque Nacional Vale do Catimbau, no sítio da Pedra da Concha, as pinturas rupestres foram caracterizadas por Galindo (1994) como da tradição nordeste no Estado de Pernambuco. Em janeiro de 2009, o sítio foi atacado pela degradação antrópica através de pichação com tinta a óleo sobre as pinturas (Figuras 11 e 12).

Figura 11 – Pedra da Concha - Buíque/PE



Fonte: O Autor, Dez./2007.

Figura 12 – Pedra da Concha - Buíque/PE



Fonte: Rodrigo Lobo (ALVES, 2009)

2.4 REGISTROS RUPESTRES E PRESERVAÇÃO NO CAPIBARIBE

Toda arte é ou deve ser um elemento vital da cultura e não simples criação profissional. Os homens pré-históricos pintaram envolvidos em sua cultura e por suas crenças, e não para o recreio de diletantes ou puros exercícios estilísticos (AGUIAR, 1986, p. 4).

No Brasil, a Arqueologia é, esteticamente falando, relativamente pobre, com exceção das famosas cerâmicas de Marajó, Santarém e Maracá e alguns objetos singulares procedentes da Amazônia. “Daí a importância da pintura nas rochas, uma das poucas manifestações artísticas ou estéticas que nossos índios da floresta e do sertão nos deixaram” (MARTIN, 1984 apud AGUIAR, 1986, p. 7).

A prática da arte rupestre é por si mesma uma constante. Ela aparece em um mesmo período em quase todo o mundo e em grupos humanos sem nenhuma possibilidade de contato. Apesar das diferenças que as modalidades da arte parietal apresentam, segundo as regiões e as épocas consideradas, existem constantes grafismos, técnicas e temáticas. Assim, em meios ecológicos tão diferentes como os da Europa ocidental e os do Nordeste do Brasil, mas em condições de desenvolvimento tecnoeconômico análogo, os homens realizam uma mesma atividade gráfica e simbólica (PESSIS, 1986, p. 160).

Dessa forma, as pinturas e gravuras são consideradas registros rupestres e, do ponto de vista antropológico, são portadores de informações insubstituíveis. Portanto, indicam manifestações de uma forma particular de comunicação social e observáveis particularidades, tanto nas encenações gráficas como nas técnicas utilizadas. Essas diferenças são socialmente determináveis, e seu estudo pode fornecer uma real contribuição ao estudo dos grupos étnicos da pré-história (PESSIS, 1992, p. 39).

Os registros rupestres no Nordeste do Brasil foram distinguidos em dois grandes grupos: registros pintados e registros gravados. Também se identificaram duas tradições de pinturas reconhecíveis:

- a) pinturas em que as figuras representam pessoas e animais, muito frequentemente desenvolvendo ações da vida quotidiana e cerimonial;
- b) pinturas em que as figuras representam pessoas e animais em posição estática, sem desenvolver nenhuma ação. Os painéis apresentam-se com figuras acompanhadas de grafismos

não reconhecíveis, que possuem uma morfologia repetida nos diferentes sítios em que esse grupo de pinturas é dominante.

Quanto às gravuras, foram identificados grafismos não reconhecíveis, excetuando-se algumas figuras que escapam à regra (PESSIS, 1992, p. 42-43).

O Nordeste tem-se revelado como a região de maior riqueza em arte rupestre em todo o Brasil. O conhecimento dos meios de subsistência, habitat, cronologia e o mundo simbólico dos homens que deixaram seu registro sobre as pedras do Agreste pernambucano, na forma de pinturas e gravuras – como disse KUHN (1957) - “gravaram sua esperança nas rochas”. É na paisagem do Agreste pernambucano que os matacões emergem na planura e sobre eles aparecem as pinturas rupestres (AGUIAR, 1986, p. 9,15).

De modo geral, dentre as tintas, que provêm de pigmentos de natureza mineral, o ocre ($\text{Fe}_2\text{O}_3 \cdot \text{XH}_2\text{O}$) é o mais comum, e trata-se de argila colorida por óxido de ferro que se apresenta nas cores vermelha e amarela. Do óxido de manganês (MnO_2), obtém-se o preto, que também pode provir do carvão, sendo que este, por ser de origem orgânica, é durável, desaparecendo com o tempo e o intemperismo (ALMEIDA, 1979 apud AGUIAR, 1986).

Quanto à cronologia para as pinturas rupestres, exemplificam-se os sítios da Toca do Boqueirão da Pedra Furada e Perna I, no Parque Nacional Serra da Capivara (PI). As amostras coletadas de pigmentos associados a fogueiras existentes nesses sítios resultaram em datações, em sua maioria, entre 7.000 e 20.000 anos AP. Além dessas, apresentaram-se uma datação de 25.000 e duas de 40.000 anos AP. para as pinturas do Boqueirão da Pedra Furada (LAGE, 1998). Quanto à Tradição de Gravuras Itaquatiras, foram datadas no Mato Grosso em 12.000 anos AP. (GUIDON, 1989, p. 8-9).

Também utilizando o mesmo método, Anna Roosevelt apresentou uma datação de 11.200 anos AP para o caso da Gruta do Pilão e considerou que a atividade gráfica tinha sido realizada em períodos mais recentes da ocupação da gruta (PEREIRA, 1997, p. 94).

Em Pernambuco, no Brejo da Madre de Deus, através das escavações coordenadas por Jeannette Lima (UNICAP), no sítio cemitério indígena Furna do Estrago, junto à Pedra do Letreiro com pinturas agrestes, apresentaram-se datações radiocarbônicas em torno de 1.040 ± 50 AP, 8.495 ± 70 AP, 9.150 ± 90 AP e 11.000 ± 90 anos AP (LIMA, 1985, p. 97). No Sítio Peri Peri I em Venturosa (PE), através de carvão associado aos pigmentos correspondentes às pinturas

e que serviram como cemitérios de caçadores, encontraram-se duas datações das pinturas em torno de 2.030 ± 50 AP e 1760 ± 90 anos AP. (AGUIAR, 1986, p. 75-101; LUFT, 1990, p. 11).

Com base nos dados acima, o Quadro 10 apresenta algumas datações atribuídas às pinturas rupestres:

Quadro 10 - Datações atribuídas a pinturas rupestres no Agreste pernambucano.

Sítio com Pinturas da Tradição Agreste	Escavação coordenada (ano de publicação)	Estágio de ocupação do sítio	Datações
Pedra do Letreiro (próxima a Furna do Estrago) – Brejo da Madre de Deus/PE.	Jeannette Lima (1984-1986)	Cemitério – Caçadores Coletores (9.000 BP)	Três níveis de datação: De 9.000 à 2.000 anos AP
Peri pirí I – Venturosa/PE.	Alice Aguiar e Gabriela Martin, J. Rocha (1983)	Caçadores-coletores (foram encontrados 2 fragmentos de cerâmica)	Dois datações: 1.760 ± 90 anos AP 2.030 ± 50 anos AP
Pedra do Letreiro ou do Tubarão – Venturosa/PE.	Vladimir LUFT (1990)	Caçadores-coletores e Agricultores-ceramistas	Não informou a datação

As pinturas e gravuras apresentam-se sob a forma de grafismos. Gabriela Martin(1999, p.243) designa o termo grafismo como sendo qualquer desenho unitário indefinido no conjunto pictural rupestre. Definição utilizada por André Leroi-Gourham, foi introduzida no Brasil por Anne-Marie Pessis, que a ampliou, criando três “categorias” de grafismos:

- 1) Grafismos puros. São as representações que Leroi-Gourham definiu como geométrico puro, e constituem as figuras pintadas ou gravadas que não identificamos;
- 2) Grafismos de composição estão representados por figuras que podem ser reconhecidas, sejam antropomorfas, zoomorfas ou fitomorfas;
- 3) Grafismos de ação representam cenas a partir dos anteriores grafismos de composição, e nelas estão descartados os grafismos puros, que puderam formar parte do conjunto gráfico como atributos ou enfeites que acompanham os grafismos de ação.

Essa divisão nas representações rupestres permite o reconhecimento imediato das características primárias dos painéis rupestres (MARTIN,1999, p.243).

Quanto ao estudo dos painéis com pinturas rupestres, de início, precisa-se entender que a divisão em painéis, feita pelo pesquisador em frente de uma parede com pinturas, corresponde a

uma unidade subjetiva criada *in situ* para ajudar no trabalho de decalque e de fotografia. De acordo com Aguiar (1986), consideram-se dois tipos básicos de análise de painéis: naturais e artificiais (1986, p.24, 26).

O painel natural, formado pela totalidade dos desenhos visíveis a olho nu, encontra-se numa sequência contínua da rocha. Os painéis de análise artificial poderão ser desenvolvidos vertical ou horizontalmente, dependendo da posição dos desenhos na rocha (AGUIAR, 1986, p. 26-27).

GUIDON (1982a) alertou para as divisões artificiais:

É preciso subscrever o fato que diante uma parede pintada, se estabelece uma divisão por painel, unidade criada pelo arqueólogo para decalcar as figuras, sem poder afirmar que estes painéis são os desejados pelo homem pré-histórico. Sobre o conjunto de uma parede pintada, pode haver diferentes painéis, cada um significando uma narrativa, mas pode ser também que o conjunto dos painéis, apesar de separados por certa distância, não são senão uma só narrativa, e o espaço vazio deixado por esses intervalos possam, eles mesmos, refletir uma significação. Por que seria impossível, por exemplo, que os painéis n. 1, 2, 3 contendo, respectivamente, uma cena de caça, uma cena de dança e uma linha de seis bastonetes, não possam compor um só conjunto, pois significaria que os caçadores partiram de longe, a seis dias de marcha para uma caçada destinada a obter a carne necessária à realização de uma festa cerimonial? O domínio das conjecturas é de tal forma invadida pelos especialistas em arte pré-histórica que numa suposição a mais não deveria despertar nenhum temor (GUIDON, 1982 apud AGUIAR, p. 24-25).

Para o presente estudo, consideraram-se as conceituações e observações de painéis rupestres feitas por Aguiar e Guidon, observando o painel como toda área do bloco rochoso que possui manchas gráficas ou pinturas rupestres.

O primeiro passo para a preservação de vestígios e sítios com pinturas rupestres é localizá-los e identificar seus problemas de degradação. Essas informações foram obtidas através das referências, como as de Alice Aguiar (1986), Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do IPHAN, e em contato com Prefeituras locais; e os sítios com pinturas rupestres em municípios que possuem território na Bacia do Capibaribe são descritos preliminarmente abaixo, e no Quadro 11:

1. Brejo da Madre de Deus - Até janeiro de 2009, encontram-se 51 sítios arqueológicos registrados no Cadastro Nacional do IPHAN, destacando-se a Pedra da Lua e a Pedra do Letreiro.

. Pedra da Lua – Sítio localizado próximo ao Sítio Furna do Estrago. Pinturas nas cores branca e vermelha, apresentando-se num afloramento de granito (matacão), com três painéis: o primeiro com 2,94 m de altura e 5.30 m de largura, com grafismos puros (armadilhas, sóis, galho retorcido com meia lua, homem pássaro); o segundo com 3,60 m de altura e 11 mm de largura, com grafismo puro e de composição (grande antropomorfo de cor branca); e no terceiro, não foram medidos, mas aparecem grafismos puros e de composição (antropomorfos) com manchas vermelhas (AGUIAR, 1986).

. Pedra do Letreiro – Localizado junto ao Sítio Furna do Estrago. As pinturas formam um único painel de 3 m de altura e 1,20 m de largura, possuindo o Estilo “Duvidoso” com o grafismo de ação. Os antropomorfos apresentam-se esboçando passo de dança de mãos dadas com tendência ao esquemático, parecendo dançar em torno de uma árvore, semelhante à tradição nordeste (AGUIAR, 1986). Destacam-se o culto religioso e a extração de granito como agentes antrópicos de degradação.

2. Bom Jardim* - Município com parte de seu território no Médio Capibaribe. Possui, até o presente estudo, três sítios com pinturas rupestres. Pedra da Lourdes, degradado por culto religioso; Pedra do Mocozeiro, extração de granito e Pedra do Urubu, com as queimadas.

3. Caruaru - Município com parte de seu território no Médio Capibaribe. Até janeiro de 2009, encontram-se sete sítios arqueológicos com pinturas rupestres registrados no Cadastro Nacional do IPHAN. Destacam-se a Pedra da Caveira e a Pedra do Letreiro no Riacho Carapotós.

4. Jataúba - Município do Alto Capibaribe e localizado a 1.000 metros de altitude. Em algumas das nascentes do rio Capibaribe, encontram-se nas proximidades do curso do riacho do Meio e do rio Jataúba diversos sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Destacam-se: Furna dos Negros e Pedra do Muquém com degradação promovida por procuradores de botijas.

5. João Alfredo* - Município com território no Médio Capibaribe. Possui, até o presente estudo, um sítio com pinturas rupestres, a Pedra da Moça. As principais degradações antrópicas observadas apresentam-se através das pichações e queimadas.

6. Passira - A Pedra do Letreiro localiza-se a cinco metros do leito do rio Capibaribe na Fazenda Pedra Tapada, num bloco de granito que aflora na várzea do rio. As pinturas rupestres possuem dois painéis: o primeiro com 1,10 m de altura e 1 m de largura, com grafismos puros (armadilhas) do estilo Cariris Velhos, um grafismo de composição (quelônio) e manchas; o segundo com 0,45 m de altura e 0,35 de largura, apresentando grafismo puro e manchas (AGUIAR, 1986). A degradação antrópica apresenta-se através do desmatamento e intemperismo.

7. Poção - Município localizado a 1.000 metros de altitude, tem o riacho Buriti como uma das nascentes do rio Capibaribe. A 10 km sudeste, próximo da bacia do rio Ipojuca, na serra da Macambira, encontram-se diversos sítios com pinturas rupestres. Entre eles destacam-se: Saquinho, Pedra Redonda e Pedra da Botija. As degradações do solo causadas por procuradores de botijas e queimadas são alguns dos problemas de preservação identificados no presente momento.

8. Santa Cruz do Capibaribe - Os sítios arqueológicos estão, no presente, em processo de levantamento e cadastramento junto ao IPHAN. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do referido Município, existem 15 sítios com pinturas rupestres. Destaca-se o Sítio Pedra da Serra do Pará, localizado nas proximidades da vila e distrito do Pará. As pinturas estão posicionadas num painel de 25 metros no granito, fugindo um pouco da regra, localizadas numa área de meia encosta da serra. As queimadas aparecem como uma das principais ameaças à preservação do sítio.

9. Taquaritinga do Norte - A Pedra da Figura localiza-se a 300 metros leste da casa da Fazenda Boa Vista, com afloramentos de granitos e pinturas rupestres na cor vermelha com diferentes tonalidades. Alice Aguiar (1986) identificou três painéis: o primeiro com uma quantidade de pinturas não determinada; o segundo com grafismo de composição; e o terceiro, com grafismo

puro isolado (AGUIAR, 1986), destacando o culto religioso como agente antrópico de degradação.

10. Vertentes - A Pedra do Letreiro, localizada no pé de serra de Taquaritinga, a 50 m. da margem direita do riacho Milodência, afluente do riacho Topada, atravessa o território de Vertentes e deságua no Capibaribe. As queimadas apresentam-se como principal fator de degradação.

Quadro 11 – Demonstrativo dos sítios com pinturas rupestres na Bacia do Capibaribe.

Nº	Municípios do Capibaribe	Sítios com pinturas	Destaque para os sítios	Degradações antrópicas
1	Brejo da Madre de Deus	51	Pedra da Lua Pedra do Letreiro	Culto religioso
2	Bom Jardim *	03	Pedra da Lourdes Pedra do Mocozeiro Pedra do Urubu	Culto religioso Pichações Queimadas
3	Caruaru	07	Pedra da Caveira Pedra da Figura	Queimadas
4	Jataúba	02	Furna dos Negros Pedra do Muquém.	Procuradores de botijas
5	João Alfredo *	01	Pedra da Moça	Pichações e queimadas
6	Passira	01	Pedra do Letreiro	Desmatamento
7	Poção	04	Pedra da Botija Pedra Redonda Pedra do Saquinho	Procuradores de botijas Queimadas
8	Santa Cruz do Capibaribe	15	Pedra do Pará	Queimadas
9	Taquaritinga do Norte	01	Pedra da Figura	Culto religioso
10	Vertentes	01	Pedra do Letreiro	Queimadas

(*) Nota: Os quatro sítios dos municípios de Bom Jardim e João Alfredo serão objeto de estudo nos próximos itens.

3.1 CARACTERÍSTICAS DOS SÍTIOS E DAS PINTURAS RUPESTRES

As pinturas rupestres não são o objeto de estudo do presente trabalho. Algumas características apresentam-se como dados insuficientes para estabelecer uma filiação cultural de tradição⁵⁷.

Preliminarmente, as pinturas encontradas nos quatro sítios possuem algumas características semelhantes:

1. predominância de grafismos puros e de composição;
2. tamanhos variados entre figuras com 10 cm e chegando até três metros de altura;
3. tendência à verticalidade;
4. figuras humanas raras e com certa dificuldade de reconhecimento entre figuras antropomorfas ou zoomorfas. Apresentam-se com tamanhos entre 1,95 m a 30 cm;
5. grafismos de composição indefinido quanto à identificação da existência de movimento e dinamismo ou se estão estáticas;
6. pinturas próximas a 300 metros de fontes de água (permanente) e seguem uma distância de 1000 metros do curso do riacho Ribeiro Grande (temporário);
7. identificada apenas a cor avermelhada com várias tonalidades;
8. local de fácil acesso, sendo as pinturas postas na área externa dos abrigos sob rochas de granito.

.

3.2 DEGRADAÇÃO E AGENTES ANTRÓPICOS

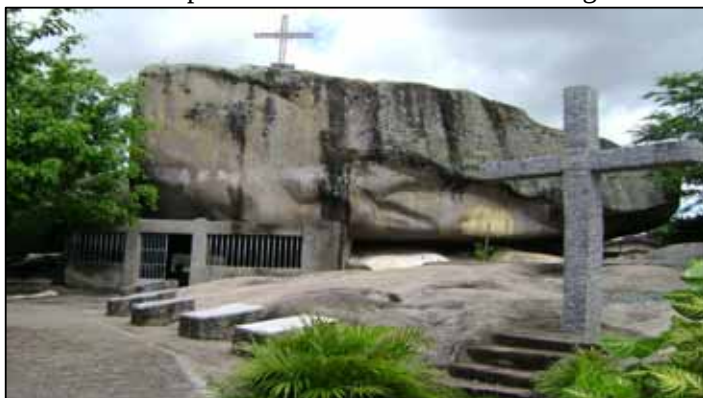
O trabalho desenvolvido na presente dissertação segue a classificação estabelecida por Martin e Aguiar (1986), com relação à escolha de painéis naturais, considerando todo o conjunto de pinturas existentes em cada bloco de granito. Consequentemente, após estabelecer-se a referida área, levantaram-se os espaços depredados nos sítios.

⁵⁷ Tradição em Registros Rupestres - Compreende a representação visual de todo um universo simbólico primitivo que pode ter sido transmitido durante milênios, sem que os sítios pré-históricos de uma tradição pertençam aos mesmos grupos culturais, além de estarem separados por cronologias muito distantes (AGUIAR,1986)

3.2.1 PEDRA DA LOURDES

O espaço intrassítio corresponde a uma área do abrigo sob rocha e possui 15 x 20 m = 300 m², está localizado na latitude de 25M0206780, Longitude de UTM9133312 e atinge 375 metros na escala altimétrica. Encontra-se preservado apenas o abrigo sob rocha. Os espaços da superfície, do teto e das paredes do abrigo encontram-se descaracterizados: na área interna do abrigo, o piso encontra-se coberto por cimento para alojar cadeiras, tetos e paredes foram modificados com altar, fiação elétrica e fez-se uso de tinta a cal. Na área norte da entrada do abrigo, encontra-se um muro construído de alvenaria, como também no sul um depósito de alvenaria que serve como extensão do salão de culto (Figuras 14 e 15).

Figura 14 - Área externa do intrassítio da Pedra da Lourdes.
Vista do norte para o sul da área externa do abrigo sob rocha.



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 15 - Área intrassítio da Pedra de Lourdes.
Vista do norte para o sul da área interna do abrigo.



Fonte: O Autor, 2009.

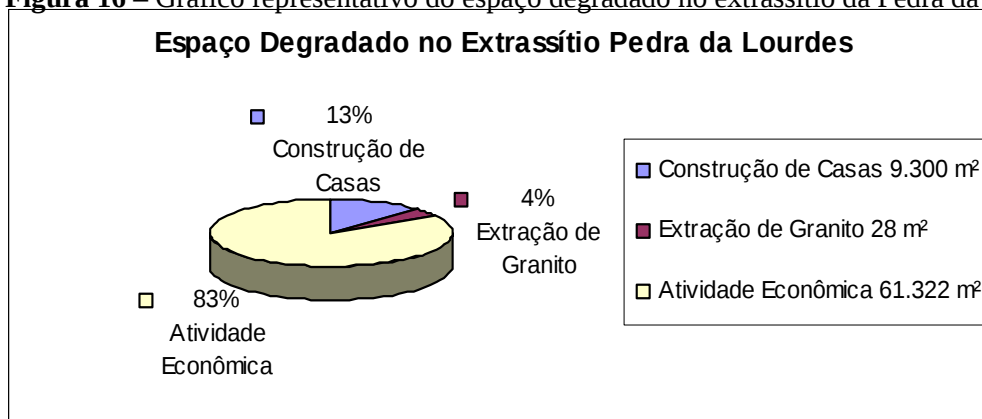
O espaço extrassítio corresponde a um raio de 150 metros, chegando ao total⁵⁸ de 70.650 m². Nessa área, conforme a Figura 20, encontra-se uma cerca com 180 m² de arame farpado, e um jardim com diversas plantas, um cruzeiro com dois metros quadrados em bloco de granito e duas casas de alvenaria, sendo uma paroquial, e a outra serve como salão de festas.

No espaço de 70.650 m² (como pode ser visto nas Figuras 17, 18, 19 e 20), construíram-se 31 casas de alvenaria que funcionam como residências. Contam-se sete focos de extração de granito que afloram na superfície, todos explorados por moradores da área, que ainda é utilizada para criação de animais, como ovinos, caprinos, muare e bovinos, de forma intensiva e em determinados períodos; cultiva-se também agricultura de subsistência, plantando-se milho, feijão e macaxeira. Ainda se encontram diversos tipos de árvores frutíferas, como mangueiras, cajueiros, coco catolé e bananeiras.

- Área com 31 casas, ocupando uma média de 300 m² cada, totalizando 9.300 m² = 13,16 %;
- Focos de extração de granito de 4 m² cada um, totalizando 28 m² = 0,03 %.
- O restante da área é utilizado para diversas atividades como o plantio e a criação de animais, totalizando 61.322 m² = 86,79 %.

Diante do exposto e de acordo com a Figura 16, conclui-se que no referido espaço não se encontra nada preservado, e os principais agentes destruidores apresentam-se através da ocupação urbana, incentivada pelo culto e pelo turismo religioso católico. Conforme as figuras a seguir, percebe-se que numa área total de 70.650 m² nada (0%) foi preservado.

Figura 16 – Gráfico representativo do espaço degradado no extrassítio da Pedra da Lourdes.



⁵⁸ usando-se a seguinte formula: área extrassítio = $\pi \times R^2 = 3.14 \times 150^2 = 3.14 \times 22.500 = 70.650 \text{ m}^2$.

Figura 17 – Área extrassítio da Pedra da Lourdes. Vista externa do leste para o oeste.



Fonte: O Autor, 2009

Figura 18 – Área extrassítio da Pedra da Lourdes. Vista de uma casa e de seu entorno com cultivo de milho e de feijão.



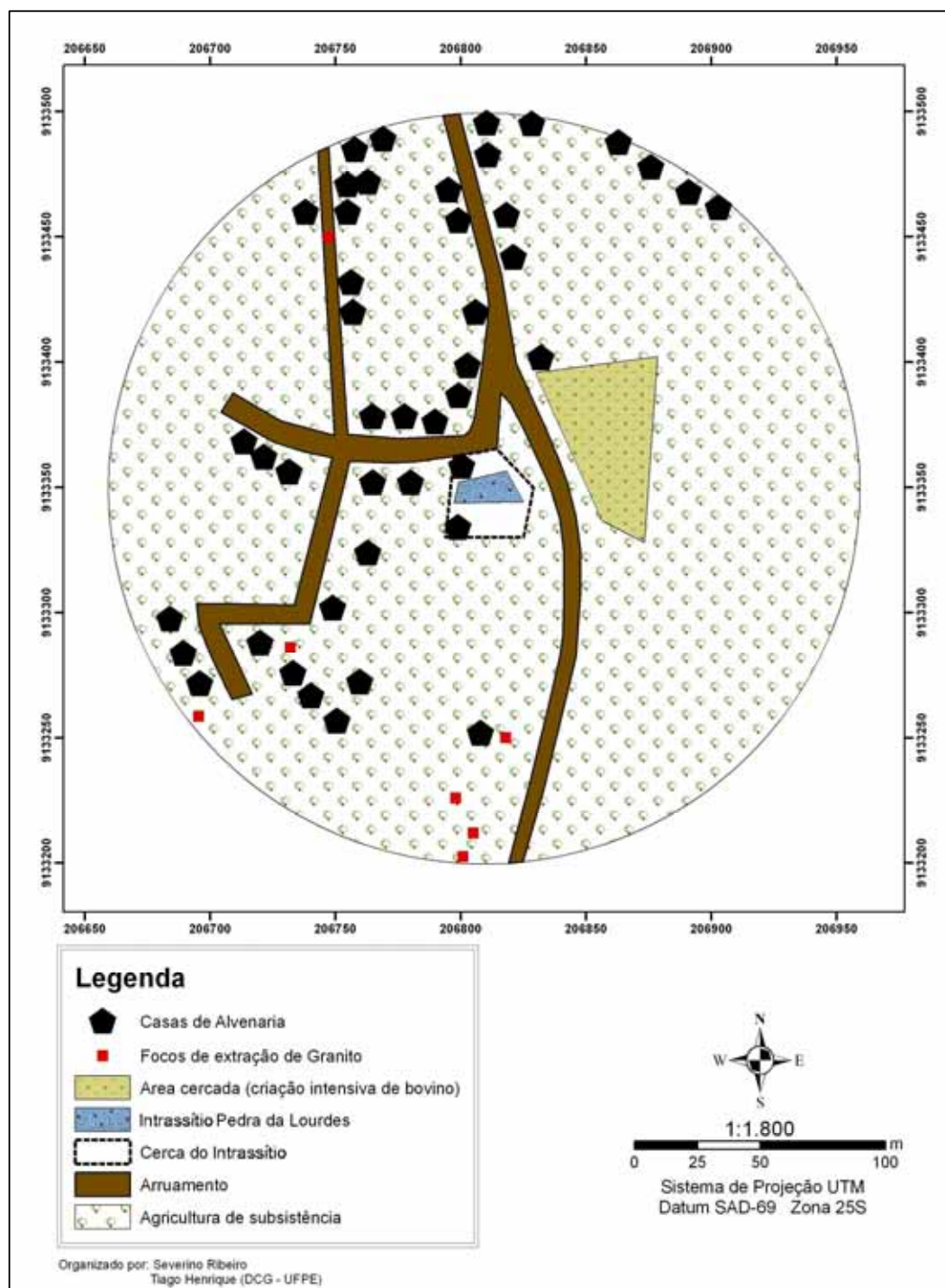
Fonte: O Autor, 2009

Figura 19 – Área extrassítio da Pedra da Lourdes. Vista de um foco de extração de granito.



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 20 – Mapa demonstrativo da área extrassítio Pedra da Lourdes.

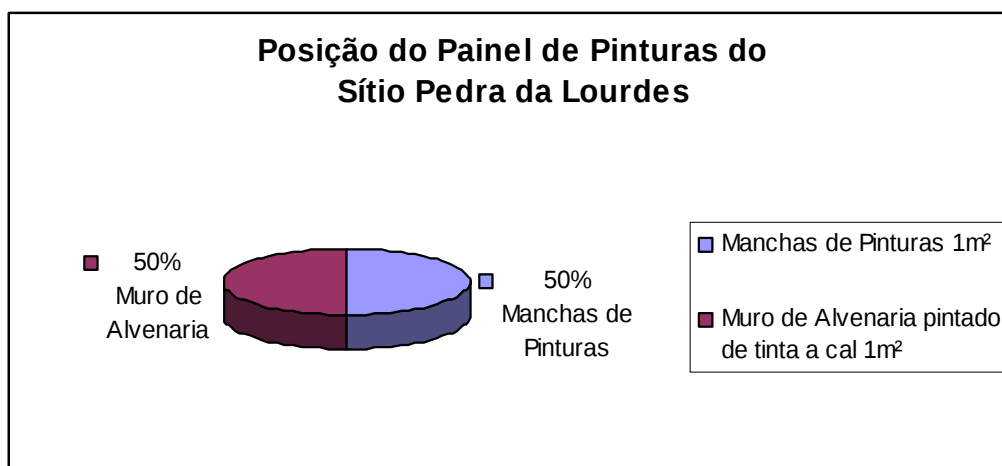


Quanto às pinturas rupestres da Pedra da Lourdes, apenas se identificam grafismos puros em um dos três blocos de granito do abrigo. Eles ocupam 2 m² do painel natural, estando 50% da área danificada por alvenaria e tinta a cal.

O abrigo sob rocha encontra-se transformado em local de culto religioso católico, sendo essa a principal causa da degradação das pinturas rupestres.

Os grafismos puros rupestres apresentam-se com cor avermelhada, alongamento na verticalidade e tamanhos que variam de 10 a 100 cm. Todos se posicionam no suporte de granito direcionado para o norte (Figuras 22 e 23). Também, pode-se observar, na Figura 21, que uma parte, 50%, encontra-se coberta por um muro de alvenaria como consequência das atividades religiosas desenvolvidas no local.

Figura 21– Gráfico sobre posição do painel de pinturas do sítio Pedra da Lourdes.



Fonte: O Autor.

Figura 22 – Grafismos puros na Pedra da Lourdes, parcialmente cobertos por cimento.



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 23 – Grafismos puros na Pedra da Lourdes, parcialmente cobertos por cimento.



Fonte: O Autor, 2009.

3.2.2 PEDRA DO MOCOZEIRO

O espaço intrassítio localiza-se na latitude 25M0206876, com longitude de UTM9132916 e altitude de 373 metros. A área está delimitada em $118 \times 40 \text{ m} = 4.720 \text{ m}^2$, tendo no topo uma elevação com três abrigos sob rochas, denominados de abrigos Oeste, Centro e Leste.

No Quadro 12, observam-se os dados do abrigo Oeste. Apresentam-se parcialmente dois blocos destruídos, e no local encontra-se construída uma casa de alvenaria, que ocupa um espaço de 300 m^2 com as laterais. Constata-se a destruição em 15,62% em um bloco, e no outro a extração atingiu 76,04 %.

Somando as áreas internas dos três abrigos, percebe-se que 92,61% encontram-se preservados, e apenas 7,39% do espaço foi degradado (Figuras 24, 25 e 26).

Quadro 12 - Área degradada no intrassítio Pedra do Mocozeiro.

Área depredada	Total da área de cada bloco de granito (em m^2)	Degradação de cada bloco de granito (em m^2)	Degradação (em %)
Bloco Oeste 1	$9.60 \times 4 = \mathbf{38,4}$	$1.50 \times 4 = \mathbf{6}$	15,62
Bloco Oeste 2	$9.60 \times 5.9 = \mathbf{56,64}$	$7.30 \times 5.9 = \mathbf{43,07}$	76,04
Construção de uma casa de alvenaria	$20 \times 15 = \mathbf{300}$	$\mathbf{300}$	100

Figura 24 - Gráfico do espaço intrassítio Pedra do Mocozeiro.

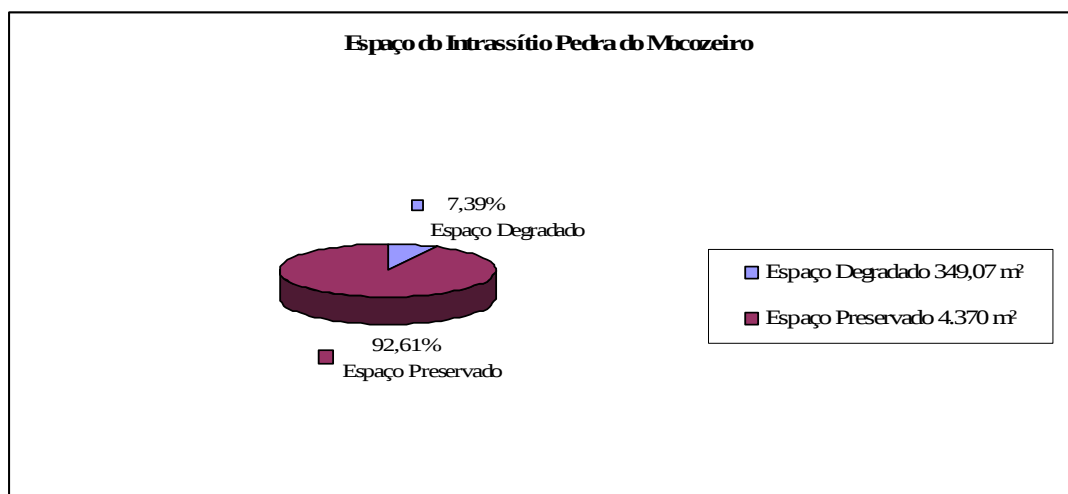


Figura 25 – Área externa do intrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do norte para o sul do abrigo sob rocha (do centro), com plantio de milho e feijão.



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 26 - Área externa do intrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do norte para o sul do abrigo Oeste. Destaque para a degradação e construção de uma casa.



Fonte: O Autor , 2009.

O espaço extrassítio corresponde a uma área com raio de 180 metros, chegando ao total⁵⁹ de 101.736 m².

No levantamento realizado em dezembro de 2007, soma-se um total de 41 casas de alvenaria e, junto, encontram-se cercas de arame farpado, criação de animais (bovino, ovino, caprino), principalmente nas áreas oeste e sul dos abrigos. Enquanto, nas áreas norte e leste, há uma quantidade menor de seis casas sem delimitação de cerca, porém com maior incidência de focos de extração mineral, num total de 10. Além disso, existe o plantio de palmas, capim, milho, feijão, macaxeira (mandioca), criação intensiva de bovinos e outros animais, como ovinos e caprinos (Conforme as Figuras 27, 28, 29, 30 e 31).

Os principais agentes destruidores apresentam-se através de:

1. ocupação urbana, como agente promotor de perturbação do terreno com a construção das casas, cercamento, criação de animais e plantio de diversas culturas agrícolas;
2. grande incidência de extração de minerais, levando à destruição de abrigo;
3. na área externa dos abrigos identificaram-se 10 focos de extração de granito de 4 m². cada um, totalizando 40 m². A maioria em atividade permanente;
4. encontram-se 41 casas de alvenaria, ocupando cada uma área média de 300 m², totalizando 12.300 m²;
5. uso do restante da área voltado para diversas atividades, como plantio, e criação de animais, totalizando 89.396 m².

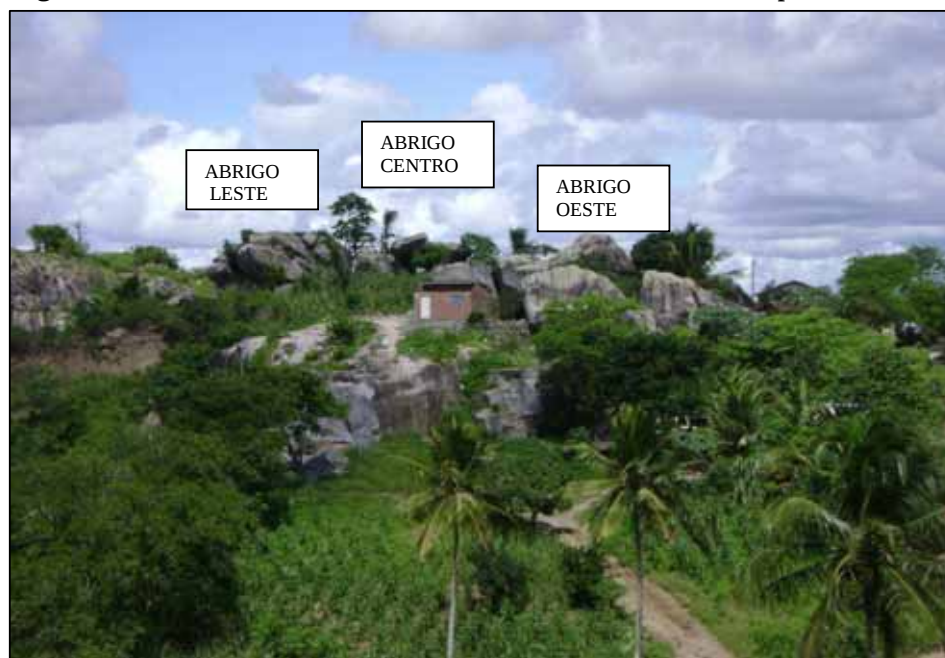
Diante do exposto, atribui-se à ocupação urbana e as suas atividades econômicas as principais causas da degradação na referida área do sítio. A Tabela 4 mostra que nada se encontra preservado numa área total de 101.736 m².

Tabela 4 – Área degradada no extrassítio Pedra do Mocozeiro.

Fator de degradação	Área Em m ² ,	Percentual de Degradação
Construção de casas (atividade urbana)	12.300	12,10 %
Extração de granito	40	0,03 %
Atividade econômica (plantio, criação de gado)	89.396	87,87 %
Total da área degradada	101.736	100%

⁵⁹ A fórmula usada foi área extrassítio = $\pi \times R^2 = 3.14 \times 180^2 = 3.14 \times 32.400 = 101.736 \text{ m}^2$.

Figura 27 – Área extrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do norte para o sul.



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 28 – Área extrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do norte para o sul, com destaque para um foco de extração de granito e abrigo Leste com duas pinturas rupestres.



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 29 – Área extrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do sul para o norte, com destaque para a criação bovina.



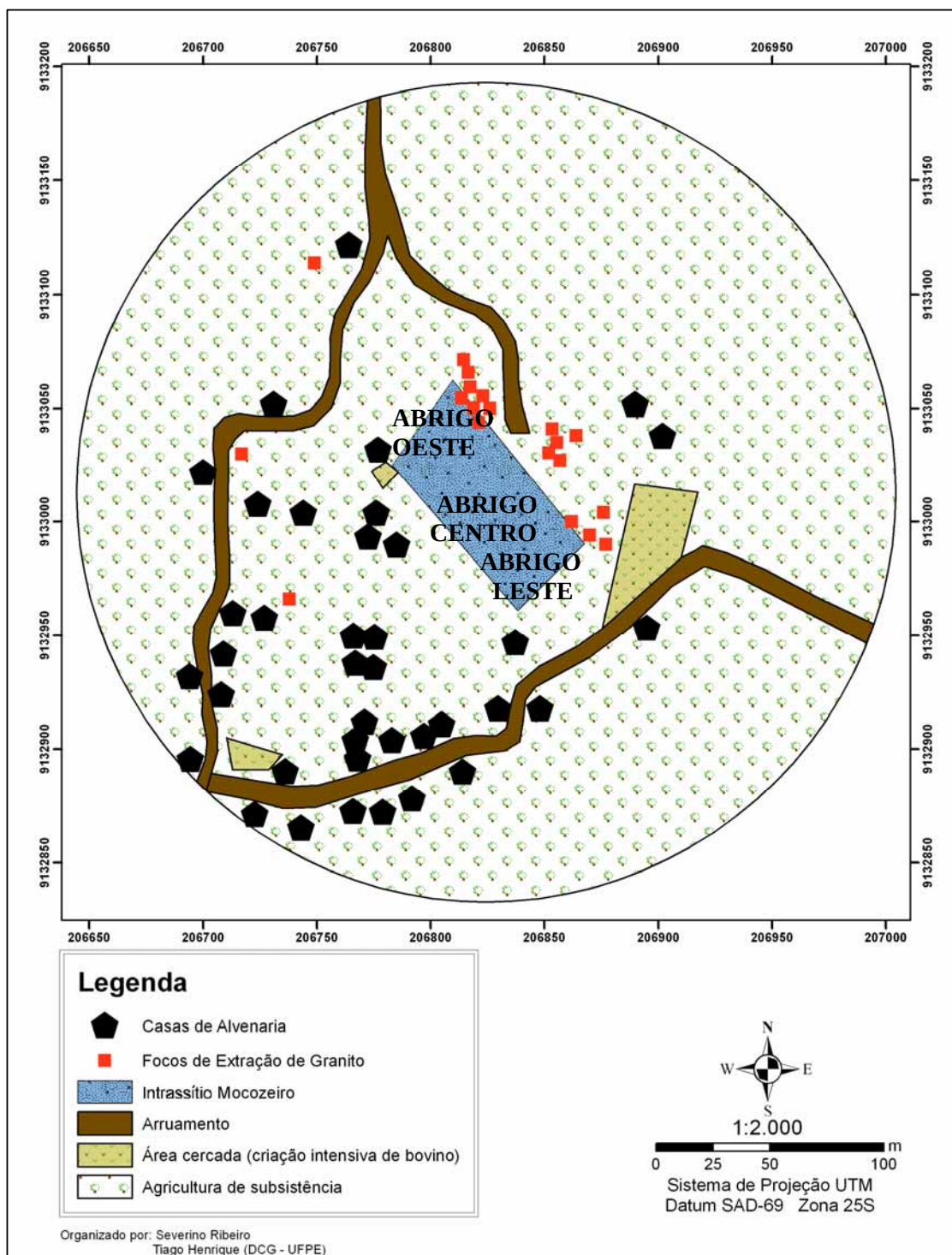
Fonte: O Autor, 2009.

Figura 30 – Área extrassítio Pedra do Mocozeiro. Vista do sul para o norte, encontram-se casas e a via de acesso.



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 31 – Mapa demonstrativo da área extrassítio Pedra do Mocozeiro.



No abrigo Leste encontram-se dois grafismos puros isolados e avermelhados, posicionados no lado norte do abrigo. Um se apresenta com tamanho de 20 x 30 cm na horizontalidade (Figura 32), e o outro, medindo 40 x 15 cm na verticalidade (Figura 33). Consideram-se 50% de pichação do espaço do painel com pinturas rupestres, e a pichação foi realizada com tinta para tecido utilizada nas escolas locais.

Figura 32 – Grafismos puros com pichações na Pedra do Mocozeiro..



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 33- Grafismo puros com pichações na Pedra do Mocozeiro.



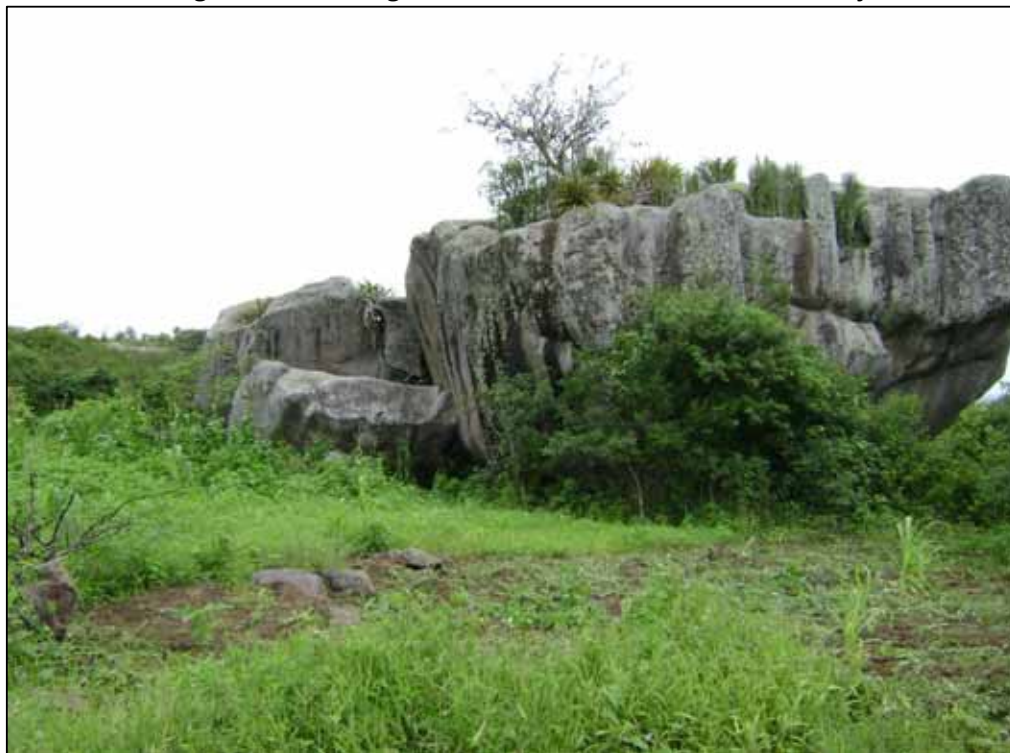
Fonte: O Autor, 2009.

3.2.3 PEDRA DO URUBU

Localizado na latitude 25M0207098, com longitude de UTM9132912 e 364 metros de altitude, o espaço intrassítio corresponde ao abrigo composto por três blocos de granito com pinturas rupestres e está posicionado bem próximo ao topo de uma elevação. Essa área delimita-se em $20 \times 80 \text{ m} = 1.600 \text{ m}^2$ (Figura 34).

No interior do abrigo, podem-se encontrar armadilhas feitas por caçadores de animais roedores e tatus. No momento, consideram-se 100% da superfície preservados.

Figura 34 - Área externa do intrassítio Pedra do Urubu. Vista do norte para o sul dos Três blocos de granito e do abrigo sob rocha, com cultivo de milho e feijão.



Fonte: O Autor, 2009.

O espaço extrassítio corresponde a uma área com raio de 160 metros, totalizando⁶⁰ 80.383 m². Num determinado período do ano e numa área de 53.589 m², correspondente a 70% do total, podem-se encontrar no local plantio de ração para animais (capim, palmas) e cultivo de feijão, milho, macaxeira. Nos meses de janeiro e fevereiro, utilizam como técnica de preparo do solo a queima da vegetação (Figura 35). Em consequência, o contexto geológico e ambiental encontra-se perturbado, tendo, entre outros fatores, a ocorrência da degradação dos blocos de granito, com esfoliamento do suporte onde se encontram as pinturas rupestres.

Na outra parte, numa área de 26.794 m² (30%), há vegetação típica do local, de gramínea, marmeleiro, umbuzeiro, aroeira e juazeiro (Figura 36).

Nesse espaço extrassítio, não existem casas de alvenaria, porém elas aparecem a 300 metros dali, onde começa a área urbana do distrito de Umari, com uma população de 6.210

⁶⁰ Usando fórmula: área extrassítio = $\pi \times R^2 = 3.14 \times 180^2 = 3.14 \times 25.600 = 80.384 \text{ m}^2$.

habitantes. No local, encontram-se duas degradações antrópicas: atividade econômica (plantio agrícola), desmatamento e queimadas. Conforme a Tabela 5 e o mapa da Figura 37, observa-se que 70% da superfície do espaço sofrem com degradação e apenas 30% encontram-se preservados.

Tabela 5 – Área degradada e preservada no extrassítio Pedra do Urubu.

Atuação antrópica	Fator de degradação	Área em m ²	Percentual
Degradação	Atividade econômica com desmatamento, queimadas, plantio e criação de gado.	53.589	70%
Preservação	Vegetação típica do local com gramínea, marmeleiro, umbuzeiro, aroeira e juazeiro, umbuzeiro, aroeira e juazeiro.	26.794	30%

Figura 35 – Área extrassítio Pedra do Urubu. Vista do norte para o sul do abrigo sob rocha. Queima da vegetação e do solo para o preparo do plantio de milho e de feijão.



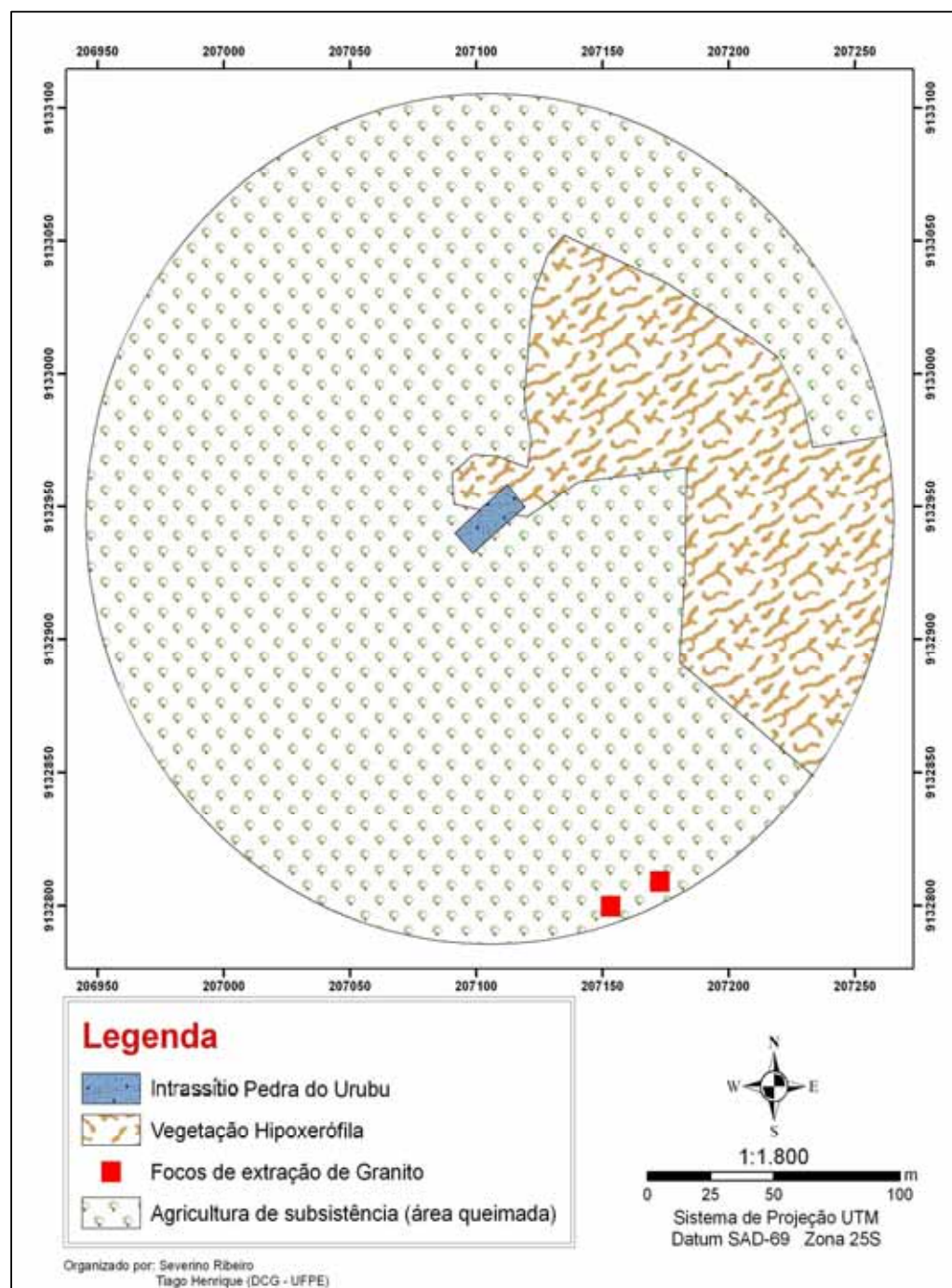
Fonte: O Autor, Fevereiro, 2009.

Figura 36 – Área extrassítio Pedra do Urubu. Vista do norte para o sul. Destaque para o abrigo sob rocha com vegetação hipoxerófitas, cultivo de milho e feijão.



Fonte: O Autor, Abril, 2009.

Figura 37 – Mapa demonstrativo da área do extrassítio Pedra do Urubu.



Com relação às pinturas na Pedra do Urubu, identificam-se nas paredes de dois blocos os conjuntos de pinturas rupestres. Quanto à degradação, observa-se a ação do intemperismo e da queima da vegetação para preparo do solo para plantio de culturas de subsistência, como milho e feijão. Consequentemente promovem o deslocamento do suporte rochoso onde se encontram algumas pinturas. Contudo, no momento, não se estabeleceu o grau de interferência e de destruição desse fator sobre as pinturas rupestres. Estas se encontram em dois blocos, formando dois painéis naturais: um deles medindo 2,6 m de comprimento e o outro, 4,60 m. Conforme pode ser conferido no Quadro 13, observam-se 15 painéis artificiais com tamanhos variados entre 18 cm e até 3 m de altura, com grafismos puros e de composição, posicionados entre o nordeste e o leste sobre o suporte de granito. Identifica-se apenas a monocromia avermelhada com várias tonalidades, conforme as Figuras: 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45)

Quadro 13 – Pinturas na Pedra do Urubu (em dezembro de 2007).

Painel artificial	Tamanhos do Painel (em cm)	Grafismos	Localização das pinturas
1	47 x 30	Puros	Nordeste
2	18 x 30	Puros	Nordeste
3	1.50 x 70	Puros	Nordeste
4	43 x 62	Puros	Nordeste
5	80 x 50	Puros	Nordeste
6	3.00 x 30	Puros	Leste
7	60 x 23	Puros	Leste
8	95 x 15	Puros	Leste
9	58 x 20	Puros	Leste
10	1.00 x 38	Puros	Leste
11	50 x 28	Puros	Leste
12	43 x 30	Puros e Composição	Leste
13	1.80 x 50	Puros	Leste
14	55 x 50	Puros	Leste
15	1.52 x 1.15	Puros	Leste

Figura 38 – Grafismos puros na Pedra do Urubu – (Painel n. 15 do Quadro 13).



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 39 – Grafismos puros na Pedra do Urubu.
(Parte do Painel n. 7 do Quadro 13).



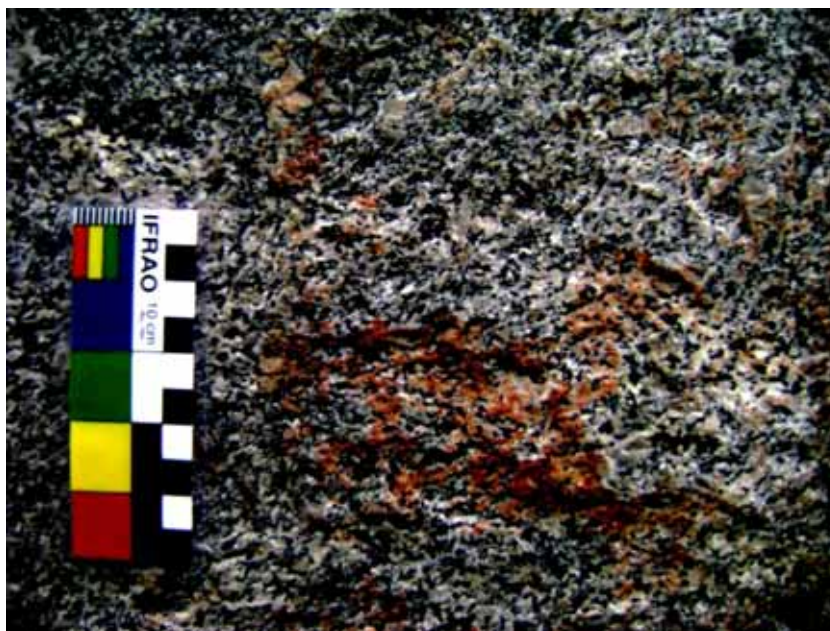
Fonte: O Autor, 2009.

Figura 40 – Grafismos puros e de composição na Pedra do Urubu.
(Painel n. 12 do Quadro 13).



Fonte: O Autor, 2007.

Figura 41 – Grafismos puros na Pedra do Urubu
(Parte do Painel n. 8 do Quadro 13).



Fonte: O Autor, 2007.

Figura 42 – Grafismos puros na Pedra do Urubu (Painel n. 13 do Quadro 13).



Fonte: O Autor, 2007.

Figura 43 – Grafismos puros na Pedra do Urubu(Parte do Painel n. 15 do Quadro 13).



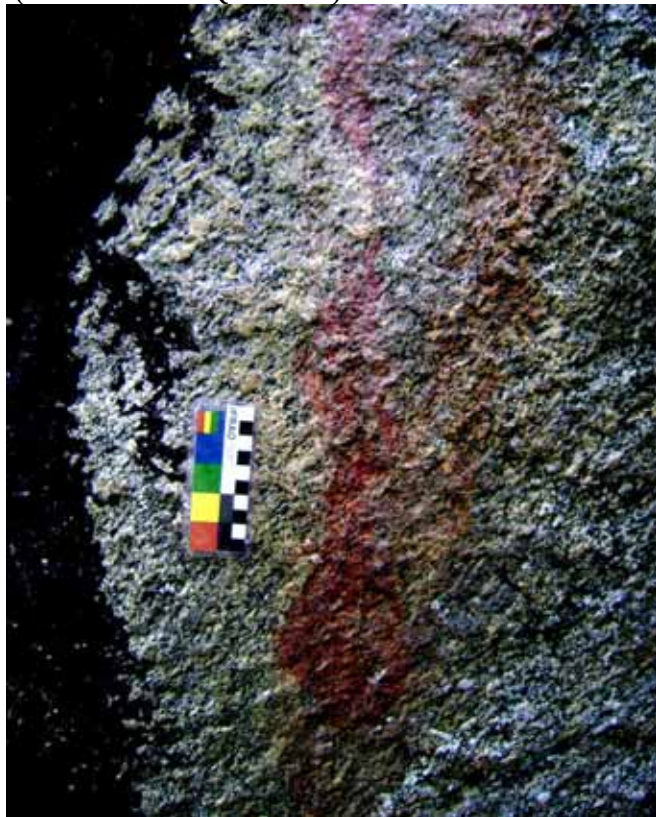
Fonte: O Autor, 2007.

Figura 44 – Grafismos puros na Pedra do Urubu (Parte do Painel n. 15 do Quadro 13).



Fonte: O Autor, 2007.

Figura 45 – Grafismos puros na Pedra do Urubu (Painel n. 14 do Quadro 13).

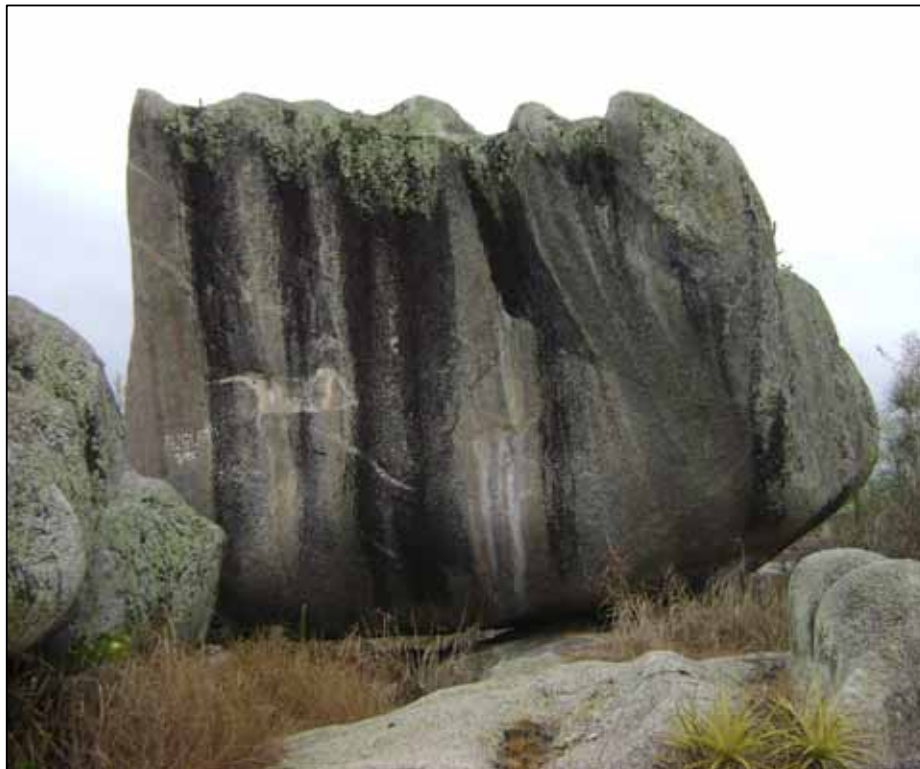


Fonte: O Autor, 2009.

3.2.4 PEDRA DA MOÇA

Espaço intrassítio, que se encontra localizado na latitude de 25M0206262 e na longitude UTM2131820, com altitude de 362 metros. A área delimitada dos abrigos foi de 12 x 37 metros = 444 m² (Figura 46). Os fatores identificados que afetam esse espaço são o desmatamento e as queimadas.

Figura 46 – Área intrassítio Pedra da Moça. Vista do oeste para o leste do bloco de granito onde se encontram pinturas rupestres.



Fonte: O Autor, 2009.

O espaço extrassítio corresponde a uma área com raio de 120 metros, totalizando⁶¹ 45.216 m². Na área, encontram-se criação extensiva de gado bovino e vegetação predominantemente de gramínea rasteira e arbustiva (Figuras 47 e 49). Pode-se observar a prática de renovação da vegetação (gramínea) com a queima da vegetação (Figura 48). Em janeiro de 2009, foi constatada queima de uma parte da área do referido espaço, correspondente a 60% ou seja, 27.129 m². Como também, pode ser conferido na Tabela 6 e no mapa da Figura 50 que apenas 40% da superfície encontram-se preservados.

Tabela 6 – Área degradada e preservada no extrassítio Pedra da Moça.

Atuação antrópica	Fator de degradação	Área (m²)	Percentual
Degradação	Queima da vegetação (gramínea)	27.129	60%
Preservação	Vegetação gramínea, rasteira e arbustiva	20.087	40%

⁶¹ Seguindo a fórmula da área: $\pi \times R^2 = 3.14 \times 120^2 = 3.14 \times 14.400 = 45.216 \text{ m}^2$.

Área extrassítio da Pedra da Moça: vista do norte para o sul do abrigo sob rocha, durante os meses de janeiro (vegetação seca), fevereiro (vegetação queimada) e maio (vegetação verde).

Figura 47 - Vegetação seca.



Fonte: O Autor, janeiro 2009.

Figura 48 – Vegetação queimada.



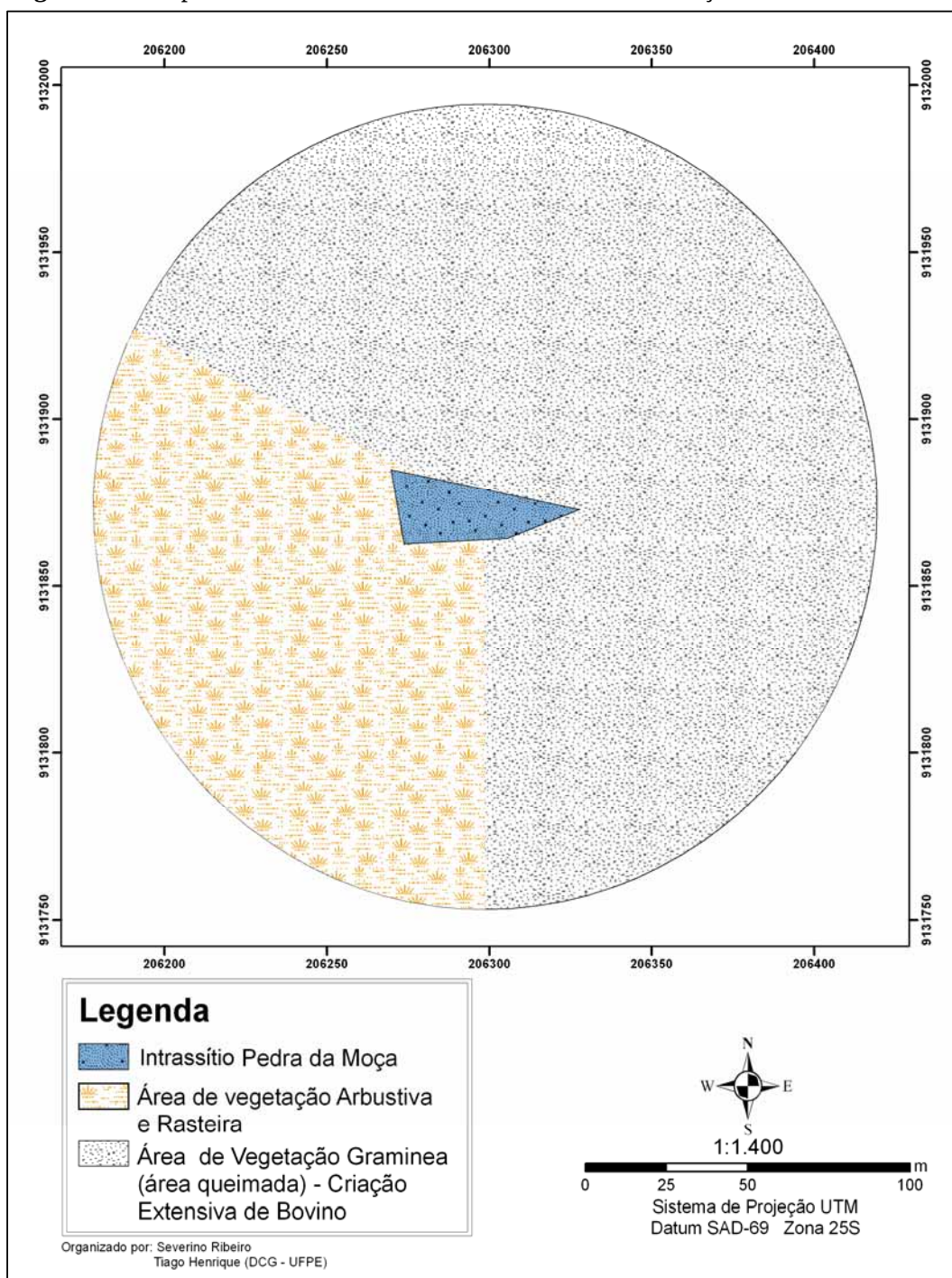
Fonte: O Autor, fevereiro 2009.

Figura 49 – Vegetação verde.



Fonte: O Autor, maio 2009.

Figura 50 – Mapa demonstrativo da área extrassítio Pedra da Moça.



Duas ações antrópicas estão degradando as pinturas. A primeira, através de pichações realizadas durante as visitas promovidas pelas escolas. Nelas, usaram corretivo líquido sobre uma parte da pintura de um painel. Noutro caso, houve pichações com tinta a óleo, espalhadas nos blocos de granito; num segundo momento, ocorreu a queima da vegetação (capim seco), e, conseqüentemente, observam-se diversos danos às pinturas, como o esfoliamento do suporte em algumas delas. Não se conseguiu estabelecer o grau de interferência e de degradação desse fator sobre as pinturas rupestres.

No presente levantamento, encontram-se apenas na Pedra da Moça pinturas rupestres em um único bloco de granito isolado. O painel natural contém pinturas ao longo de 14 por dois metros de altura, totalizando 28 m². As pinturas rupestres apresentam-se, também, com 17 painéis artificiais. Em análise realizada, preliminarmente, identificaram-se com tamanhos entre 4 cm e 1.95 m, grafismos puros e de composição, cor avermelhada e em variadas tonalidades (Figuras: 51, 52, 53, 54, 55, e 56). As pinturas encontram-se posicionadas no suporte de granito entre oeste e norte, conforme pode ser conferido no Quadro 14.

Também, Identifica-se, sobre parte de um painel de pinturas rupestres, pichação de 15 x 3 cm = 0,45 m² num painel de 4 m², correspondendo a 11,25 % do total (Figuras 51 e 52).

Quadro 14 - Descrição das pinturas da Pedra da Moça (em dezembro de 2007).

Painel Artificial	Tamanhos das pinturas (em cm)	Grafismos	Localização
1	80 x 2	Puros	Oeste
2	60 x 60	Puros	Oeste
3	1.40 x 40	Puros	Oeste
4	1.43 x 32	Puros	Oeste
5	50 x 5	Puros	Oeste
6	44 x 38	Puros	Oeste
7	48 x 40	Puros	Oeste
8	15 x 07 e 10 x 07	Puros e de Composição	Oeste
9	1.90 x 8 e 1.93 x 13	Puros e de Composição	Oeste
10	60 x 30	Puros e de Composição	Norte
11	1.70 x 26	Puros	Norte
12	1.54 x 80	Puros	Norte
13	4 x 5 e 21 x 19	Puros e de Composição	Norte
14	40 x 44	Puros	Norte
15	30 x 15	Puros	Norte
16	30 x 20	Puros	Norte
17	28 x 15	Puros	Norte

Figura 51 – Grafismos puros e de composição com pichações na Pedra da Moça (Painel n.9 do Quadro 14)



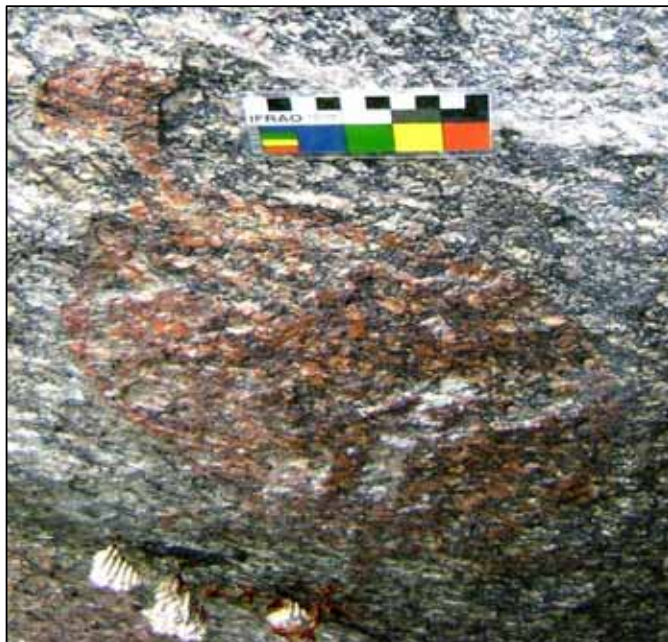
Fonte: O Autor, 2007.

Figura 52 – Grafismos puros e de composição na Pedra da Moça, com pichações (n. 9 do Quadro 14).



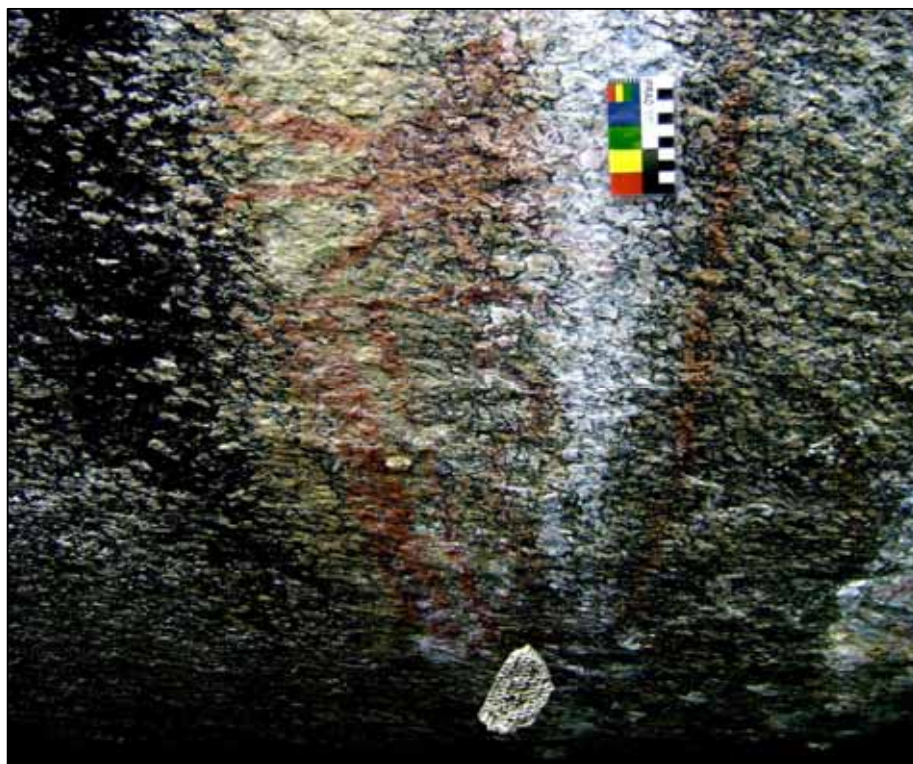
Fonte: O Autor, 2007.

Figura 53 – Grafismo puros e de composição na Pedra da Moça (Painel n. 10 do Quadro 14).



Fonte: O Autor, 2007.

Figura 54 – Grafismos puros na Pedra da Moça. (Painel n. 4 do Quadro 14).



Fonte: O Autor, 2007.

Figura 55 – Grafismos puros e de composição na Pedra da Moça (Painel n. 8 do Quadro 14).



Fonte: O Autor, 2009.

Figura 56 – Grafismos puros e de composição na Pedra da Moça (Painel n.8 do Quadro 14).



Fonte: O Autor, 2009

Conforme a descrição anterior e a Tabela 7, abaixo, observa-se que os sítios que se encontram mais próximos da área urbana apresentam-se com os maiores percentuais de degradações antrópicas e, portanto, menos preservados. Ou seja: na superfície das áreas intrassítio e extrassítio da Pedra da Lourdes nada foi preservado; na Pedra do Mocozeiro encontram-se 96,61% preservados no intrassítio e 0%, na área extrassítio; na Pedra do Urubu e na Pedra da Moça, as áreas intrassítios encontram-se 100% preservadas, enquanto as extrassítios encontram-se respectivamente, apenas 30% e 40% preservadas.

Tabela 7 – Resumo das degradações e da preservação nos quatro sítios.

Sítios Arqueológicos	Intrassítio		Extrassítio	
	Degradado	Preservado	Degradado	Preservado
Pedra da Lourdes	100%	0%	100%	0%
Pedra do Mocozeiro	7.39%	92.61%.	100%	0%
Pedra do Urubu	0%	100%	70%	30%
Pedra da Moça	0%	100%	60%	40%

4 PRESERVAÇÃO PARA OS SÍTIOS DO RIACHO RIBEIRO GRANDE

Sítios arqueológicos como monumento é tudo aquilo que evoca o passado ou um sinal do passado e perpetua recordações. Essas recordações podem ser voluntárias ou involuntárias. Na realidade, é um legado da memória coletiva. No entanto, a memória apresenta-se como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais (fundamentalmente na história e na antropologia), e se ocupa mais da memória coletiva que das memórias individuais. (LE GOFF, p.419,526, 2006). Dessa forma, a memória é um elemento essencial para a identidade individual ao coletivo (LE GOFF, p.469,2006).

Para compreender os motivos de degradação e de preservação dos quatro sítios arqueológicos em estudo, realizou-se um levantamento através da memória dos agentes antrópicos, relacionando sua reminiscência indígena com a identificação cultural para com os monumentos arqueológicos da referida área de estudo.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES ANTRÓPICOS

Com objetivo de identificar a relação de parentesco entre os atuais remanescentes e os agentes antrópicos que degradam ou preservam os quatro sítios arqueológicos do Riacho Ribeiro Grande, recorrendo à memória, utilizou-se a metodologia da entrevista para obtenção desses dados. Questionários⁶² com perguntas gerais e específicas foram dirigidos aos atuais proprietários e habitantes da referida área, incluindo os envolvidos na extração mineral, na queima da vegetação, no culto religioso e nas pichações das pinturas rupestres. Devido ao baixo grau de escolaridade e ao analfabetismo dos entrevistados, os formulários foram preenchidos pelo entrevistador, que também efetuou as anotações, com exceção daqueles dirigidos aos professores e alunos, que o fizeram sem a presença do entrevistador.

4.2 AS ENTREVISTAS

As entrevistas ocorreram no primeiro semestre de 2009. Depois de identificar os proprietários e moradores vizinhos aos sítios, entrevistaram-se duas pessoas, em residências diferentes, em cada Sítio Arqueológico, totalizando oito entrevistados (Quadro 15).

Quanto aos trabalhadores que extraem o granito, as entrevistas realizaram-se no local e no momento da extração do mineral (Quadro 16).

Para identificar os agentes causadores das pichações, foram entregues questionários aos professores e aos alunos das duas principais escolas⁶³ próximas aos sítios, que tinham visitado alguns dos quatro sítios. Depois, nove professores e oito alunos devolveram os questionários respondidos (Quadro 17 e 18).

A finalização das entrevistas ocorreu com os depoimentos de moradores idosos, com mais de cinquenta anos de idade, e que nasceram na Área Arqueológica do Riacho Ribeiro Grande. A finalidade era identificar a reminiscência indígena dos entrevistados e sua relação com os sítios arqueológicos (Quadro 19).

⁶² Questionários – Apêndices E, F, G, H, I e J.

⁶³ Escolas Públicas: a Estadual Justulino Ferreira Gomes, com 1.200 alunos(2009) e a Municipal Dr. Moacy Breno Souto Maior, com 900 alunos(2009).

Segue, abaixo, a descrição com os Quadros e Figuras demonstrando os resultados das entrevistas.

⇒ COM OS PROPRIETÁRIOS E/OU MORADORES DOS QUATRO SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

De acordo com o levantamento de campo realizado no primeiro semestre de 2009, identificaram-se 72 residências ou casas de alvenaria existentes, no momento, nas áreas delimitadas e denominadas de extrassítios, o que pode ser conferido através das Figuras 20 e 31, respectivamente nas páginas 78 e 86.

Com as entrevistas através dos questionários, pôde-se relacionar e identificar o valor cultural dado aos sítios arqueológicos e a relação existente entre estes e o grau de parentesco indígena.

Das 72 residências, oito moradores e proprietários responderam ao questionário, conforme segue abaixo:

- **Proprietários e moradores da área próxima à Pedra da Lourdes**

Luzia Dias Ramalho de Lima⁶⁴ afirmou ter conhecimento da existência de pinturas rupestres nos quatro sítios do riacho Ribeiro Grande e das manchas de pinturas rupestres na Pedra da Lourdes. Lamenta a destruição da Pedra do Reinado na década de 80 do século XX e conta que existiam abrigos com salão e figuras com histórias como sendo o local de encantados. Reconhece-se como descendente indígena por parte do avô e de afro-descendentes pela ascendência da mãe.

Quanto à história da Pedra da Lourdes, relata que as atividades religiosas se iniciaram no ano de 1944 e cita os padres que atuaram no local: Padre Luís Vieira, Monsenhor Ferreira Lima, Monsenhor Jonas, Padre Geraldo e atualmente Padre Pedro, todos da Paróquia de São Sebastião de Surubim. O local era conhecido como Pedra do Boi.

⁶⁴ Luzia Dias Ramalho de Lima – Professora do Ensino Infantil da Escola Municipal Dr. Moacy Breno Souto Maior, em Umari/Bom Jardim/PE. Residente na Rodovia PE 90, nº 40, Umari, Bom Jardim/PE. Trancou o curso de História no 6º período. É a responsável pela administração da Gruta da Lourdes, junto à paróquia de São Sebastião em Surubim/PE.

Semanalmente, o local recebe visitas, em média 100 pessoas, incluindo a celebração de uma missa. Seus rendimentos são provenientes de ofertas de frequentadores das missas, turistas e pagadores de promessas.

Maria Júlia (Dona Tuta)⁶⁵ tem conhecimento dos quatro sítios com pinturas rupestres e lamenta a destruição da Pedra do Reinado. Conta que foram destruídas duas das três pedras, restando apenas uma. Com muita saudade, conta histórias, segundo as quais, viu animais encantados, como perus e carneiros de ouro. Reconhece-se como descendente indígena por parte do avô materno. Sua mãe foi pega na mata da Miranda, região ao norte do distrito de Umari, em torno do riacho Pirauá. Também confirmou que a Pedra da Lourdes, antes de 1940, era um local conhecido como Pedra do Boi e funcionava como local de “jogo de bicho”, sanfoneiro, bebedeira, parecia um prostíbulo.

• Proprietários da Pedra do Mocozeiro

Joseildo Francisco da Silva⁶⁶ tem conhecimento das pinturas e dos quatro sítios do Riacho Ribeiro Grande, incluindo a Pedra do Mocozeiro. Reconhece-se como descendente de afro-descendentes (bisavó).

José André da Silva⁶⁷ informou que construiu a casa nesse local, mas não concordou com a extração de parte do abrigo sob rocha. Tem conhecimento dos quatro sítios arqueológicos e de outros com pinturas rupestres na região, como Pedra do Sapo e Pedra do Diogo. Reconhece sua ascendência como indígena misturada com afro-descendentes. Encontrou pedra de corisco (artefato lítico) no local onde reside. Extrai o granito para vender e não para uso próprio. A venda é destinada a diversas pessoas que prestam serviços para as prefeituras. Não gosta muito da atividade de extração, trocaria por outra. O rendimento com a venda de mil paralelepípedos varia entre R\$ 100,00 e R\$ 140,00 reais. Produz 300 paralelepípedos, em média, por dia.

⁶⁵ Maria Júlia (Dona Tuta) - Agricultora aposentada, com 71 anos de idade, residente na área da Pedra da Lourdes, é conhecida com Dona Tuta. Estudou até o Mobral na antiga Escola Manoel Borba em Umari, Bom Jardim/PE.

⁶⁶ Joseildo Francisco da Silva, agricultor e residente numa área de duas quadras no entorno da Pedra do Mocozeiro, tem 43 anos e informou que escreve o nome e sabe pouca conta. Casado, possui três filhos que estudam nas escolas Dr. Moacy B. Souto Maior e Justulino Ferreira, em Umari, Bom Jardim/PE

⁶⁷ José André da Silva, com 40 anos de idade, reside no Sítio Ramos. Proprietário da casa construída junto ao abrigo Oeste da Pedra do Mocozeiro Exerce a função de pedreiro e agricultor. Extrai o granito apenas para o uso da construção de sua casa. Estudou até a 1º série do atual ensino fundamental, na antiga Escola Manoel Borba em Umari.

- **Proprietários da Pedra do Urubu**

Euclides Alves de Lira⁶⁸ tem conhecimento apenas da existência dos quatro sítios com pinturas rupestres na região. Conta que o avô pediu para o pai preservar a Pedra do Urubu, e ele o fez. Recebeu uma oferta do Sr. João da Cruz no valor de R\$ 5.000 reais para quebrar a pedra e não aceitou. Lamenta a destruição da Pedra do Reinado. Era um local com abrigo e salão com pinturas. Reconhece que possui apenas ascendência indígena por parte do avô.

Cosma Maria da Conceição⁶⁹, junto com seu filho Sr. Severino Domingos da Silva, responderam ao questionário informando ter apenas conhecimento da existência dos quatro sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Lamentam a destruição da Pedra do Reinado. Reconhecem que a avó de Dona Cosma era índia. Guardam do lugar boas lembranças, onde faziam refeições e descansavam. Informaram que existia uma casa nas proximidades da Pedra, tipo tapera, e recentemente encontraram cachimbos e bolas (cerâmicas) na área plana do topo da Pedra do Urubu. Gostariam que não fosse destruída enquanto estiverem vivos.

Conforme os depoimentos, descritos no Quadro 15, seis deles relatam e lamentam a destruição total, pela extração de granito, de um abrigo com pinturas rupestres chamado de Pedra do Reinado. Também, observa-se que três se reconhecem como descendentes indígenas, sendo um misturado com indígena e afro-descendente, três como afro-descendentes e um com ascendência portuguesa.

- **Proprietários da Pedra da Moça**

Alda Maria Nóbrega dos Santos⁷⁰ comprou a propriedade onde se encontra a Pedra da Moça na década de 80 do século XX e logo teve conhecimento das pinturas rupestres. Atribui a elas um valor histórico e acha que deve preservá-las devido a sua beleza.

Maria José da Silva Soares, conhecida como Maria Baier⁷¹, teve conhecimento das pinturas através dos pais. O pai, José Ferreira Gomes, dizia que eram pinturas dos caboclos⁷², considera-as muito interessantes e, assim, devem ser preservadas.

⁶⁸ Euclides Alves de Lira, aposentado, com 73 anos de idade, assina o nome e lê pouco, residente à Rua João Batista, nº 175, Umari, Bom Jardim/PE.

⁶⁹ Cosma Maria da Conceição, agricultora aposentada, com 86 anos de idade, residente à rua João Batista, nº 173, em Umari, Bom Jardim/PE.

⁷⁰ Alda Maria Nóbrega dos Santos é professora, residente à Rua Getúlio Vargas, 150 – Surubim/PE.

De acordo com os depoimentos acima, dos oito entrevistados, um declarou ser descendente de português, três afro-descendentes, um misturado (afro-descendente com indígena) e três indígenas, o que pode ser visto abaixo no Quadro 15 e da Figura 57.

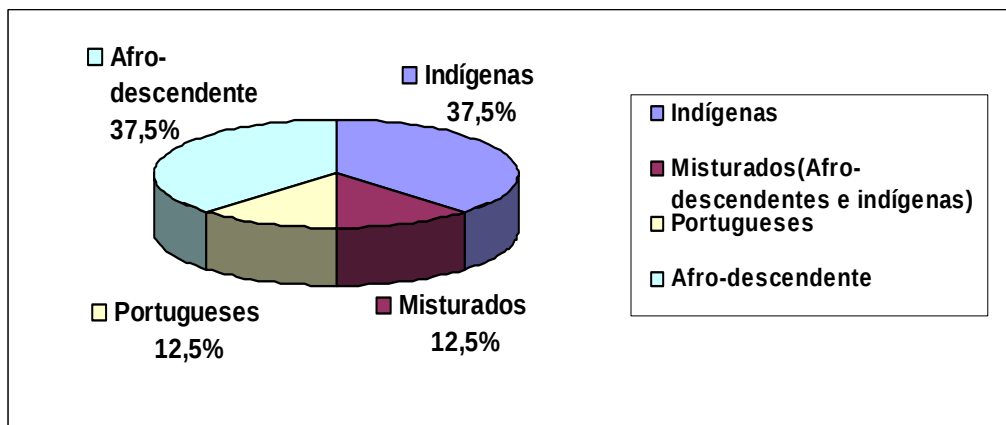
Quadro 15 – Demonstrativo das entrevistas com oito proprietários e/ou moradores dos sítios.

Sítios	Proprietários e/ou Moradores	Idade (anos)	Identificação cultural Remanescentes (parentesco)	Conhece outro sítio	Principais problemas de preservação
Pedra da Lourdes	1. Luzia Dias Ramalho de Lima 2. Maria Júlia (Dona Tuta)	42	Indígenas (avô)	Destruída (Pedra do Reinado)	Culto religioso
		71	Afro-descendentes (mãe) Indígenas(avó)	Destruída (Pedra do Reinado)	Ocupação urbana
Pedra do Mocozeiro	1. José André da Silva 2. Joseildo Francisco da Silva	40	Indígenas Afro-descendentes		Ocupação urbana Extração de granito
		43			
Pedra do Urubu	1.Euclides Alves de Lira 2.Cosma Maria da Conceição	73	Indígenas (avô) Indígenas (avô)	Destruída (Pedra do Reinado)	Loteamento urbano
		86		Destruída (Pedra do Reinado)	Loteamento urbano
Pedra da Moça	1.Alda Maria Nóbrega dos Santos 2.Maria José da Silva Soares	56	Afro-descendentes Portugueses	Não Não	Propriedade à venda Queimadas, pichações
		70			

⁷¹ Maria José da Silva Soares, conhecida como Maria Baier. Professora aposentada, atualmente é comerciante e residente à Rua Paulo Afonso, 180, Surubim/PE.

⁷² Caboclo – Antiga designação do indígena. Entende-se também como mestiço de branco com índio (FERREIRA, 2008, p.195).

Figura 57 – Gráfico demonstrativo dos oito remanescentes e proprietários dos quatro sítios arqueológicos.



⇒ ENTREVISTAS COM TRABALHADORES QUE EXTRAEM GRANITO

Ademilson Silva de França⁷³ reconhece que sua ascendência é indígena: bisavô e bisavô. Conhece as localidades dos quatro sítios do Ribeiro Grande, mas não sabe que são arqueológicos e nem que existem pinturas rupestres. Já utilizou o material extraído de granito para a construção de sua residência. Também informou que produz, em média, 300 paralelepípedos por dia, e que mil paralelepípedos, dependendo da oferta e procura, variam de R\$ 100,00 a R\$ 140,00 reais. Normalmente vende o granito extraído para prestadores de serviços de Prefeituras.

Severino Tertuliano da Silva⁷⁴ é conhecido por Biu Isidoro. Participou da extração da Pedra do Reinado há 10 anos e confirmou que existia um abrigo e pinturas nas paredes das rochas. Lembra que era uma pedra bonita e que valeria ser preservada. Lamenta a destruição. Reconhece o bisavô como sendo índio do tipo caboclo.

De acordo com as entrevistas acima, demonstradas abaixo no Quadro 16 e na Figura 58, percebe-se, nos depoimentos dos quatro trabalhadores que extraem granito, o seguinte

⁷³ Ademilson Silva de França, 29 anos de idade, solteiro e residente nas proximidades da Pedra da Lourdes. Sua profissão exclusiva, anualmente, é de extração de granito e não trocaria essa atividade por outra. Está matriculado no Curso Noturno do Ensino de Jovens e Adultos (EJA) na Escola Dr. Moacy B. Souto Maior em Umari, Bom Jardim/PE.

⁷⁴ Possui 57 anos de idade, residente no Sítio Ramos (propriedade que abrange o sítio arqueológico da Pedra do Mocozeiro). Extrai granito, em torno de 1000 (mil) paralelepípedos por semana, e vende por R\$ 100,00 (cem reais). Também, exerce a função de pedreiro e marceneiro.

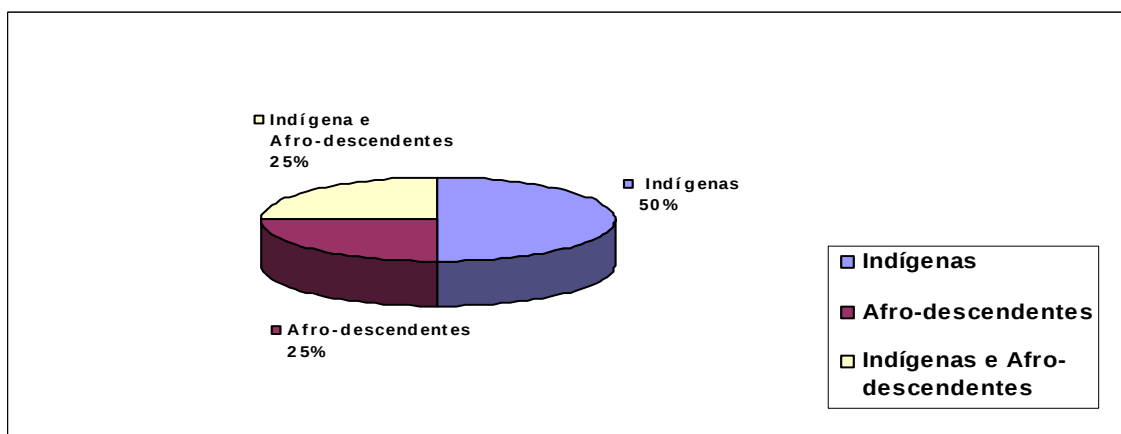
reconhecimento de ascendência: um declarou ser afro-descendente, outro misturado (afro-descendente com indígena) e os outros dois indígenas.

Quadro 16 – Extração de granito: entrevista com quatro trabalhadores que extraem granito.

Trabalhadores	Idade (anos)	Identificação com Reminiscência (parentesco)	Conhecem as pinturas rupestres	Ocupação anual	Para quem vende o granito
* Joseildo Francisco da Silva (Sr. Doril)	43	Afro-descendentes (bisavô)	Sim	Extraí granito, cultivo milho e feijão e gado bovino	Várias pessoas, como prestadores de serviços de Prefeituras.
* José André da Silva	40	Indígena e afro-descendentes (bisavô)	Sim e outros	Pedreiro e agricultor	Extraí para uso próprio
Ademilson Silva de França	29	Indígena (bisavô e bisavô)	Não	Só extraí granito	Várias pessoas, como prestadores de serviços de Prefeituras.
Severino Tertuliano da Silva	57	Indígena (bisavô)	Não	Extraí granito, pedreiro, marceneiro	Várias pessoas

* Os depoimentos de Joseildo Francisco da Silva e José André da Silva encontram-se nas páginas 107 e 108, como de moradores e proprietários da Pedra do Mocozeiro

Figura 58 – Gráfico demonstrativo dos remanescentes: extração de granito.



⇒ PICHações: ENTREVISTAS COM PROFESSORES

Quanto às pichações, as entrevistas foram dirigidas aos professores e estudantes de duas escolas públicas localizadas no distrito de Umari, Bom Jardim/PE. Seguem, abaixo, os depoimentos de nove professores, relatando seu contato com os sítios arqueológicos e indicando a autoria das pichações.

Roberto Carlos Oliveira da Silva⁷⁵ explica a importância dos sítios e das pinturas para seus alunos. Mesmo assim, declara que foram os alunos que realizaram as pichações para marcar seus nomes e os de suas namoradas. Possui diversos livros sobre o tema, como dos autores Gabriela Martin e Armand Laroche.

Lígia Souza dos Santos⁷⁶ declarou que nunca levou alunos aos sítios e que possui livros sobre o assunto. Afirmar serem os estudantes responsáveis pelas pichações para deixar suas marcas nas rochas.

Gerusa Júlia da Silva Andrade⁷⁷ declarou que não levou alunos aos sítios e não possui livros sobre o assunto. Não sabe quem promoveu as pichações, mas acha que foram feitas para registrar momentos.

Francisca Maria Pereira⁷⁸ levou para visita dos sítios arqueológicos uma turma de alunos da quarta série do ensino infantil no ano 2000. Afirmar que as pichações foram realizadas pelos alunos para deixar suas marcas.

Luiz Dias Ramalho⁷⁹ levou, duas vezes, os alunos de quinta série para os sítios arqueológicos no ano de 2009. As fontes de informações a respeito de sítios arqueológicos foram obtidas através de livros de História e palestras de Educação Patrimonial na Escola Justulino Ferreira, ministradas pelo autor desta dissertação, Professor Severino Ribeiro. Atribui as pichações a outras pessoas, como vândalos, para deixar sua marca.

⁷⁵ Roberto Carlos Oliveira da Silva. Graduado em História, trabalhou como Secretário escolar e professor de Artes, com contrato temporário, na Escola Dr. Moacy B. S. Maior. Atualmente é funcionário concursado. Conhece todos os sítios arqueológicos. Levou ao local uma turma de alunos da sétima série do ensino fundamental no ano de 2007

⁷⁶ Lígia Souza dos Santos. Professora do ensino infantil na Escola Dr. Moacy Breno Souto Maior, cursando História. Conhece os sítios através de outros professores e amigos.

⁷⁷ Gerusa Júlia da Silva Andrade. Possui formação de nível médio e é professora do ensino infantil da Escola Dr. Moacy B. S. Maior. Teve conhecimento da existência dos sítios arqueológicos através de uma excursão promovida pela Prefeitura de Bom Jardim em 2007.

⁷⁸ Francisca Maria Pereira. Graduada em Pedagogia e professora do ensino infantil da Escola Dr. Moacy B. S. Maior.

⁷⁹ Luiz Dias Ramalho. Graduado em História e professor do ensino fundamental da escola Dr. Moacy B. S. Maior.

Josiane Martins de Paula Silva⁸⁰ declarou que nunca levou alunos aos sítios. Atribui as pichações às pessoas desocupadas que não têm conhecimento da importância das pinturas.

Wagner Lima de Arruda⁸¹ teve conhecimento dos sítios e das pinturas rupestres através das aulas do Professor de História, Edgar Santos. Nunca levou alunos aos sítios arqueológicos. Não sabe informar a autoria das pichações, mas atribui à maldade.

Severina Maria da Silva (Sílvia)⁸² teve conhecimento dos sítios arqueológicos: Pedra da Lourdes, Pedra do Mocozeiro e Pedra do Caboclo, através de visitas feitas com o Professor de História, Edgar Santos.

Noélia Maria Santana de Andrade⁸³ conhece os sítios arqueológicos Pedra da Lourdes, Pedra da Moça e Pedra do Caboclo. Levou, uma vez, alunos da sexta série em 2003 para um piquenique na Pedra da Moça. Não possui livros sobre o assunto porém explica a importância das pinturas rupestres a partir das palestras promovidas na Escola Justulino Ferreira. Atribui as pichações aos moradores próximos aos sítios e adolescentes. Levou alunos das sexta e sétima séries aos sítios arqueológicos. Não informou o ano. Atribui as pichações a outras pessoas para registrar momentos.

Conforme as descrições acima constantes abaixo, no Quadro 17, observa-se que três professores atribuem a autoria das pichações aos estudantes e outros seis a outras pessoas da localidade. Também na Figura 59, constata-se que somente 40% das pichações foram realizadas por estudantes, e 60% são atribuídas a outras pessoas.

⁸⁰ Josiane Martins de Paula Silva. Graduada em Biologia e Pós-Graduada em Gestão Ambiental. Professora na Escola Justulino Ferreira nas turmas do Ensino Fundamental. Conhece apenas dois sítios arqueológicos (Pedra da Moça e Pedra da Lourdes), a partir de uma oficina e mini-curso sobre turismo em 1999. Não possui livros sobre o assunto.

⁸¹ Wagner Lima de Arruda. Graduado em Biologia e pós-graduado em Ensino Profissionalizante. Professor de Biologia da Escola Justulino Ferreira nas turmas do ensino Fundamental e Médio.

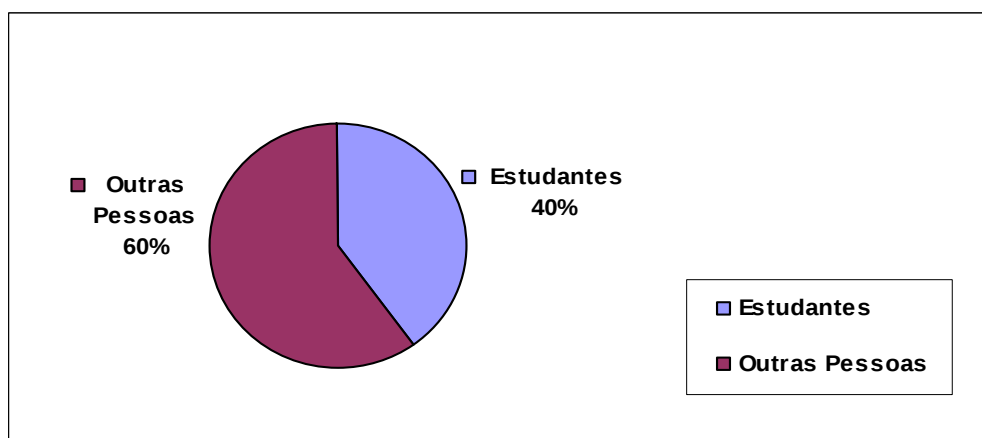
⁸² Severina Maria da Silva (Sílvia). Graduada em Letras e Pós-Graduada em Língua Inglesa. Professora das Escolas Dr. Moacyr B. S. Maior e Justulino Ferreira nas turmas do ensino Fundamental e Médio.

⁸³ Noélia Maria Santana de Andrade. Graduada em Matemática e Pós-Graduada em Matemática Financeira. Professora da Escola Justulino Ferreira nas turmas do ensino Fundamental e Médio.

Quadro 17 – Pichações: entrevistas com nove professores.

Professores	Escolas	Formação/ Ensina	Visita aos sítios arqueológicos com alunos	Que Objetivos ou contato	Em que ano?	Turma (Série)	Pichações foram feitas por quem ?
Roberto Carlos Oliveira da Silva	Dr. Moacy B. S. Maior	História/ Fundamental	Uma	Escolar	2007	7 ^a	Estudantes
Lígia Souza dos Santos	Dr. Moacy B. S. Maior	História/ Infantil	Não	-	-		Estudantes
Gerusa Júlia da Silva Andrade	Dr. Moacy B. S. Maior	Médio/ Infantil	Não	excursão	2007		Outras pessoas
Francisca Maria Pereira	Dr. Moacy B. S. Maior	Pedagogia/ Fundamental	Uma	curiosida de	2000	4 ^a	Estudantes
Luiz Dias Ramalho	Dr. Moacy B. S. Maior	História/ Fundamental	Duas	curiosida de e piqueni que	2009		Outras pessoas
Josiane Martins de Paula Silva	Justulino Ferreira	Geografia/ Fundamental	Não	mini- curso	1999		Outras pessoas
Wagner Lima de Arruda	Justulino Ferreira	Biologia/ Fundamental	Não	aulas de História do Prof. Edgar	-		Outras pessoas
Severina Maria da Silva (Sílvia)	Justulino Ferreira/ Dr. Moacy B. S. Maior	Letras/ Fundamental	Uma	curiosida de e escolar	Não lemb ra	6 ^a e 7 ^a	Outras pessoas
Noélia Maria Santana de Andrade	Justulino Ferreira	Matemática/ Fundamental	Uma	piqueni que	2003	6 ^a	Outras pessoas

Figura 59 – Demonstrativo das pichações feitas sobre as pinturas rupestres dos Sítios Arqueológicos segundo os nove professores.



⇒ ENTREVISTAS COM ESTUDANTES

Após um levantamento de identificação de estudantes que tinham visitado os sítios arqueológicos, direcionamos os questionários, e oito deles os devolveram com a seguinte descrição:

Lenilson Araújo de Oliveira⁸⁴ conhece os quatro sítios arqueológicos em Umari e alguns em Buíque/PE. Atribui as pichações a estudantes e outras pessoas para deixar suas marcas e registrar momentos. Conheceu os quatro sítios através de palestras e cursos na Escola Justulino.

Jeane da Silva Barbosa⁸⁵ conheceu os quatro sítios arqueológicos em Umari através de seus avós. Atribui as pichações a estudantes para deixar suas marcas.

Gerlane Ramos da Silva⁸⁶ conheceu os quatro sítios arqueológicos em Umari através dos avós. Atribuiu as pichações a estudantes para deixar suas marcas.

Adrielly Lima dos Santos⁸⁷ conheceu os quatro sítios arqueológicos de Umari através de palestras e excursões da escola. Atribui as pichações a estudantes e a outras pessoas (vândalos) para deixar suas marcas e registrar momentos.

⁸⁴ Lenilson Araújo de Oliveira. Estudante do 3º ano D da Escola Justulino Ferreira.

⁸⁵ Jeane da Silva Barbosa. Estudante do primeiro A do ensino Médio da Escola Justulino Ferreira.

⁸⁶ Gerlane Ramos da Silva. Estudante do primeiro A do ensino Médio da Escola Justulino Ferreira.

⁸⁷ Adrielly Lima dos Santos. Estudante do oitavo ano do Fundamental da Escola Justulino Ferreira.

Edicleiton Ramos da Silva⁸⁸ conheceu os quatro sítios arqueológicos em Umari, através de palestras e visitas. Atribui as pichações a estudantes e a outras pessoas para deixar suas marcas e registrar momentos.

Cláudia Ferreira da Silva⁸⁹ teve conhecimento dos quatro sítios arqueológicos em Umari, através de palestras e visitas, atribuindo as pichações a estudantes e a outras pessoas para deixar suas marcas e registrar momentos.

Edivânia Expedita de Sousa⁹⁰, também através de palestras e visitas, obteve conhecimento dos sítios arqueológicos em Umari. Atribui as pichações a estudantes e moradores para deixar suas marcas e registrar momentos.

Josefa Jarina Souza da Silva⁹¹ conheceu os quatro sítios arqueológicos em Umari também através de palestras e visitas. Atribui as pichações a estudantes e moradores para deixar suas marcas, e à falta de informação.

Pode-se constatar, pelas afirmações dos estudantes acima e através do Quadro 18, abaixo, o fato de se atribuírem mais as pichações aos próprios estudantes do que a outras pessoas. Ou seja, na Figura 60, verifica-se que 50% dos entrevistados atribuem a autoria somente aos próprios estudantes; os demais a atribuem aos estudantes e moradores do entorno dos sítios.

⁸⁸ Edicleiton Ramos da Silva. Estudante do Curso Técnico Gestão em Comércio da Escola Justulino Ferreira.

⁸⁹ Cláudia Ferreira da Silva. Estudante do terceiro ano D do ensino médio da Escola Justulino Ferreira.

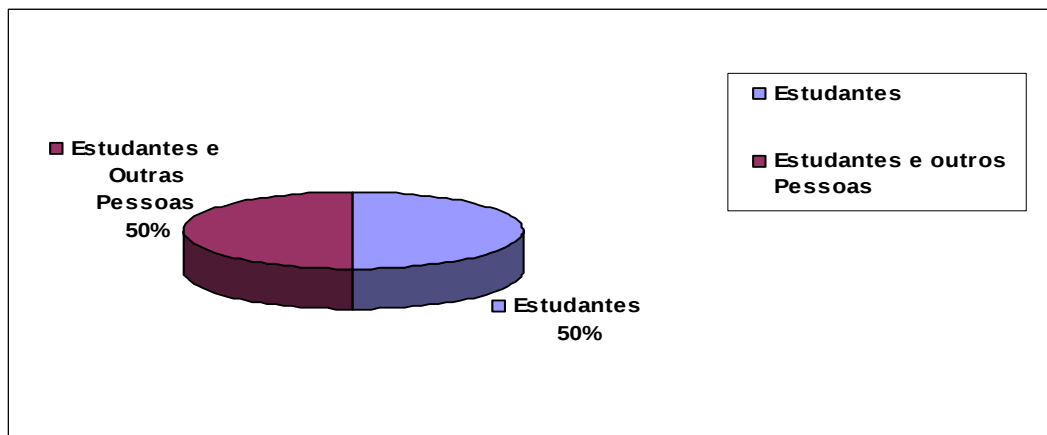
⁹⁰ Edivânia Expedita de Sousa. Estudante do terceiro ano A do ensino médio da Escola Justulino Ferreira.

⁹¹ Josefa Jarina Souza da Silva. Estudante do terceiro ano A do ensino médio da Escola Justulino Ferreira.

Quadro 18 - Pichações: entrevista com oito estudantes.

Estudantes	Idade (anos)	Escola	Turma	Conhece sítios arqueológicos?	Como Conheceu?	As pichações foram feitas por quem?	Por que fazem pichações?
Lenilson Araújo de Oliveira	16	Justulino Ferreira	3º A - Médio	Quatro em Umari e alguns em Buíque	Escola Justulino	estudantes e outras pessoas	deixar suas marcas
Jeane da Silva Babosa	17	Justulino Ferreira	1º A - Médio	Quatro em Umari	Através dos avós	Estudantes	deixar suas marcas
Gerlane Ramos da Silva	18	Justulino Ferreira	1º A - Médio	Quatro em Umari	Através dos avós	Estudantes	deixar suas marcas
Adrielly Lima dos Santos	15	Justulino Ferreira	8ª série Fundamental	Quatro em Umari	Excursões escolar	estudantes e outros	deixar sua marca e momentos
Edicleiton Ramos da Silva	18	Justulino Ferreira	Ensino Técnico	Quatro em Umari	visitas espontâneas	Estudantes	Registrar momentos
Cláudia Ferreira da Silva	18	Justulino Ferreira	3º D - Médio	Quatro em Umari	palestras e cursos	Estudantes	deixar sua marca
Edivânia Expedita de Sousa	20	Justulino Ferreira	3º A - Médio	Quatro em Umari	palestras e cursos	estudantes e moradores	Outros motivos e falta de informação
Josefa Jarina Souza da Silva	16	Justulino Ferreira	3º A - Médio	Quatro em Umari e Pedra do Caboclo, do Navio	palestras e cursos	moradores da região	Brincadeiras e falta de informação

Figura 60 – Gráfico demonstrativo das pichações feitas nas pinturas rupestres segundo os oito alunos que visitaram os sítios arqueológicos.



⇒ ENTREVISTAS COM SETE MORADORES IDOSOS QUE NASCERAM EM UMARI

Quanto aos sete moradores entrevistados, todos possuem idade acima de 50 anos e nasceram na região do Riacho Ribeiro Grande. O objetivo principal era identificar a reminiscência indígena. As respostas foram as seguintes:

Josefa Filismina da Fonseca⁹² se reconhece como descendente de índios. Seu pai, sua mãe e seu avô eram caboclos brabos. Conhece os quatro sítios e lembra com lamentação a destruição da Pedra do Reinado ou a do Encantado. Não sabe explicar como teve conhecimento desses sítios.

Antonio Francisco da Silva⁹³ não sabe informar sua ascendência cultural. Conhece os quatro sítios arqueológicos, mas não sabe explicar como teve conhecimento deles.

Martin Francisco da Silva⁹⁴ tem conhecimento da Pedra da Lourdes, do Mocozeiro e do Urubu. Reconhece que seu pai era caboclo e não sabe explicar como teve conhecimento desses locais.

Terezinha Ramos da Silva (Dona Quinquinha)⁹⁵ conhece os quatro sítios arqueológicos, lembra-se da Pedra do Reinado e lamenta a destruição. Reconhece que seu avô era caboclo da costa⁹⁶.

⁹² Josefa Filismina da Fonseca. Agricultora aposentada, 83 anos, nasceu em Umari e reside no Sítio Ramos, área da Pedra do Mocozeiro.

⁹³ Antonio Francisco da Silva. Agricultor aposentado, 70 anos, nasceu em Umari e reside no Sítio Ramos

⁹⁴ Martin Francisco da Silva. Agricultor aposentado, 78 anos de idade, nasceu em Umari e reside no Sítio Umari.

Virgilina Antônia da Silva (Dona Nina)⁹⁷ tem conhecimento dos quatro sítios arqueológicos e lamenta a destruição da Pedra do Reinado Encantado. Reconhece o avô como caboclo da costa.

Josefa Severina dos Santos (Dona Zefinha) informou apenas conhecer a Pedra da Lourdes e não conhece sua ascendência.

Roberto Patrício da Silva⁹⁸ tem conhecimentos dos quatro sítios e de pinturas rupestres, mas não vê neles nada de interessante. Não sabe informar sua ascendência.

De acordo com os depoimentos acima, no Quadro 19 e na Figura 61, observa-se o seguinte: três apresentam ascendência indígena, dois não souberam responder e outros dois se reconhecem como sendo descendentes de caboclos da costa.

Todos os entrevistados tinham conhecimento de algum ou dos quatro sítios. Apenas D. Josefa Felismina da Fonseca teve conhecimento dos sítios através de histórias contadas pelos antigos. Os demais não souberam explicar como tiveram conhecimento deles.

Quadro 19 – Entrevistas com sete moradores idosos que nasceram em Umari.

Nomes dos moradores	Idade	Identificação Reminiscência (parentesco)	Conhece os quatro sítios com pinturas rupestres	Ocupação atual/anterior	Como teve conhecimento desses sítios
Josefa Felismina da Fonseca	83	Indígena (pai, mãe, avô)	Sim	Aposentado/ Agricultora	Histórias contadas pelos antigos
Antônio Francisco da Silva	70	Não sabe	Sim	Aposentado/ Agricultora	Não sabe explicar
Martin Francisco da Silva	78	Indígena (bisavô)	Pedra da Lourdes e Pedra do Urubu	Aposentado/ Agricultora	Não sabe explicar
Terezinha Ramos da Silva	67	Bisavô(caboclo da Costa)	Sim	Aposentado/ Agricultora	Não sabe explicar
Virgilina Antônia da Silva	84	Bisavô (caboclo da Costa)	Sim e a Pedra do Reinado encantado	Aposentado/ Agricultora	Não sabe explicar
Josefa Severina dos Santos	79	Não sabe	Só a Pedra da Lourdes	Professora aposentado	Não sabe explicar
Roberto Patrício da Silva	50	Indígena (avô)	Conhece os quatro sítios	Agricultor	Não sabe explicar

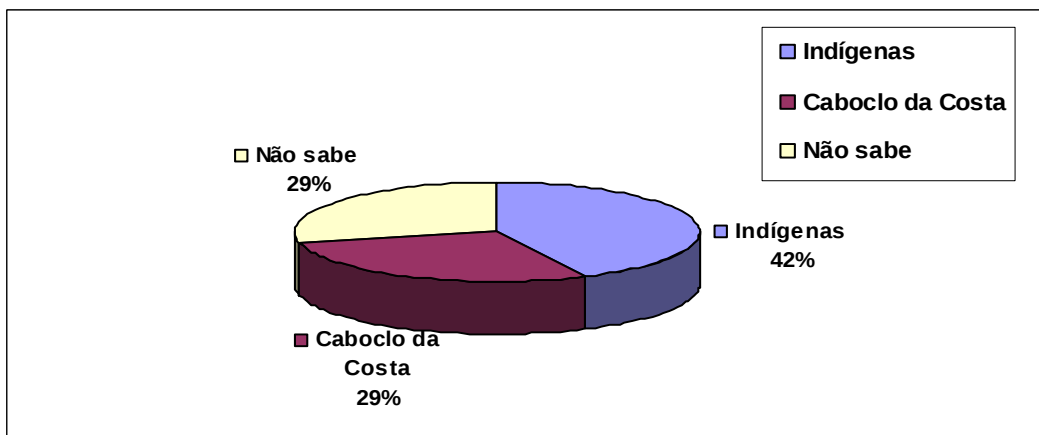
⁹⁵ Terezinha Ramos da Silva (Dona Quinquinha). Agricultora, 67 anos de idade, nasceu em Umari e reside na Rodovia PE 90, nº 75, Umari- Bom Jardim/PE.

⁹⁶ Caboclo da Costa – Designação atribuída aos índios que moravam na costa (litoral) e falavam a língua geral (PEREIRA DA COSTA, 1976, p.144).

⁹⁷ Virgilina Antônia da Silva (Dona Nina). Agricultora aposentada, 84 anos, nasceu em Umari, reside na Rodovia PE 90, nº 84, Umari, Bom Jardim/PE.

⁹⁸ Roberto Patrício da Silva. Agricultor, 50 anos de idade, nasceu em Umari e residente no Sítio Ramos, em Umari, Bom Jardim/PE.

Figura 61- Gráfico demonstrativo dos sete moradores idosos (acima de 50 anos), naturais de Umari, Bom Jardim/PE e se reconhecem como remanescentes indígenas



4.3 AÇÕES EDUCATIVAS DE PRESERVAÇÃO

No início deste trabalho, no segundo semestre de 2007, diversos fatores antrópicos degradavam os sítios e as pinturas rupestres, destacando-se a extração de granito, a ocupação urbana desordenada, as queimadas e as pichações.

Diante do problema, tornou-se necessária a colaboração de organizações locais para a realização da presente Dissertação. Destaca-se aqui, a equipe do Museu de Umari, uma organização não governamental composta por professores, alunos e moradores do distrito de Umari, que atuam junto à comunidade local, principalmente, na Escola Estadual Justulino Ferreira e Municipal Dr. Moacy B. Souto Maior. Além de apoiar a pesquisa, realizaram, até o presente momento, diversas atividades de Educação Patrimonial⁹⁹ dirigidas aos professores e alunos de escolas locais; entre elas, destacam-se as palestras sobre Educação patrimonial, com visitas aos sítios arqueológicos de Bom Jardim e ao Parque Nacional do Catimbau, em Buíque/PE. Uma das palestras foi realizada em 2008, com a promoção do Museu de Umari e da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Além de palestras foram realizadas oficinas de Educação Patrimonial voltadas para diversos enfoques, como as relacionadas abaixo:

⁹⁹ Educação Patrimonial – Processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. É também um instrumento de “alfabetização” cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia (HORTA, 1999, p.6).

⇒ Artesanato e Monumentos de Bom Jardim – Aulas teóricas sobre monumentos históricos e arqueológicos de Bom Jardim. Visitação aos monumentos, e aulas práticas de reconstituição desses monumentos com casca da árvore do cajá, realizadas no primeiro semestre de 2009, com o monitoramento de um artesão da região, e promovidas pelo Museu de Umari, pela Escola Justulino Ferreira e pela Gerência Regional de Educação do Vale do Capibaribe;

⇒ Preservação da História de Um Povo - Dinâmicas em aulas teóricas a respeito do Patrimônio Histórico e Arqueológico do Município de Bom Jardim e de João Alfredo, em Pernambuco, enfocando a beleza e as degradações existentes, como as pichações, extração de granito, ocupação urbana desordenada e demolição e uso dos prédios históricos. O trabalho foi realizado no segundo semestre de 2009, promovido pela FUNDARPE-Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, pelo Museu de Umari e pela Escola Estadual Justulino F. Gomes;

⇒ Produção de uma Cartilha intitulada: Educação Patrimonial – Preservação da História de um Povo. Todo o roteiro da Cartilha, o texto e os personagens em quadrinhos representam dados reais. Dela constam as aulas de visitação realizadas por professores de História com alunos de escolas locais aos sítios arqueológicos de Bom Jardim, deparando-se com toda a problemática da preservação. A cartilha serve como manual de visitação a esses sítios. Objetivando a necessidade de conscientização da população local e adjacências sobre a preservação de seu patrimônio, serão distribuídos cerca de 50 a 100 exemplares da Cartilha para mais de 15 escolas públicas municipais e estaduais de Bom Jardim, João Alfredo e bibliotecas públicas dos municípios vizinhos. Essa Cartilha foi lançada no final do segundo semestre de 2009, promovida pela FUNDARPE/ FUNCULTURA e pelo Museu de Umari;

⇒ Produção de vídeos fotográficos. Foram produzidos vídeos de temas como: Panorama histórico de Bom Jardim, Sítios Arqueológicos e Históricos de Bom Jardim: nossa gente, nosso ambiente e nosso patrimônio, como trabalho educativo e cultural, elaborados pelos alunos e professores envolvidos com o trabalho de Educação Patrimonial e o Museu de Umari;

⇒ Equipe de divulgação - Alunos e professores de escolas estaduais e municipais de Bom Jardim/PE, o Museu de Umari e os personagens da citada Cartilha são parte integrante e

primordial para que, nos anos subsequentes, realizem a divulgação da Cartilha e sua distribuição em residências próximas aos sítios arqueológicos; realizando, também, palestras e vídeos nas escolas contempladas com o recebimento da Cartilha.

Com essas ações e medidas educativas, alguns resultados já puderam ser observados, entre eles:

- a. não ocorreram novas pichações. Nota-se que, durante as entrevistas realizadas com os alunos da Escola Justulino Ferreira, alguns declararam ter realizado as pichações, mas já se arrependeram;
- b. trabalhadores e moradores que extraem granito lamentam a destruição de um sítio com pinturas rupestres: a Pedra do Reinado. Um trabalhador (Severino Tertuliano da Silva) informou que não vai continuar extraindo granito do local, pois o proprietário quer preservar o conjunto rochoso;
- c. proprietários da Pedra da Moça e Urubu também se queixam das queimadas e pedem ajuda para combater essa prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a origem dos registros rupestres vem desde os grupos humanos da Pré-História, e na América sua autoria é atribuída à cultura indígena (MARTIN, 1999, p.245).

No entanto, após constatar degradações antrópicas, nos referido sítios, como extração mineral e pichações, formulou-se a hipótese de que os atuais moradores e remanescentes degradam os sítios por falta de identificação cultural. Assim, a pesquisa teve como objetivo identificar os fatores antrópicos de degradação e apontar soluções para sua preservação.

Dessa forma, com esta Dissertação, seu autor se propôs a responder a quatro questões, elaboradas no início do trabalho, e fundamentadas nos quatro capítulos.

Seguem abaixo, as referidas questões com respostas e análises conclusivas da Dissertação:

1) A OCUPAÇÃO EUROPEIA, NO MÉDIO CAPIBARIBE, INTERFERIU NA EXTINÇÃO CULTURAL INDÍGENA E NA DEGRADAÇÃO DOS SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS?

A busca pela preservação, como estudo de caso analisado neste trabalho, remeteu a uma investigação de fatores antrópicos responsáveis pela degradação de sítios arqueológicos no Riacho Ribeiro Grande.

A pesquisa abordou a Microrregião do Médio Capibaribe. Primeiramente quanto aos fatores geográficos, ambientais e históricos; posteriormente voltando-se para o levantamento de sítios com pinturas rupestres e seu estado de degradação.

As condições geográficas, ambientais e os fatores históricos ilustram o processo de ocupação europeia em Pernambuco. Os exemplos do Médio Capibaribe descrevem o processo de extinção dos grupos indígenas, a miscigenação e a degradação de sítios arqueológicos.

Poucos sítios ficaram preservados devido às queimadas que ocorreram com o estabelecimento de engenhos de cana-de-açúcar, o desmatamento para a instalação de fazendas de gado e o plantio do algodão. As aldeias foram transformadas em vilas, cidades, e a região, dividida em comarcas do governo e freguesias religiosas. Tais fatores fundamentam o processo de descaracterização cultural de grupos indígenas e consequentemente levaram à perda de sua identidade cultural, contribuindo para a degradação de sítios arqueológicos.

2) QUAL O GRAU DE DEGRADAÇÃO E DE PRESERVAÇÃO, NO MOMENTO, NOS QUATRO SÍTIOS?

Do sítio Pedra da Lourdes, restam apenas 50% de pinturas rupestres de um painel, e o abrigo encontra-se totalmente perturbado pela degradação antrópica, promovida pelo culto religioso e pela ocupação urbana desordenada. Observa-se que nada restou, uma vez que a população atual o descaracterizou, dando um novo funcionamento ao local. O sítio encontra-se em processo de registro no Cadastro Nacional do IPHAN. Durante o andamento desta pesquisa, o IPHAN notificou a ordem religiosa católica promotora dos cultos, assim, devem-se promover ações de Educação Patrimonial para que isso não volte a ocorrer.

No sítio Pedra do Mocozeiro, encontram-se apenas duas pinturas rupestres pichadas. Dos três abrigos sob rocha, um foi destruído parcialmente e foi construída uma casa de alvenaria no local, havendo possibilidade da existência de vestígios arqueológicos na subsuperfície dos outros dois abrigos. Quanto a seu entorno, dificilmente se encontrará algum vestígio devido à ocupação urbana. Contudo, toda degradação ocorre, principalmente, em relação à atividade de extração de granito e à ocupação urbana desordenada. Propõe-se, como ações de preservação, o cadastramento desse sítio no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e a realização de uma escavação arqueológica de salvamento e reforço da Educação Patrimonial.

No sítio Pedra do Urubu, encontram-se mais de 15 painéis artificiais¹⁰⁰ de pinturas rupestres em dois blocos de granito. A preservação de pinturas nesse sítio sofre com a ação de queimadas e desmatamento, porém, identificam-se ainda duas grandes ameaças de degradação: a proximidade com focos de extração de granito e a ocupação urbana desordenada. Devido à sua relevância e às ameaças existentes, propõe-se que o IPHAN transforme o sítio, num raio de 180 metros, em Área de Reserva Arqueológica¹⁰¹, sendo necessárias, para tanto, as seguintes medidas: inventário, registro, vigilância, tombamento e desapropriações. Acrescenta-se ainda a necessidade da organização de uma estrutura de visitação pública, com a formação de condutores instruídos para

¹⁰⁰ No sítio Pedra do Urubu, encontram-se mais de 15 painéis artificiais, porque muitas pinturas e espaços no suporte do granito estão cobertos por fungos e outras matérias não identificados.

¹⁰¹ Reserva Arqueológica – conceituada como um instrumento acautelatório provisório para realização do direito fundamental ao patrimônio cultural, a ser criado por lei, que afeta uma área pública ou privada, para cumprimento da finalidade pública de produção e registro de conhecimento, o qual deve servir às presente e futuras gerações (SOARES, 2007, p.173).

esse fim, podendo vir a ser a equipe do Museu de Umari responsável pela guarda e pela visitação dos sítios.

Na Pedra da Moça, 17 painéis de pinturas rupestres encontram-se em um bloco de granito. Sua preservação sofre com ações de queimadas e pichações. Por ser um local de visitação pública, propõe-se a criação de uma estrutura para tal, incorporando-se um circuito de guarda e responsabilidade de condutores ao Museu de Umari.

3) QUE PORCENTAGEM DE ATUAIS HABITANTES POSSUEM IDENTIFICAÇÃO CULTURAL E PRESERVAM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS?

Analisando os dados da pesquisa com os moradores mais velhos, verifica-se que 71% declaram ter ascendentes indígenas e de caboclos da costa, resultado que se torna uma constante entre os outros segmentos entrevistados (Figura 61). Quanto aos trabalhadores que extraem o granito, alegam exercer essa atividade por necessidade financeira, efetuando a venda do granito para as prestadoras de serviço das prefeituras locais.

Dos quatro sítios arqueológicos estudados, a Pedra da Lourdes e a do Mocozeiro encontram-se com cerca de 80% de destruição. Enquanto, com os outros, Pedra do Urubu e Pedra da Moça, já ocorre o inverso. A preservação desses últimos atribui-se à identificação cultural que seus proprietários e remanescentes indígenas guardaram como símbolo da admiração por seus antepassados e sua herança.

4) HÁ UM EXEMPLO EFETIVO DE PRESERVAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS?

O presente trabalho mostra a degradação de sítios arqueológicos condicionados ao processo histórico de ocupação econômica e urbana. Quando ocorre preservação dos sítios, isso se verifica através da identificação cultural e da valorização que os atuais moradores e proprietários guardam como parte da herança de seus antepassados; como exemplo, destacam-se as entrevistas com os proprietários do sítio Pedra do Urubu: Dona Cosma e o Sr. Euclides (ver páginas 108 e 109).

Nota-se que a falta de ações legais das instituições governamentais, como o IPHAN, FUNDARPE e Prefeituras, contribuíram para a degradação do patrimônio¹⁰². O trabalho efetivo e recentemente iniciado de educação preventiva, com ações e medidas realizadas por esses órgãos, resultou num instrumento valioso de preservação dos sítios.

A presente dissertação foi desenvolvida paralelamente a um projeto de Educação Patrimonial que permitiu, por parte da população, o reconhecimento e a valorização de seu passado através de uma nova visão dos sítios arqueológicos. Com este trabalho de estudo de caso, constatou-se que a melhor forma de preservação de um sítio arqueológico ocorre quando uma população reconhece, valoriza e respeita seu passado.

¹⁰² Patrimônio – Corresponde a herança paterna, como também a bens materiais ou não (FERREIRA, 2008, p.615).

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Alice. **A tradição Agreste – análise de 20 sítios de arte rupestre em Pernambuco**, Recife, UFPE, 1986, Dissertação de Mestrado em História.

_____. Gravuras Rupestres em Iati-PE. **CLIO**, Recife, n. 5, 1989.

ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. 7. Ed. São Paulo: Itatiaia, 2000.

ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba 1**. João Pessoa: UFPB, 1978.

ALVES, Cleide. Patrimônio agredido: desenhos feitos no Parque do Catimbau por grupos que viveram na área há mais de seis mil anos foram cobertos com tinta a óleo. **Jornal do Commercio**, Recife, 8 mar. 2009, pág. 8.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Pecuária no Agreste Pernambucano**, Recife, Universidade do Recife, 1961. Tese de Doutorado em História.

_____. **Geografia de Pernambuco**. Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1974.

_____. **Itamaracá, uma Capitania Frustada**. Recife, 1999. (Coleção Tempo Municipal CEHM).

_____. **Pernambuco: cinco séculos de colonização**, João Pessoa, Grafset, 2004.

ART, Henry W. **Dicionário de Ecologia e Ciências Ambientais**. São Paulo: Melhoramentos, UNESP, 1998.

BAHN, Paul; RENFREW, Colin. **Arqueologia: Teoria, Métodos y Práctica**. Akal, Madrid, 2007.

BARBALHO, Nelson. **Cronologia Pernambucana: Subsídios para a História do Agreste e Sertão**. Recife: CEHM/FIAM. v. 1, 2, 6, 1982.

_____. **Cronologia Pernambucana: Subsídios para a História do Agreste e Sertão**. Recife: CEHM/FIAM. v. 7, 8, 9, 10, 11, 1983.

BARBALHO, N & DELGADO, José Luiz. **Caboclo de Urubá: caminhos e personalidades da história de Pesqueira**. Recife, FIAM/CEHM, 1977.

BARBOSA, Bartira Ferraz. **Pernambuco: herança e poder indígena, Nordeste séculos XVI-XVII**. Recife, UFPE, 2007.

BELTRÃO, Maria; LOCKS, Martha; AMORIM, Jacqueline. Projeto Central: Preservação dos sítios arqueológicos com arte rupestre. **Fumdhamentos II**, São Raimundo Nonato/PI, p. 243-253, 2002.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo, UNESP, 2006.

CONDEPE. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Calendário Oficial das Datas Históricas dos Municípios do Interior de Pernambuco** Recife: CEHM, 2006. (Coleção Documentos Histórias Municipais).

CONDEPE. Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Plano Diretor de 1978**. Recife, 1978.

_____. Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Comunidades indígenas de Pernambuco**. Recife, 1981.

_____. Instituto de Planejamento de Pernambuco. **Cronologia do CONDEPE: 1952-1992**. Recife, 1992.

CASAL, Aires de. **Corografia Brasília**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Edição 1817. Tomo II.

COSTA JR., Olimpio. Extintos aldeamentos de índios de Pernambuco. **Revista do Norte**, Recife, n. 1, abr. 1942. (Série III).

DOCUMENTAÇÃO histórica pernambucana: Sesmarias. Recife: Bib. Pública, 1954. v. 1.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO . www.ufpe.br/nepe/povosindigenas. FUNAI, Recife, 2009.

GALINDO, Marcos. Dois sítios da tradição Nordeste em Pernambuco. **CLIO**, Recife, v. 1, n. 10, 1994. (Série Arqueológica).

GALVÃO, Sebastião de Vasconcelos. **Dicionário Chorográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908-1927. 4 v.

GAMA, José Bernardes Fernandes. **Memórias históricas da Província de Pernambuco**. Recife: Secretaria da Justiça. Arquivo Público Estadual, 1977.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. Campinas, Unicamp, 2003.

GUERRA, Antônio Teixeira & GUERRA, Antônio José Teixeira. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUIDON, Niède. Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí. **CLIO**, Recife, n. 5, p. 8-9, 1989.

HERBERTS, Ana Lúcia & COMERLATO, Fabiana. **Patrimônio Arqueológico: para conhecer e conservar**. Florianópolis: Eletrosul; Scientia Ambiental, 2003.

HORTA, Maria de Lourdes Pereira; GRUNBERG, Evelina e MOTEIRO, Adriana Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. RJ: Objetiva, 2004.

HONORATO, Manoel da Costa. **Dicionário Topográfico, Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco [1863]**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1976. (Coleção Pernambucana).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico**. Rio de Janeiro, 2007a.

_____. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império. Conselho Nacional de Estatística/Serviço Nacional de Recenseamento. **Documentos Censitários**, Rio de Janeiro, 1951. (Série B, 1).

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Bom Jardim - PE**: Mapa Municipal Estatístico, Geocódigo 2608109, Rio de Janeiro, 2007b.

_____. **João Alfredo-PE**: Mapa Municipal Estatístico, Geocódigo 2608107, RJ, 2007c.

ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Burra**. Austrália, 1980.

KERN, Arno Alvarez. A Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões. **CLIO**, Recife, n. 5, 1989, p.104 -112. (Série Arqueológica).

KOSTER, Robert M. **Viagens ao Nordeste do Brasil.[1816]**. 2. ed., Recife, 1978, Coleção Pernambucana, n. 17.

LAROCHE, A. F. G; SILVA, A. S. **Arqueologia Pernambucana – C14**: datações das fases culturais pré-históricas de Bom Jardim - PE de 1974 a 1976. Centre Scientifique de Mônaco, J.L. Rapaire, Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Pernambuco, 1977.

LAGE, Maria da Conceição Soares Meneses. Datações de Pinturas Rupestres na área do Parna Serra da Capivara. **CLIO**, Recife, v. 1, n. 13, p. 203-213, 1998. (Série Arqueológica).

LIMA, Jeannette Maria Dias de. Arqueologia da Furna do Estrago: Brejo da Madre de Deus-PE. **CLIO**, Recife, 2, n. 7, 1985.

LIMA, Tânea Andrade. Arqueologia Histórica: Algumas considerações teóricas. **CLIO**, Recife, n. 5, ,1989, p. 89, 90-.97. (Série Arqueológica).

LUFT, José Vladimir. **A Pedra do Tubarão**: um sítio da tradição agreste em Pernambuco. Recife, UFPE, Recife, 1990. Dissertação de Mestrado em História.

MARTIN, Gabriela & ROCHA, Jacionira. O Adeus à Gruta do Padre, Petrolândia, Pernambuco: a Tradição Itaparica de coletores-caçadores no médio São Francisco. **CLIO**, Recife, v. 1, n. 6, 1990. (Série Arqueológica).

MARTIN, Gabriela. Informações Arqueológicas, **CLIO**, Recife, v.1, n. 6, 1990, S.Arqueológica.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do Nordeste do Brasil**. 3. ed. Recife: Editora da UFPE, 1999.

MEDEIROS, Maria do Céu. **Os Oratorianos de Pernambuco: Uma congregação a serviço do Estado Português**. Recife, UFPE, 1981, Dissertação de Mestrado em História.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Três roteiros de penetração do Território Pernambucano (1738 e 1802)**. Recife: Instituto de Ciência do Homem. Divisão de História; Imprensa Universitária, 1966.

MELLO, Jerônimo Martiniano Figueira. **Ensaio sobre a estatística civil e política da Província de Pernambuco**. Recife: Tipografia de M. F. de Faria, 1852.

MORLEY, Edna June. Como preservar os sítios arqueológicos brasileiros In TENÓRIO, Maria Cristina (org) - **Pré - História da Terra Brasilis**, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.

MORAIS, José Luiz de. Tópicos de arqueologia da paisagem. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v., n. 10, p. 3-30, 2000.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia Histórica: Manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

PINTO, Luiz. **Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba – 1574 a 1970**. RJ Leitura, 1973.

PINTO, Estevão. **Os indígenas do Nordeste: organização e estrutura social dos indígenas do Nordeste brasileiro**. São Paulo, Editora Nacional, 1938. 2º tomo.

PEREIRA, Edithe. As pinturas e as gravuras rupestres do Noroeste do Pará Amazônia – Brasil. **CLIO**, Recife, n. 12, v. 1, p. 94, 1997. (Série Arqueológica).

PEREIRA DA COSTA, F.A. **Vocabulário Pernambucano**. Recife, Coleção Pernambucana, v.II, 2 edição, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, 1976.

PESSIS, Anne-Marie. Da Antropologia visual à antropologia Pré-Histórica. **CLIO**, Recife, p.153-162, 1986. (Série arqueológica).

_____. Identidades e classificação dos registros gráficos Pré-Históricos do Nordeste do Brasil. In: Revista **CLIO**, Recife, v. 1, n .8, p.35-68, 1992. (vol.1. (Série arqueológica).

_____. **Imagens da Pré-história. Parque Nacional Serra da Capivara**. São Raimundo Nonato/PI: FUMDHAM ; Petrobrás, 2003.

SANJUÁN, Leonardo García. **Introducción al Reconocimiento y análisis Arqueológico del Territorio**. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

SILVA, Simone Rosa. **Atlas de bacias hidrográficas de Pernambuco**. Recife, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, 2006.

SOARES, Inês Virgínia. **Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil**. Erechim/RS, Habilis, 2007.

SOUZA, Alfredo Mendonça. **Dicionário de Arqueologia**. Rio de Janeiro: ADESA, 1997.

SUDENE. **Mapa Sudene Surubim: PB, PE.**: Folha SB.25-Y-C-IV-MI-1291. Ministério de Planejamento e Orçamento, 1999.

TIBIRIÇÁ, Luís Caldas. **Dicionário Tupi-Português**. São Paulo: Traço, 1984.

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Departamento de Engenharia Civil. Grupo de Pesquisas em Saneamento. **Programa “Vida ao Capibaribe”**: levantamento e SÍNTESE dos estudos hidráulico-hidrológico-sanitários relativos à Bacia do Rio Capibaribe. Recife: C.P.R.H ; UFPE, 1987. v. 1.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colônia (1500-1808)**. Rio de Janeiro, 2000.

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DOS SÍTIOS NO RIACHO RIBEIRO GRANDE**SÍTIO PEDRA DA LOURDES**

DATA:20/05/2009

PONTOS REGISTRADOS COM GPS ETREX GARMIN

ALTITUDE: 364 m

ÁREA DO INTRASSÍTIO

PONTOS:

- 1) 25M.206.799 / UTM.91.33.352
- 2) 25M.206.797 / UTM.91.33.343
- 3) 25M.206.825 / UTM.91.33.344
- 4) 25M.206.818 / UTM.91.33.356

SUPERFÍCIE: existência de um abrigo adaptado para o culto religioso. O piso interno foi cimentado, foi construído um muro em alvenaria na entrada Norte e outra construção de alvenaria com cobertura de telha na entrada sul. Também se encontra uma cerca de arame farpado circulando todo o abrigo.

PAREDES E TETO: Adaptado para instalação de eletricidade, oratório, uso de velas, pinturas a cal.

ÁREA INTERNA: 225 m²

ÁREA DO EXTRASSÍTIO SÍTIO

RAIO

Ponto Central: 25M.206.804 / UTM.91.33.356

Ponto da Circunferência: Norte: 25M.206.824 / UTM.91.33.464

Sul: 25M.206.782 / UTM.91.33.154

Distância (Ponto Central a Circunferência): 150 m

Área Total (Fórmula: $\pi \times R^2 = 3.14 \times 150^2 = 3.14 \times 22.500$) = 70.650 m²

SUPERFÍCIE: Construção de 35 casas de alvenaria, sete focos de extração de granito, um cercado de criação intensiva de gado. Plantio de árvores (mangueira, bananeira) e cultivo de milho, feijão, palmas, capim.

CASAS

Total: 10.500 m² (uma casa com área ao redor, mede em média: 300 m²)

- 1) 25M.206.895 / UTM.91.33.464
- 2) 25M.206.891 / UTM.91.33.468
- 3) 25M.206.876 / UTM.91.33.478
- 4) 25M.206.863 / UTM.91.33.488
- 5) 25M.206.829 / UTM.91.33.500
- 6) 25M.206.821 / UTM.91.33.442
- 7) 25M.206.832 / UTM.91.33.402
- 8) 25M.206.809 / UTM.91.33.530
- 9) 25M.206.765 / UTM.91.33.528
- 10) 25M.206.762 / UTM.91.33.514
- 11) 25M.206.762 / UTM.91.33.506
- 12) 25M.206.763 / UTM.91.33.472
- 13) 25M.206.743 / UTM.91.33.460
- 14) 25M.206.746 / UTM.91.33.432
- 15) 25M.206.746 / UTM.91.33.420
- 16) 25M.206.729 / UTM.91.33.406
- 17) 25M.206.737 / UTM.91.33.400
- 18) 25M.206.747 / UTM.91.33.394
- 19) 25M.206.766 / UTM.91.33.488
- 20) 25M.206.779 / UTM.91.33.386
- 21) 25M.206.767 / UTM.91.33.390

22) 25M.206.781 / UTM.91.33.386

23) 25M.206.797 / UTM.91.33.390

24) 25M.206.801 / UTM.91.33.396

SUPERFÍCIE: Construção de 35 casas de alvenaria, sete focos de extração de granito, um cercado de criação intensiva de gado. Plantio de árvores (mangueira, bananeira) e cultivo de milho, feijão, palmas, capim.

CASAS

Total: 10.500 m² (uma casa com área ao redor, mede em média: 300 m²)

25) 25M.206.895 / UTM.91.33.464

26) 25M.206.891 / UTM.91.33.468

27) 25M.206.876 / UTM.91.33.478

28) 25M.206.863 / UTM.91.33.488

29) 25M.206.829 / UTM.91.33.500

30) 25M.206.821 / UTM.91.33.442

31) 25M.206.832 / UTM.91.33.402

32) 25M.206.809 / UTM.91.33.530

33) 25M.206.765 / UTM.91.33.528

34) 25M.206.762 / UTM.91.33.514

35) 25M.206.762 / UTM.91.33.506

36) 25M.206.763 / UTM.91.33.472

37) 25M.206.743 / UTM.91.33.460

38) 25M.206.746 / UTM.91.33.432

39) 25M.206.746 / UTM.91.33.420

40) 25M.206.729 / UTM.91.33.406

41) 25M.206.737 / UTM.91.33.400

42) 25M.206.747 / UTM.91.33.394

43) 25M.206.766 / UTM.91.33.488

44) 25M.206.779 / UTM.91.33.386

45) 25M.206.767 / UTM.91.33.390

46) 25M.206.781 / UTM.91.33.386

- 47) 25M.206.797 / UTM.91.33.390
- 48) 25M.206.801 / UTM.91.33.396
- 49) 25M.206.806 / UTM.91.33.420
- 50) 25M.206.806 / UTM.91.33.420
- 51) 25M.206.810 / UTM.91.33.621
- 52) 25M.206.765 / UTM.91.33.352
- 53) 25M.206.780 / UTM.91.33.352
- 54) 25M.206.749 / UTM.91.33.302
- 55) 25M.206.720 / UTM.91.33.288
- 56) 25M.206.733 / UTM.91.33.276
- 57) 25M.206.746 / UTM.91.33.274
- 58) 25M.206.748 / UTM.91.33.264
- 59) 25M.206.750 / UTM.91.33.272
- 60) 25M.206.808 / UTM.91.33.252

FOCOS DE EXTRAÇÃO DE GRANITO

Total: 700 m² (um foco mede em média: 100 m²)

- 1) 25M.206.751 / UTM.91.33.450
- 2) 25M.206.732 / UTM.91.33.286
- 3) 25M.206.801 / UTM.91.33.194
- 4) 25M.206.805 / UTM.91.33.212
- 5) 25M.206.798 / UTM.91.33.226
- 6) 25M.206.687 / UTM.91.33.258
- 7) 25M.206.818 / UTM.91.33.250

ÁREA CERCADA COM CRIAÇÃO INTENSIVA DE GADO

CERCADO 1:

- 1) 25M.206.829 / UTM.91.33.396
- 2) 25M.206.856 / UTM.91.33.336
- 3) 25M.206.873 / UTM.91.33.328
- 4) 25M.206.878 / UTM.91.33.402

APÊNDICE B - LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DOS INTRASSÍTIOS E EXTRASSÍTIOS

PEDRA DO MOCOZEIRO

DATA:20/05/2009

PONTOS REGISTRADOS COM GPS ETREX GARMIN

ALTITUDE: 373 m

AREA DO INTRASSÍTIO

PONTOS:

- 1) 25M.206.782 / UTM.91.33.024
- 2) 25M.206.838 / UTM.91.32.960
- 3) 25M.206.867 / UTM.91.32.990
- 4) 25M.206.809 / UTM.91.33.062

CASA NO INTRASSÍTIO: 25M.206.822 / UTM.91.33.026

SUPERFÍCIE: Existência de três abrigos (leste, centro e oeste). O abrigo oeste foi destruído parcial dois blocos de granito. Em parte desse espaço foi construída uma casa de alvenaria. Nos blocos do abrigo leste, encontram-se pichações, inclusive sobre as duas únicas pinturas rupestres. No abrigo do centro, não se identifica degradação, apenas registra-se em seu entorno o plantio de milho e de feijão.

ÁREA DOS EXTRASSÍTIOS

RAIO

Ponto Central: 25M.206.828 / UTM.91.33.008

Ponto da Circunferência: Norte: 25M.206.786 / UTM.91.33.124

Sul: 25M.206.730 / UTM.91.32.878

Distância (Ponto Central a Circunferência: 180 m

Área Total (Fórmula: $\pi \times R^2 = 3.14 \times 180^2 = 3.14 \times 32.400$) = 101.736 m²

Dois terços dessa área estão ocupados pelo plantio de feijão, milho, macaxeira, palmas, capim.

Na outra parte, encontra-se uma vegetação arbustiva com marmeleiro, aroeira, umbuzeiro.

CASAS:

Total: 10.800 m² (uma casa com área ao redor mede em média: 300 m²)

- 1) 25M.206.764 / UTM.91.33.122
- 2) 25M.206.731 / UTM.91.33.052
- 3) 25M.206.700 / UTM.91.33.022
- 4) 25M.206.724 / UTM.91.33.008
- 5) 25M.206.744 / UTM.91.33.004
- 6) 25M.206.777 / UTM.91.33.996
- 7) 25M.206.776 / UTM.91.33.004
- 8) 25M.206.777 / UTM.91.33.032
- 9) 25M.206.713 / UTM.91.33.960
- 10) 25M.206.727 / UTM.91.32.958
- 11) 25M.206.709 / UTM.91.32.942
- 12) 25M.206.698 / UTM.91.32.932
- 13) 25M.206.708 / UTM.91.32.924
- 14) 25M.206.709 / UTM.91.33.882
- 15) 25M.206.738 / UTM.91.32.884
- 16) 25M.206.772 / UTM.91.32.894
- 17) 25M.206.767 / UTM.91.32.904
- 18) 25M.206.771 / UTM.91.32.912
- 19) 25M.206.770 / UTM.91.32.936
- 20) 25M.206.767 / UTM.91.32.938
- 21) 25M.206.770 / UTM.91.32.948
- 22) 25M.206.766 / UTM.91.32.950
- 23) 25M.206.760 / UTM.91.32.892

- 24) 25M.206.768 / UTM.91.32.896
- 25) 25M.206.776 / UTM.91.32.898
- 26) 25M.206.785 / UTM.91.32.902
- 27) 25M.206.783 / UTM.91.32.904
- 28) 25M.206.797 / UTM.91.32.906
- 29) 25M.206.801 / UTM.91.32.908
- 30) 25M.206.813 / UTM.91.32.898
- 31) 25M.206.848 / UTM.91.32.918
- 32) 25M.206.850 / UTM.91.32.926
- 33) 25M.206.841 / UTM.91.32.920
- 34) 25M.206.892 / UTM.91.32.960
- 35) 25M.206.902 / UTM.91.33.038
- 36) 25M.206.890 / UTM.91.33.052

FOCOS DE EXTRAÇÃO DE GRANITO

Total: 2.000 m² (um foco mede em média: 100 m²)

- 1) 25M.206.749 / UTM.91.33.114
- 2) 25M.206.717 / UTM.91.33.030
- 3) 25M.206.738 / UTM.91.32.966
- 4) 25M.206.876 / UTM.91.33.004
- 5) 25M.206.870 / UTM.91.32.994
- 6) 25M.206.877 / UTM.91.32.990
- 7) 25M.206.862 / UTM.91.33.000
- 8) 25M.206.864 / UTM.91.33.038
- 9) 25M.206.854 / UTM.91.33.030
- 10) 25M.206.854 / UTM.91.33.032
- 11) 25M.206.854 / UTM.91.33.034
- 12) 25M.206.854 / UTM.91.33.036
- 13) 25M.206.816 / UTM.91.33.062
- 14) 25M.206.826 / UTM.91.33.050

- 15) 25M.206.817 / UTM.91.33.050
- 16) 25M.206.817 / UTM.91.33.052
- 17) 25M.206.817 / UTM.91.33.054
- 18) 25M.206.817 / UTM.91.33.056
- 19) 25M.206.817 / UTM.91.33.058
- 20) 25M.206.817 / UTM.91.33.060

ÁREA CERCADA COM CRIAÇÃO INTENSIVA DE GADO

AREA CERCADA 1:

- 1) 25M.206.774 / UTM.91.33.022
- 2) 25M.206.780 / UTM.91.33.026
- 3) 25M.206.778 / UTM.91.33.014
- 4) 25M.206.785 / UTM.91.33.022

AREA CERCADA 2:

- 1) 25M.206.713 / UTM.91.32.892
- 2) 25M.206.715 / UTM.91.32.878
- 3) 25M.206.731 / UTM.91.32.878
- 4) 25M.206.738 / UTM.91.33.884

AREA CERCADA 3:

- 1) 25M.206.875 / UTM.91.32.952
- 2) 25M.206.910 / UTM.91.32.984
- 3) 25M.206.891 / UTM.91.32.982
- 4) 25M.206.890 / UTM.91.33.016

APÊNDICE C - LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DOS INTRASSÍTIOS E EXTRASSÍTIOS

PEDRA DO URUBU

DATA:20/05/2009

PONTOS REGISTRADOS COM GPS ETREX GARMIN

ALTITUDE: 369 m

ÁREA DO INTRASSÍTIO

PONTOS:

- 1) 25M.207.112/ UTM.91.32.958
- 2) 25M.207.110 / UTM.91.32.956
- 3) 25M.207.098 / UTM.91.32.932
- 4) 25M.207.091 / UTM.91.32.940

SUPERFÍCIE: Existência de um abrigo com três blocos de granito, e encontram-se pinturas em dois blocos. Devido ao plantio de milho e de feijão em determinados períodos do ano, utilizam a queima da vegetação como prática de preparo do solo, conseqüentemente degradando os blocos e as pinturas.

ÁREA DO EXTRASSÍTIO

RAIO

Ponto Central: 25M.207.116 / UTM.91.32.944

Ponto da Circunferência (norte):25M.207.156 / UTM.91.33.090

Distância (Ponto Central a Circunferência): 160 m

Área Total (Fórmula: $\pi \times R^2 = 3.14 \times 160^2 = 3.14 \times 32.400 = 101.736 \text{ m}^2$)

Dois terços dessa área estão ocupados pelo plantio de feijão, milho, macaxeira, palmas, capim. Na outra parte, encontra-se uma vegetação arbustiva com marmeleiro, aroeira, umbuzeiro.

APÊNDICE D - LEVANTAMENTO DAS ÁREAS DO INTRASSÍTIO E EXTRASSÍTIO

PEDRA DA MOÇA

DATA:20/05/2009

PONTOS REGISTRADOS COM GPS ETREX GARMIN

ALTITUDE: 379 m

ÁREA DO INTRASSÍTIO

PONTOS:

- 1) 25M.206.269 / UTM.91.31.884
- 2) 25M.206.327 / UTM.91.31.872
- 3) 25M.206.305 / UTM.91.31.864
- 4) 25M.206.273 / UTM.91.31.862

SUPERFÍCIE: Identifica-se a existência de dois abrigos sob rochas e com pinturas em um deles. O sítio está localizado numa área cercada de criação extensiva de gado, e a vegetação foi substituída pela rasteira de gramínea. No mês de janeiro de 2009, constatou-se a queima dessa vegetação como prática de sua renovação, que conseqüentemente atinge o abrigo, degradando os blocos e as pinturas.

ÁREA DO EXTRASSÍTIO

RAIO

Ponto Central: 25M.206.295 / UTM.91.31.868

Ponto da Circunferência (norte):25M.207.156 / UTM.91.33.090

Distância (Ponto Central a Circunferência): 120 m

Área Total (Fórmula: $\pi \times R^2 = 3.14 \times 120^2 = 3.14 \times 14.400 = 45.216 \text{ m}^2$)

Dois terços dessa área estão ocupados pelo plantio de feijão, milho, macaxeira, palmas, capim. Na outra parte, encontramos uma vegetação arbustiva com marmeleiro, aroeira, umbuzeiro.

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO GERAL

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA

Entrevistas com a comunidade de Umari, Bom Jardim/PE, ____de outubro de 2009

1. Nome completo do entrevistado:_____
2. Idade:_____ Local de nascimento:_____
3. Conhecido por (apelido):_____
4. Residência:_____
5. Profissão: Atual_____ Anterior:_____
6. Escolaridade: Lê sim () ou não () _____
Fundamental() Médio() Superior() _____ Pós() _____
7. Conhece os sítios arqueológicos:
Pedra da Lourdes () Pedra do Mocozeiro () Pedra do Urubu () e Pedra da Moça ()
Outros() _____
8. Tem conhecimento das pinturas rupestres nesses sítios ? sim () ou não ()
Qual ou quais _____
9. Tem conhecimento de um outro local com estas pinturas ? sim () ou não ()
Onde ? _____
10. Tem conhecimento de povos indígenas (caboclos) na região? sim () ou não ()
Onde ? _____
11. Na sua família alguém era indígena ? sim () ou não ()
Quem era: mãe () pai () avô () avó () bisavô () bisavó () _____
12. Possui ascendência de outras famílias: escravos () portugueses () outros () _____
13. Possui alguma foto ou documento antigo, fóssil ou objeto de caboclo (indígena) _____

como pedra de corisco? sim () ou não (). _____

**APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO DO SÍTIO PEDRA DA LOURDES
(CULTO RELIGIOSO)**

1. Quando o abrigo passou a ser um local de culto religioso ? em que ano ?____ em que década ?_____
2. Como era a Pedra da Lourdes antes? _____

3. Qual a Paróquia Católica que é responsável pelas atividades na Pedra da Lourdes ?

4. Quais os padres que fizeram alguma celebração na Pedra da Lourdes ? _____

5. Quais as atividades religiosas na Pedra da Lourdes?
Visitas () Quantas por semana _____
Missas () Quantas por semana _____
Outras () Quantas por semana _____

6. Você tem alguma foto antiga da Pedra da Lourdes ? sim () ou não ()
7. Qual a importância da Pedra da Lourdes para você ?
Religiosa () Financeira () Beleza/Formato () Outra () _____

APÊNDICE G - QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO**ASSUNTO: EXTRAÇÃO DE GRANITO**

1. Por que extraem o granito ?

Para vender () _____

Para uso próprio () _____

2. Que outra atividade você realiza durante o ano ? _____

3. Você possui propriedade (sítio) próprio ? sim() ou não() _____

4. Estado civil: casado () solteiro- () - Quantos filhos? _____

5. Os filhos estudam ? sim () ou não () Em que escolas? _____

5. Quanto pagam para extrair uma pedra ? R\$ _____

6. Por quanto vende mil paralelepípedos? R\$ _____

7. Seu rendimento médio diário é de R\$ _____ e mensal R\$ _____

8. Você vende os paralelepípedos para quem ? _____

9. Você gosta de extrair granito? sim () ou não () Por que ? _____

10. Você trocaria o trabalho de extração de granito por outra atividade? Qual ? _____

11. Você já viu alguma pedra com pinturas rupestres ? sim () ou não (). _____

12. Você já encontrou algum fóssil (osso gigante), pote de barro com ossos ou pedra de corisco ? sim () ou não () _____

APÊNDICE H – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO: PROFESSORES

Professor da Escola: _____

Leciona a Disciplina de: _____

1. Já levou alunos ou turmas para sítios arqueológicos? sim(☐) ou não(☐)

Para que local _____

2. Quantas vezes? uma (☐) duas (☐) mais de duas(☐)

Com que objetivo? curiosidade (☐) piquenique (☐) visita escolar (☐) outro motivo (☐)

3. Que turma ? _____ Em que ano ? _____

4. As pichações na Pedra da Moça foram feitas por quem?

(☐) estudantes (☐) outras pessoas. Quem: _____

1. Por que fazem pichações ?

(☐) Para deixar sua marca (☐) registrar o momento

(☐) outros motivos: _____

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO DOS ESTUDANTES

Escola: _____

Turma: _____

1. As pichações na Pedra da Moça foram feitas por quem?

() estudantes () outras pessoas Quem: _____

2. Porque fazem pichações?

() Para deixar sua marca () registrar o momento () outros motivos:

3. Outras observações: _____

APÊNDICE J – QUESTIONÁRIO ESPECÍFICO: AS QUEIMADAS

PÚBLICO ALVO: trabalhadores e proprietários

Por que queimam a vegetação?

() renovação da vegetação para o plantio agrícola

() renovação da vegetação rasteira para ração bovina

() outro motivo. Qual? _____